

A aversão pelo fácil	448
O “gosto pela reflexão” e o “gosto pelos sentidos”	450
Uma relação social denegada	453
<i>Parerga e paralipomena</i>	455
O prazer da leitura	459
Anexo 1. Algumas reflexões sobre o método	461
Anexo 2. Fontes complementares	477
Anexo 3. Os dados estatísticos	482
A pesquisa	482
Outras fontes	488
Anexo 4. Um jogo de sociedade	492
Notas	503

Nunca conseguirei agradecer, suficientemente, a competência e a generosidade manifestadas por Colette Borkowski, Yvette Delsaut e Marie-Christine Rivière na produção deste livro.

Como o senhor afirmou, Cavaleiro!, deveriam existir leis para proteger os conhecimentos adquiridos. Tome um de nossos bons alunos como exemplo: modesto e diligente, desde as aulas de gramática começou a preencher seu pequeno caderno de expressões e, tendo, durante vinte anos, prestado a maior atenção nos professores, acabou por acumular uma espécie de pequeno pecúlio intelectual. Será possível que isso não lhe pertença como ocorre em relação a uma casa ou a dinheiro?

P. Claudel, *O sapato de cetim*

Os bens culturais possuem, também, uma economia, cuja lógica específica tem de ser bem identificada para escapar ao economicismo. Neste sentido, deve-se trabalhar, antes de tudo, para estabelecer as condições em que são produzidos os consumidores desses bens e seu gosto; e, ao mesmo tempo, para descrever, por um lado, as diferentes maneiras de apropriação de alguns desses bens considerados, em determinado momento, obras de arte e, por outro, as condições sociais da constituição do modo de apropriação, reputado como legítimo.

Contra a ideologia carismática segundo a qual os gostos, em matéria de cultura legítima, são considerados um dom da natureza, a observação científica mostra que as necessidades culturais são o produto da educação: a pesquisa estabelece que todas as práticas culturais (frequência dos museus, concertos, exposições, leituras, etc.) e as preferências em matéria de literatura, pintura ou música, estão estreitamente associadas ao nível de instrução (avaliado pelo diploma escolar ou pelo número de anos de estudo) e, secundariamente, à origem social.¹ O peso relativo da educação familiar e da educação propriamente escolar (cuja eficácia e duração dependem estreitamente da origem social) varia segundo o grau de reconhecimento e ensino dispensado às diferentes práticas culturais pelo sistema escolar; além disso, a influência da origem social, no caso em que todas as outras variáveis sejam semelhantes, atinge seu auge em matéria de “cultura livre” ou de cultura de vanguarda. À hierarquia socialmente reconhecida das artes – e, no interior de cada uma delas –, dos gêneros, escolas ou épocas, corresponde a hierarquia social dos consumidores. Eis o que predispõe os gostos a funcionar como marcadores privilegiados da “classe”. As maneiras de adquirir sobrevivem na maneira de utilizar as aquisições: a atenção prestada às *maneiras* tem sua explicação se observarmos que, por meio destes imponderáveis da prática, são reconhecidos os diferentes modos de aquisição, hierarquizados, da cultura, precoce ou tardio, familiar ou escolar, assim como as classes de indivíduos que elas caracterizam (tais como os “pedantes” e os “mundanos”). A nobreza cultural possui, também, seus títulos discernidos pela escola, assim como sua ascendência pela qual é avaliada a antiguidade do acesso à nobreza.

A definição da nobreza cultural é o pretexto para uma luta que, desde o século XVII até nossos dias, não deixou de opor, de maneira mais ou menos declarada, grupos separados em sua idéia sobre a cultura, sobre a relação legítima com a cultura e com as obras de arte, portanto, sobre as condições de aquisição, cujo produto é precisamente estas disposições: a definição dominante do modo de apropriação legítima da cultura e da obra de arte favorece,

inclusive, no campo escolar, aqueles que, bem cedo, tiveram acesso à cultura legítima, em uma família culta, fora das disciplinas escolares; de fato, ela desvaloriza o saber e a interpretação erudita, marcada como “escolar”, até mesmo, “pedante”, em proveito da experiência direta e do simples deleite.

A lógica do que, às vezes, é designado – em linguagem tipicamente “pedante” – como a “leitura” da obra de arte, oferece um fundamento objetivo a esta oposição. A obra de arte só adquire sentido e só tem interesse para quem é dotado do código segundo o qual ela é codificada. A operação, consciente ou inconsciente, do sistema de esquemas de percepção e de apreciação, mais ou menos explícitos, que constitui a cultura pictórica ou musical é a condição dissimulada desta forma elementar de conhecimento que é o reconhecimento dos estilos. O espectador desprovido do código específico sente-se submerso, “afogado”, diante do que lhe parece ser um caos de sons e de ritmos, de cores e de linhas, sem tom nem som. Por não ter aprendido a adotar a disposição adequada, ele limita-se ao que é designado por Panofsky como “propriedades sensíveis”, identificando uma pele como aveludada ou uma renda como vaporosa, ou, então, às ressonâncias afetivas suscitadas por essas propriedades, falando de cores ou de melodias austeras ou alegres. De fato, a possibilidade de passar da “camada primária do sentido que podemos adentrar com base na nossa experiência existencial” para a “camada dos sentidos secundários”, ou seja, para a “região do sentido do significado”, só ocorre se possuímos os conceitos que, superando as propriedades sensíveis, apreendem as características propriamente estilísticas da obra.² O mesmo é dizer que o encontro com a obra de arte nada tem a ver, em conformidade com a visão habitualmente adotada, com um pretenso amor à primeira vista; além disso, o ato de fusão afetiva, de *Einführung*, que dá o prazer do amor pela arte, pressupõe um ato de conhecimento, uma operação de decifração e decodificação, que implica o acionamento de um patrimônio cognitivo e de uma competência cultural. Esta teoria, tipicamente intelectualista, da percepção artística contradiz, de modo direto, a experiência dos apreciadores mais de acordo com a definição legítima: a aquisição da cultura legítima pela familiarização insensível no âmago da família tende a favorecer, de fato, uma experiência encantada da cultura que implica o esquecimento da aquisição e a ignorância dos instrumentos da apropriação. A experiência do prazer estético pode ser acompanhada pelo mal-entendido etnocêntrico que acarreta a aplicação de um código impróprio. Assim, o olhar “puro” lançado para as obras pelo espectador culto atual nada tem de comum, praticamente, com o “olhar moral e espiritual” dos homens do *Quattrocento*, ou seja, o conjunto das disposições, ao mesmo tempo, cognitivas e avaliadoras que se encontravam na origem de sua percepção, tanto do mundo quanto da representação pictórica do mundo: preocupados, conforme consta nos contratos, em compensar a soma paga, os clientes dos trabalhos de artistas, tais como Filippo Lippi, Domenico Ghirlandaio ou Piero della Francesca, investiam nas obras de arte as disposições mercantis de homens de negócios experientes no cálculo imediato das quantidades e dos preços, recorrendo, por exemplo, a critérios de apreciação absolutamente surpreendentes – por exemplo, a carestia das cores segundo a qual o topo da hierarquia é ocupado pelo dourado e pelo ultramar.³

O “olho” é um produto da história reproduzido pela educação. Eis o que se passa em relação ao modo de percepção artística que se impõe, atualmente, como legítima, ou seja, a disposição estética como capacidade de considerar em si mesmas e por elas mesmas,

em sua forma e não em sua função, não só as obras designadas por essa apreensão, isto é, as obras de arte legítimas, mas todas as coisas do mundo, tanto as obras culturais que ainda não foram consagradas – como, em determinado momento, as artes primitivas ou, hoje em dia, a fotografia popular ou o *kitsch* –, quanto os objetos naturais. O olhar “puro” é uma invenção histórica correlata da aparição de um campo de produção artística autônomo, ou seja, capaz de impor suas próprias normas, tanto na produção, quanto no consumo de seus produtos.⁴ Uma arte que – por exemplo, toda a pintura pós-impressionista – é o produto de uma intenção artística que afirma o primado do modo de representação sobre o objeto da representação, exige categoricamente uma atenção exclusiva à forma, cuja exigência pela arte anterior era apenas condicional.

A intenção pura do artista é a de um produtor que pretende ser autônomo, ou seja, inteiramente dono do seu produto, que tende a recusar não só os “programas” impostos *a priori* pelos intelectuais e letrados, mas também, com a velha hierarquia do fazer e do dizer, as interpretações acrescentadas *a posteriori* sobre sua obra: a produção de uma “obra aberta”, intrínseca e deliberadamente polissêmica, pode ser assim compreendida como o último estágio da conquista da autonomia artística pelos poetas e – sem dúvida, à sua imagem – pelos pintores que, durante muito tempo, permaneceram tributários dos escritores e de seu trabalho de “fazer-ver” e de “fazer-valer”. Afirmer a autonomia da produção é conferir o primado àquilo de que o artista é senhor, ou seja, a forma, a maneira e o estilo, em relação ao “indivíduo”, referente exterior, por onde se introduz a subordinação a funções – ainda que se tratasse da mais elementar, ou seja, a de representar, significar e dizer algo. É, ao mesmo tempo, recusar o reconhecimento de qualquer outra necessidade além daquela que se encontra inscrita na tradição própria da disciplina artística considerada; trata-se de passar de uma arte que imita a natureza para uma arte que imita a arte, encontrando, em sua história própria, o princípio exclusivo de suas experimentações e de suas rupturas, inclusive, com a tradição.

Ao circunscrever em seu bojo, de modo cada vez mais intenso, a referência à sua própria história, a arte faz apelo a um olhar histórico; ela exige ser referida não a este referente exterior que é a “realidade” representada ou designada, mas ao universo das obras de arte do passado e do presente. À semelhança da produção artística enquanto ela se engendra em um campo, a percepção estética, enquanto é diferencial, relacional e atenta às diferenças entre estilos, é necessariamente histórica: como acontece com o pintor chamado “naïf” que, estando fora do campo e de suas tradições específicas, permanece exterior à história própria da arte considerada, assim também o acesso do espectador “naïf” a uma percepção específica de obras de arte sem sentido só pode ocorrer por referência à história específica de uma tradição artística. A disposição estética exigida pelas produções de um campo de produção que atingiu um elevado grau de autonomia é indissociável de uma competência cultural específica: esta cultura histórica funciona como um princípio de pertinência que permite identificar, entre os elementos propostos ao olhar, todos os traços distintivos, e somente estes, referindo-os, de modo mais ou menos consciente, ao universo das possibilidades substituíveis. Adquirida, no essencial, pela simples frequência das obras, ou seja, por uma aprendizagem implícita análoga àquela que permite reconhecer, sem regras nem critérios explícitos, rostos familiares, este controle

que, na maior parte das vezes, permanece no estado prático, permite identificar estilos, ou seja, modos de expressão característicos de uma época, civilização ou escola, sem que os traços constitutivos da originalidade de cada um deles sejam claramente distinguidos e explicitamente enunciados. Tudo parece indicar que, mesmo entre os profissionais da atribuição, os critérios que definem as propriedades estilísticas das obras-testemunho nas quais se apóiam todos os julgamentos permanecem, quase sempre, no estado implícito.

O olhar puro implica uma ruptura com a atitude habitual em relação ao mundo que, levando em consideração as condições de sua plena realização, é uma ruptura social. É possível acreditar em Ortega y Gasset quando ele atribui à arte moderna uma recusa sistemática de tudo o que é “humano”, ou seja, genérico e comum – por oposição ao distintivo ou distinto –, a saber, as paixões, as emoções, os sentimentos experimentados pelos homens “comuns” em sua existência “comum”. De fato, tudo se passa como se a “estética popular” (as aspas significam que se trata de uma estética em si e não para si) estivesse baseada na afirmação da continuidade da arte e da vida que implica a subordinação da forma à função. Este aspecto é perfeitamente visível no caso do romance e, sobretudo, do teatro em que o público popular recusa qualquer espécie de experimentação formal e todos os efeitos que, introduzindo um distanciamento em relação às convenções aceitas (em matéria de cenário, de intriga, etc.), tendem a colocar o espectador à distância, impedindo-o de entrar no jogo e identificar-se completamente com os personagens (estou pensando no distanciamento brechtiano ou na desarticulação da intriga romanesca operada pelo *Nouveau Roman*). Segundo a teoria estética, o desprendimento e o desinteresse constituiriam a única maneira de reconhecer a obra de arte pelo que ela é, ou seja, autônoma, *selbständig*; ao contrário, a “estética” popular ignora ou rejeita a recusa da adesão “fácil” e dos abandonos “vulgares” que se encontra – pelo menos, indiretamente – na origem do gosto pelas experimentações formais e, em conformidade com os julgamentos populares sobre a pintura ou a fotografia, ela apresenta-se como o exato oposto da estética kantiana: para apreender o que faz a especificidade do julgamento estético, Kant empenhou-se, por um lado, em estabelecer a distinção entre o que agrada e o que dá prazer, e, por outro, de um modo mais geral, em discernir o desinteresse, única garantia da qualidade propriamente estética da contemplação e do interesse da razão que define o Bom; inversamente, os indivíduos das classes populares – para quem toda imagem deve exercer explicitamente uma função, nem que seja a de signo – manifestam em seus julgamentos a referência, muitas vezes, explícita, às normas da moral ou do decoro. Seja por meio de críticas ou de elogios, sua apreciação refere-se a um sistema de normas, cujo princípio é sempre ético.

Ao aplicar às obras legítimas, os esquemas do *ethos* que são válidos para as circunstâncias comuns da vida, e ao operar, assim, uma redução sistemática das coisas da arte ou coisas da vida, o gosto popular e a própria seriedade (ou ingenuidade*) que ele investe nas ficções e representações indicam a *contrario* que o gosto puro opera uma suspensão da adesão “naïve” que é a dimensão de uma relação quase lúdica com as necessidades do mundo. Poder-se-ia dizer que os intelectuais acreditam mais na

* No original, “naïveté”, ou seja, forma substantivada de “naïf”; e, neste mesmo parágrafo, o termo “ingênua” corresponde ao adjetivo “naïve” (feminino de “naïf”) e “ingenuamente” a “naïvement” (forma adverbial). (N.T.)

representação – literatura, teatro, pintura – que nas coisas representadas, ao passo que o “povo” exige, antes de tudo, que as representações e as convenções que as regulam lhe permitam acreditar “naïvement” nas coisas representadas. A estética pura enraíza-se em uma ética ou, melhor ainda, no *ethos* do distanciamento eletivo às necessidades do mundo natural e social que pode assumir a forma de um agnosticismo moral (visível quando a transgressão ética se torna um expediente artístico) ou de um estetismo que, ao constituir a disposição estética como princípio de aplicação universal, leva ao limite a denegação burguesa do mundo social. Compreende-se que o desprendimento do olhar puro não possa ser dissociado de uma disposição geral em relação ao mundo que é o produto paradoxal do condicionamento exercido por necessidades econômicas negativas – o que é designado como facilidades – e, por isso mesmo, propício a favorecer o distanciamento ativo à necessidade.

Se é demasiado evidente que, pela arte, a disposição estética recebe seu terreno por excelência, ocorre que, em qualquer campo da prática, é possível se afirmar a intenção de submeter as necessidades e as pulsões primárias ao requinte e à sublimação; além disso, em todos os campos, a estilização da vida, ou seja, o primado conferido à forma em relação à função, à maneira em relação à matéria, produz os mesmos efeitos. E nada determina mais a classe e é mais distintivo, mais distinto, que a capacidade de constituir, esteticamente, objetos quaisquer ou, até mesmo, “vulgares” (por serem apropriados, sobretudo, para fins estéticos, pelo “vulgar”) ou a aptidão para aplicar os princípios de uma estética “pura” nas escolhas mais comuns da existência comum – por exemplo, em matéria de cardápio, vestuário ou decoração da casa – por uma completa inversão da disposição popular que anexa a estética à ética.

De fato, por intermédio das condições econômicas e sociais que elas pressupõem, as diferentes maneiras, mais ou menos separadas ou distantes, de entrar em relação com as realidades e as ficções, de acreditar nas ficções ou nas realidades que elas simulam, estão estreitamente associadas às diferentes posições possíveis no espaço social e, por conseguinte, estreitamente inseridas nos sistemas de disposições (*habitus*) características das diferentes classes e frações de classe. O gosto classifica aquele que procede à classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar; por seu intermédio, exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas. E, deste modo, a análise estatística mostra, por exemplo, que oposições de estrutura semelhante às que se observam em matéria de consumo cultural encontram-se, também, em matéria de consumo alimentar: a antítese entre a quantidade e a qualidade, a grande comilança e os quitutes, a substância e a forma ou as formas, encobre a oposição, associada a distanciamentos desiguais à necessidade, entre o gosto de necessidade – que, por sua vez, encaminha para os alimentos, a um só tempo, mais nutritivos e mais econômicos – e o gosto de liberdade – ou de luxo – que, por oposição à comezaina popular, tende a deslocar a ênfase da matéria para a maneira (de apresentar, de servir, de comer, etc.) por um expediente de estilização que exige à forma e às formas que operem uma denegação da função.

A ciência do gosto e do consumo cultural começa por uma transgressão que nada tem de estético: de fato, ela deve abolir a fronteira sagrada que transforma a cultura legítima em um universo separado para descobrir as relações inteligíveis que unem “escolhas”,

aparentemente, incomensuráveis, tais como as preferências em matéria de música e de cardápio, de pintura e de esporte, de literatura e de penteado. Esta reintegração bárbara do consumo estético no universo do consumo comum revoga a oposição – que, desde Kant, se encontra na origem da estética erudita – entre o “gosto dos sentidos” e o “gosto da reflexão”; e, entre o prazer “fácil”, prazer sensível reduzido a um prazer dos sentidos, e o prazer “puro” que está predisposto a tornar-se um símbolo de excelência moral e a dimensão da capacidade de sublimação que define o homem verdadeiramente humano. A cultura que é o produto desta divisão mágica tem valor de sagrado. E, de fato, a consagração cultural submete os objetos, pessoas e situações que ela toca a uma espécie de promoção ontológica que se assemelha a uma transubstanciação. Como prova, contento-me com a citação destes dois julgamentos que, segundo parece, foram inventados para a felicidade do sociólogo: “Eis, afinal de contas, o que nos causou maior impressão: nada poderia ser obsceno em nossa primeira encenação e as bailarinas da *Opéra*, até mesmo, como dançarinas nuas, sílfides, endoidecidas ou bacantes, conservam uma pureza inalterável”.⁵ “Existem atitudes obscenas, como esses simulacros de coito que são chocantes para o olhar. Certamente, não pretendo aprová-las, embora a inserção de tais gestos nos balés confira-lhes um aspecto estético e simbólico que faz falta às cenas íntimas exibidas, cotidianamente, à frente dos espectadores no cinema (...). E o nu? Limito-me a dizer que é breve e exerce reduzido efeito cênico. Não direi que é casto ou inocente porque nada do que é comercial pode receber tal qualificativo. Digamos que não é chocante; no entanto, pode ser criticado, sobretudo, por ter servido de atrativo para o sucesso da peça (...). A nudez de *Hair* carece de dimensão simbólica”.⁶ A negação da fruição inferior, grosseira, vulgar, venal, servil, em poucas palavras, natural, que constitui como tal o sagrado cultural, traz em seu bojo a afirmação da superioridade daqueles que sabem se satisfazer com prazeres sublimados, requintados, desinteressados, gratuitos, distintos, interditados para sempre aos simples *profanos*. É assim que a arte e o consumo artístico estão predispostos a desempenhar, independentemente de nossa vontade e de nosso saber, uma função social de legitimação das diferenças sociais.

Primeira parte

Crítica social do julgamento do gosto

*e, hoje, ainda não sabemos se a vida cultural poderá sobreviver
ao desaparecimento dos criados.*

A. Besançon, *Etre russe au XIX^e siècle*

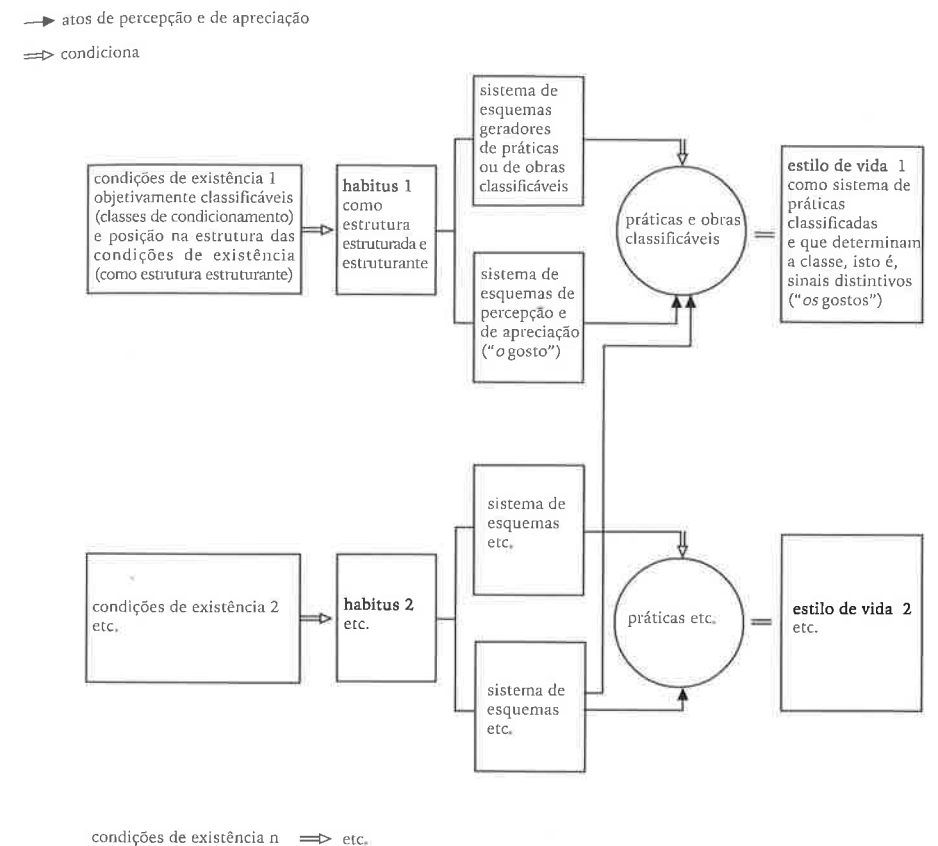
O *habitus* e o espaço dos estilos de vida

Se, para evocá-lo, bastasse o fato de que ele possa apresentar-se sob a forma de um esquema, o espaço social tal como foi descrito é uma *representação abstrata*, produzida mediante um trabalho específico de construção e, à maneira de um mapa, proporciona uma visão panorâmica, um ponto de vista sobre o conjunto dos pontos a partir dos quais os agentes comuns – entre eles, o sociólogo ou o próprio leitor em suas condutas habituais – lançam seu olhar sobre o mundo social. Assim, ao fazer existir, na simultaneidade de uma totalidade perceptível obtida por uma só espiadela – aliás, aí está sua virtude heurística – determinadas posições, cuja totalidade e multiplicidade de suas relações nunca podem ser apreendidas pelos agentes, ele é para o espaço prático da existência cotidiana com suas distâncias, mantidas ou definidas, e seus semelhantes que podem estar mais longe do que os estranhos, o que o espaço da geometria é para o espaço hodológico da experiência comum com suas lacunas e descontinuidades. No entanto, o mais importante é, sem dúvida, que a questão desse espaço é formulada nesse mesmo espaço; que os agentes têm sobre este espaço, cuja objetividade não poderia ser negada, pontos de vista que dependem da posição ocupada aí por eles e em que, muitas vezes, se exprime sua vontade de transformá-lo ou conservá-lo. É assim que um grande número de palavras utilizadas pela ciência para designar as classes que ela constrói são emprestadas ao uso habitual em que servem para exprimir a visão – freqüentemente, polêmica – que os grupos têm uns dos outros. Como que impelidos por seu élan para uma maior objetividade, os sociólogos esquecem quase sempre que os “objetos” classificados por eles, além de produtores de práticas classificáveis objetivamente, são operações não menos objetivas de classificação, por sua vez, classificáveis. A divisão em classes operada pela ciência conduz à raiz comum das práticas classificáveis produzidas pelos agentes e dos julgamentos classificatórios emitidos por eles sobre as práticas dos outros ou suas próprias práticas: o *habitus* é, com efeito, *princípio gerador* de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, *sistema de classificação* (*principium divisionis*) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o *mundo social representado*, ou seja, o *espaço dos estilos de vida*.

A relação estabelecida, de fato, entre as características pertinentes da condição econômica e social – o volume e estrutura do capital, cuja apreensão é sincrônica e diacrônica – e os traços distintivos associados à posição correspondente no espaço dos estilos de vida não se torna uma relação inteligível a não ser pela construção do *habitus* como fórmula geradora que permite justificar, ao mesmo tempo, práticas e produtos classificáveis, assim como julgamentos, por sua vez, classificados que constituem estas práticas e estas obras

em sistema de *sinais distintivos*. Falar do ascetismo aristocrático dos professores ou da pretensão da pequena burguesia não é somente descrever estes grupos por uma de suas propriedades, mesmo que se tratasse da mais importante, mas tentar nomear o princípio gerador de todas as suas propriedades e de todos os seus julgamentos sobre suas propriedades ou as dos outros. Necessidade incorporada, convertida em disposição geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma, o *habitus*, enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente – ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes – são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos – ou mutuamente convertíveis – e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida.

Gráfico 8



Pelo fato de que as condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes, sistemas de esquemas geradores suscetíveis de serem aplicados, por simples transferência, às mais diferentes áreas da prática, as práticas engendradas pelos diferentes *habitus* apresentam-se como configurações sistemáticas de propriedades que exprimem as diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência sob a forma de sistemas de distâncias diferenciais que, *percebidos* por agentes dotados dos esquemas de percepção e de apreciação necessários para identificar, interpretar e avaliar seus traços pertinentes, funcionam como estilos de vida.¹

Estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas, o *habitus* é também estrutura estruturada: o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais. Cada condição é definida, inseparavelmente, por suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema das condições que é, também, um *sistema de diferenças*, de posições diferenciais, ou seja, por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é e, em particular, de tudo o que lhe é oposto: a identidade social define-se e afirma-se na diferença. O mesmo é dizer que, nas disposições do *habitus*, se encontra inevitavelmente inscrita toda estrutura do sistema das condições tal como ela se realiza na experiência de uma condição que ocupa determinada posição nessa estrutura: as oposições mais fundamentais da estrutura das condições – alto / baixo, rico / pobre, etc. – tendem a impor-se como os princípios fundamentais de estruturação em relação às práticas e à percepção das práticas. Sistema de esquemas geradores de práticas que, de maneira sistemática, exprime a necessidade e as liberdades inerentes à condição de classe e a *diferença* constitutiva da posição, o *habitus* apreende as diferenças de condição captadas por ele sob a forma de diferenças entre práticas classificadas e classificantes – enquanto produtos do *habitus* – segundo princípios de diferenciação que, por serem eles próprios o produto de tais diferenças, estão objetivamente ajustados a elas e, portanto, tendem a percebê-las como naturais.² Se é necessário reafirmar, contra todas as formas de mecanismo, que a experiência comum do mundo social é um conhecimento, não deixa de ser menos importante de perceber, contra a ilusão da geração espontânea da consciência a que estão reduzidas tantas teorias da “tomada de consciência”, que o conhecimento primeiro é irreconhecimento, reconhecimento de uma ordem que está estabelecida também nos cérebros. Os estilos de vida são, assim, os produtos sistemáticos dos *habitus* que, percebidos em suas relações mútuas segundo os esquemas do *habitus*, tornam-se sistemas de sinais socialmente qualificados – como “distintos”, “vulgares”, etc. A dialética das condições e dos *habitus* é o fundamento da alquimia que transforma a distribuição do capital, balanço de uma relação de forças, em sistema de diferenças percebidas, de propriedades distintivas, ou seja, em distribuição de capital simbólico, capital legítimo, irreconhecível em sua verdade objetiva.

Enquanto produtos estruturados (*opus operatum*) que a mesma estrutura estruturante (*modus operandi*) produz, mediante *retraduções* impostas pela lógica própria aos diferentes *campos*, todas as práticas e as obras do mesmo agente são, por um lado, objetivamente harmonizadas entre si, fora de qualquer busca intencional da coerência, e, por outro, objetivamente orquestradas, fora de qualquer concertação consciente, com as de todos os membros da mesma classe: o *habitus* engendra continuamente metáforas

práticas, isto é, em uma outra linguagem, transferências – a transferência de hábitos motores é apenas um exemplo particular – ou, melhor, *transposições sistemáticas* impostas pelas condições particulares de sua aplicação prática; assim, o mesmo *ethos* ascético que, de acordo com a expectativa, deveria exprimir-se sempre na poupança pode, em determinado contexto, manifestar-se em uma forma particular de utilizar o crédito. As práticas do mesmo agente e, mais amplamente, as práticas de todos os agentes da mesma classe, devem a *afinidade de estilo* que transforma cada uma delas em uma metáfora de qualquer uma das outras ao fato de serem o produto das transferências de um campo para outro dos mesmos esquemas de ação: paradigma familiar do operador analógico que é o *habitus*, a disposição designada por “escrita”, ou seja, uma forma singular de traçar caracteres, produz sempre a mesma escrita, isto é, traços gráficos que, a despeito das diferenças de tamanho, matéria e cor associadas ao suporte (folha de papel ou quadro negro) ou ao instrumento (caneta-tinteiro ou giz), portanto, a despeito das diferenças entre os conjuntos motores mobilizados, apresentam um aspecto familiar imediatamente perceptível, à maneira de todos os traços de estilo ou de atitude pelos quais é possível reconhecer determinado pintor ou escritor tão infalivelmente quanto um homem pela sua maneira de andar.³

A sistematicidade está no *opus operatum* por estar no *modus operandi*:⁴ encontra-se no conjunto das “propriedades”, no duplo sentido do termo, de que os indivíduos ou os grupos estão rodeados – casas, móveis, quadros, livros, automóveis, álcoois, cigarros, perfumes, roupas –, e nas práticas em que eles manifestam sua distinção – esportes, jogos, distrações culturais –, apenas porque ela está na unidade originariamente sintética do *habitus*, princípio unificador e gerador de todas as práticas. O gosto, propensão e aptidão para a apropriação – material e/ou simbólica – de determinada classe de objetos ou de práticas classificadas e classificantes é a fórmula geradora que se encontra na origem do estilo de vida, conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos – mobiliário, vestuário, linguagem ou *hexis* corporal – a mesma intenção expressiva. Cada dimensão do estilo de vida “simboliza com” os outros, como dizia Leibniz, e os simboliza: a visão do mundo de um velho artesão marceneiro, sua maneira de administrar o orçamento, o tempo ou o corpo, sua utilização da linguagem e sua escolha de roupas estão inteiramente presentes em sua ética do trabalho escrupuloso e impecável, aplicado, caprichado e bem acabado, assim como em sua estética do trabalho pelo trabalho que o leva a avaliar a beleza de seus produtos pelo que exigem de aplicação e de paciência.

O sistema de propriedades *bem combinadas* entre as quais convém contar as pessoas – fala-se de “casal bem ajustado” e os amigos gostam de dizer que os cônjuges manifestam os mesmos gostos – tem por princípio o gosto, sistema de esquemas de classificação, cujo acesso à consciência é, em geral, bastante parcial, embora o estilo de vida – à medida que se sobe na hierarquia social – reserve um espaço cada vez mais importante ao que Weber designa como “estilização da vida”. O gosto está na origem do ajuste mútuo de todos os traços associados a uma pessoa e recomendados pela antiga estética para o *fortalecimento mútuo* fornecido por cada um: as inumeráveis informações produzidas, consciente ou inconscientemente, por uma pessoa reduplicam-se e confirmam-se indefinidamente, oferecendo ao observador advertido a espécie de prazer que as simetrias e as correspondências resultantes de uma distribuição harmoniosa das redundâncias

proporcionam ao amante das artes. O efeito de sobredeterminação que resulta de tais redundâncias é tanto mais fortemente sentido, quanto mais fortemente interpenetrados estiverem, para a percepção comum, os diferentes traços que, obrigatoriamente, são isolados pela observação ou pela avaliação; assim, cada um dos elementos de informação fornecidos pela prática (por exemplo, um julgamento em pintura) fica contaminado – e, em caso de desvio em relação ao traço provável, *corrigido* – pelo efeito do conjunto dos traços anteriormente ou simultaneamente percebidos. Daí vem que a investigação tendente a isolar os traços – dissociando, por exemplo, as coisas ditas da maneira de dizê-las –, a arrancá-los ao sistema dos traços correlatos, tende a minimizar a diferença, em cada ponto, entre as classes e, sobretudo, a distância entre os pequeno-burgueses e os burgueses: nas situações habituais da existência burguesa, as banalidades sobre a arte, a literatura ou o cinema servem-se de uma voz grave e bem articulada, da dicção lenta e desenvolta, do sorriso distante ou confiante, do gesto ponderado, do figurino bem desenhado e do salão burguês de quem as pronuncia.⁵

Assim, o gosto é o operador prático da transmutação das coisas em sinais distintos e distintivos, das distribuições contínuas em oposições descontínuas; ele faz com que as diferenças inscritas na *ordem física* dos corpos tenham acesso à *ordem simbólica* das distinções significantes. Transforma práticas objetivamente classificadas em que uma condição significa-se a si mesma – por seu intermédio – em práticas classificadoras, ou seja, em expressão simbólica da posição de classe, pelo fato de percebê-las em suas relações mútuas e em função de esquemas sociais de classificação. Ele encontra-se, assim, na origem do sistema dos traços distintivos que é levado a ser percebido como uma expressão sistemática de uma classe particular de condições de existência, ou seja, como um estilo distintivo de vida, por quem possua o conhecimento prático das relações entre os sinais distintivos e as posições nas distribuições, entre o espaço das propriedades objetivas, revelado pela construção científica, e o espaço não menos objetivo dos estilos de vida que existe como tal para a – e pela – experiência comum. Este sistema de classificação que é o produto da incorporação da estrutura do espaço social tal como ela se impõe através da experiência de uma determinada posição neste espaço é, nos limites das possibilidades e das impossibilidades econômicas – que ele tende a reproduzir em sua lógica –, o princípio de práticas ajustadas às regularidades inerentes a uma condição; ele opera continuamente a transfiguração das necessidades em estratégias, das obrigações em preferências, e engendra, fora de qualquer determinação mecânica, o conjunto das “escolhas” constitutivas de *estilos de vida* classificados e classificantes que adquirem seu sentido – ou seja, seu valor – a partir de sua posição em um sistema de oposições e de correlações.⁶ Necessidade tornada virtude, ele tende a transformar continuamente a necessidade em virtude, levando a “escolhas” ajustadas à condição de que ele é o produto: como é bem visível em todos os casos em que, na seqüência de uma mudança de posição social, as condições em que o *habitus* foi produzido não coincidem com as condições nas quais ele funciona e em que é possível isolar sua eficácia própria, o gosto, ou seja, *gosto de necessidade* ou *gosto de luxo* – e não uma baixa ou elevada renda – é que comanda as práticas objetivamente ajustadas a tais recursos. Ele é o que faz com que um indivíduo seja detentor do que gosta porque gosta do que tem, ou seja, as propriedades que lhe são atribuídas, de fato, nas distribuições e fixadas por direito nas classificações.⁷

A homologia entre os espaços

Tendo em mente tudo o que precede e, em particular, o fato de que os esquemas geradores do *habitus* aplicam-se, por simples transferência, aos mais diferentes domínios da prática, compreende-se imediatamente que as práticas ou os bens que estão associados às diferentes classes nos diferentes domínios da prática organizam-se segundo estruturas de oposição que são perfeitamente homólogas entre si por serem todas homólogas do espaço das oposições objetivas entre as condições. Sem pretendermos demonstrar – aqui, em algumas páginas – o que deverá ser estabelecido por toda a seqüência desta exposição e limitando-nos a dar a perceber em sua integralidade um conjunto de relações que correm o risco de serem dissimuladas pelo detalhamento das análises, contentar-nos-emos em indicar, de forma bastante esquemática, como os dois grandes princípios de organização do espaço social comandam a estrutura e a mudança do espaço do consumo cultural e, de forma mais geral, de todo o espaço dos estilos de vida dos quais este consumo é um aspecto. Em matéria de consumo cultural, a oposição principal, segundo o volume global do capital, estabelece-se aqui entre o consumo, designado como *distinto* por sua própria raridade, das frações mais bem providas, ao mesmo tempo, em capital econômico e em capital cultural, por um lado, e, por outro, o consumo considerado socialmente como *vulgar* – por ser, a um só tempo, *fácil e comum* – dos mais desprovidos nesses dois aspectos de capital; e, nas posições intermediárias, encontram-se as práticas destinadas a aparecer como *pretensiosas* pelo fato da discordância entre a ambição e as possibilidades de sua realização. À condição dominada que, do ponto de vista dos dominantes, se caracteriza pela combinação da ascese forçada com o laxismo injustificado, a estética dominante, cujas realizações mais acabadas são a obra de arte e a disposição estética, opõe a combinação da naturalidade com a ascese, ou seja, o ascetismo eletivo como restrição deliberada, economia de recursos, moderação, reserva, que se afirmam na manifestação absoluta da excelência que é a distensão na tensão.

Esta oposição fundamental especifica-se segundo a estrutura do capital: pela mediação dos meios de apropriação à sua disposição, por um lado, exclusiva ou principalmente culturais e, por outro, de preferência, econômicos, e as diferentes formas da relação com as obras de arte daí resultantes, as diferentes frações da classe dominante encontram-se orientadas para práticas culturais tão diferentes em seu estilo e seu objeto, assim como, às vezes, tão abertamente antagonistas – como as dos “artistas” e as dos “burgueses”⁸ – que se acaba por esquecer que elas são variantes da mesma relação fundamental com a necessidade e com aqueles que lhe estão submetidos, além de terem em comum a busca da apropriação exclusiva dos bens culturais legítimos e dos ganhos de distinção que ela proporciona. Diferentemente dos membros das frações dominantes que exigem da arte um elevado grau de denegação do mundo social e tendem para uma estética hedonista da naturalidade e da facilidade, simbolizada pelo teatro de bulevar ou pela pintura impressionista, os membros das frações dominadas mantêm uma relação estreita com a estética em seu aspecto essencialmente ascético e, por conseguinte, são impelidas a aderir a todas as revoluções artísticas realizadas em nome da pureza e da purificação, da recusa da ostentação e do gosto burguês do ornamento; assim, as disposições em relação ao

mundo social, decorrentes de seu estatuto de *primos pobres*, fazem com que sejam levados, além disso, a acolher uma representação pessimista do mundo social.

Se é por demais evidente que a arte oferece-lhe seu terreno por excelência, ocorre que, em todas as áreas da prática, pode exprimir-se a intenção de submeter as pulsões fáceis e as necessidades primárias à depuração, ao requinte e à sublimação; além disso, em todos os domínios, a “estilização da vida”, ou seja, o primado conferido à *forma* sobre a *função* que conduz à *denegação da função*, pode produzir os mesmos efeitos. Em matéria de linguagem, é a oposição entre a espontaneidade popular e a linguagem altamente censurada da burguesia, entre a busca expressionista do pitoresco ou do efeito e a opinião preconcebida da moderação e da simplicidade fingida – em grego, *litótes*. Verifica-se a mesma economia de meios no uso da linguagem corporal: ainda neste aspecto, a gesticulação e a pressa, a aparência e as mímicas, opõem-se à lentidão – “os gestos lentos, o olhar lento” da nobreza, segundo Nietzsche⁹ – à moderação e à impassibilidade que é a marca da altivez. E, o gosto primário, inclusive, organiza-se segundo a oposição fundamental com a antítese entre a quantidade e a qualidade, a comilança e as iguarias, a matéria e as maneiras, a substância e a forma.

A forma e a substância

O fato de que, em matéria de consumo alimentar, a oposição principal corresponde, *grosso modo*, a diferenças de renda, dissimula a oposição secundária que, no âmbito das classes tanto médias quanto dominante, estabelece-se entre as frações mais ricas em capital cultural e as menos ricas em capital econômico. Por um lado, e, por outro, as frações detentoras de um patrimônio de estrutura inversa. Os observadores vêem, assim, um efeito simples da renda no fato de que, à medida da ascensão na hierarquia social, a parcela do consumo alimentar diminui ou que a parcela no consumo alimentar dos ingredientes pesados e gordurosos e que levam a engordar, além de serem baratos – massas, batatas, feijão, toucinho, carne de porco (F.C., XXXIII) – e, também, *vinho* decresce, enquanto aumenta a parcela dos ingredientes magros, leves (de fácil digestão) e que não levam a engordar – carne de boi, de vitela, de carneiro, de ovelha e, sobretudo, frutas e legumes frescos, etc.¹⁰ Pelo fato de que o verdadeiro princípio das preferências é o gosto como necessidade tornada virtude, a teoria que transforma o consumo em uma função simples da renda parece ser fundamentada já que a renda contribui, em grande importância, para determinar a distância da necessidade. Todavia, ela não pode ser a justificativa para casos em que a mesma renda encontre-se associada a consumos de estruturas totalmente diferentes: assim, os contramestres permanecem vinculados ao gosto “popular”, embora disponham de uma renda superior a dos empregados, cujo gosto não deixa de marcar uma ruptura brutal em relação ao dos operários, aproximando-se do gosto dos professores.

Para conseguir uma verdadeira justificativa das variações que a lei de Engel limita-se a registrar, convém levar em consideração o conjunto das características da condição social que estão associadas – do ponto de vista estatístico – desde a primeira infância à posse de uma renda mais ou menos elevada e que é de natureza a modelar gostos ajustados a tais condições.¹¹ O verdadeiro princípio das diferenças que se observam no campo do consumo, e muito além dessa área, é a oposição entre os *gostos de luxo* (ou *de liberdade*)

e os *gostos de necessidade*: os primeiros caracterizam os indivíduos que são o produto de condições materiais de existência definidas pela *distância da necessidade*, pelas liberdades ou, como se diz, às vezes, pelas *facilidades* garantidas pela posse de um capital; por sua vez, os segundos exprimem, em seu próprio ajuste, as necessidades de que são o produto. Assim, é possível *deduzir* os gostos populares pelos *alimentos mais nutritivos* e, ao mesmo tempo, mais *econômicos* – o duplo pleonasma mostra a redução à pura função primária – da *necessidade de reproduzir, ao menor custo, a força de trabalho* que se impõe, como sua própria definição, ao proletariado. A idéia de gosto, tipicamente burguesa, já que supõe a liberdade absoluta da escolha, é tão estreitamente associada à idéia de liberdade que é difícil conceber os paradoxos do gosto da necessidade: ou por sua abolição pura e simples, transformando a prática em um produto direto da necessidade econômica – os operários comem feijão por não disporem de recursos para comprar outro alimento – e ignorando que, na maior parte do tempo, a necessidade só é satisfeita porque os agentes têm *propensão* a satisfazê-la por *terem o gosto* daquilo a que, de qualquer modo, estão condenados; ou por sua transformação em gosto de liberdade, esquecendo os condicionamentos de que ele é o produto e, assim, por sua redução a uma preferência patológica ou mórbida para as coisas de – primeira – necessidade, uma espécie de indigência congênita, pretexto para a prática de um racismo de classe que associa o povo ao que é gordo e gorduroso, ao vinho tinto forte, aos enormes tamancos, aos trabalhos pesados, à gargalhada estrondosa, às piadas exageradas, ao bom senso um tanto rudimentar e às pilhérias grosseiras. O gosto é *amor fati*, escolha do destino, embora forçada, produzida por condições de existência que, ao excluir qualquer outra possibilidade como se tratasse de puro devaneio, deixam como única escolha o gosto pelo necessário.

Basta descrever os gostos de necessidade como se tratasse de gostos de luxo¹² – o que acontece, inevitavelmente, sempre que se ignora a *modalidade das práticas* – para produzir falsas coincidências entre as duas posições extremas do espaço social: tratando-se de fecundidade ou de celibato – ou, o que dá no mesmo, de atraso no casamento –, vê-se que tal fenômeno é, para uns, um luxo eletivo, enquanto, para outros, é um efeito da privação. Neste sentido, a análise de Nicole Tabard sobre as atitudes em relação ao trabalho feminino é exemplar: para as mulheres da classe operária, “o trabalho é uma obrigação que se torna menos adstringente com o aumento da renda do marido”; ao contrário, para as classes privilegiadas, o trabalho feminino é uma escolha, como dá testemunho o fato de que “a taxa de atividade feminina não diminui com a elevação do estatuto”.¹³ Deveríamos ter em mente este exemplo ao lermos determinadas estatísticas em que a identidade nominal que impõe a homogeneidade da interrogação oculta – como se verifica, freqüentemente, quando se passa de uma extremidade para a outra do espaço social – realidades totalmente diferentes: se, em um caso, as mulheres trabalhadoras afirmam ser favoráveis ao trabalho feminino, enquanto em outro elas podem trabalhar sem deixarem de afirmar que são desfavoráveis a essa situação, é porque o trabalho ao qual se referem tacitamente as mulheres da classe operária é o único ao seu alcance, ou seja, um trabalho braçal penoso e mal remunerado, que nada tem de comum com o que a palavra “trabalho” evoca para as mulheres da burguesia. E para dar uma idéia dos efeitos ideológicos exercidos pela visão dominante quando, essencialista e antigenética, ela naturaliza, consciente ou inconscientemente, o

gosto de necessidade – o “gosto bárbaro” de Kant – convertendo-o em inclinação natural pelo simples fato de dissociá-lo de suas *razões de ser* econômicas e sociais, bastará lembrar uma experiência de psicologia social segundo a qual o mesmo ato – doação de sangue – é percebido como voluntário ou forçado conforme for realizado por membros das classes privilegiadas ou por membros das classes populares.¹⁴

O gosto de necessidade só pode engendrar um estilo de vida em si que é definido como tal apenas de forma negativa, por falta, pela *relação de privação* que mantém com os outros estilos de vida. Para uns, os emblemas eletivos, enquanto, para os outros, os estigmas que carregam, inclusive, em seu corpo. “Do mesmo modo que o povo escolhido trazia inscrito na fronte que ele pertencia a Jeová, a divisão do trabalho imprime no operário de manufatura um sinete que o consagra como propriedade do capital”. Este sinete, mencionado por Marx, não é outra coisa senão o próprio estilo de vida, através do qual os mais desprovidos se denunciam imediatamente, até mesmo no uso de seu tempo livre, dedicando-se, assim, a servir de contraste a todos os empreendimentos de distinção e a contribuir, de maneira totalmente negativa, para a dialética da pretensão e da distinção que se encontra na origem das incessantes mudanças do gosto. Não contentes, por um lado, de estarem destituídos de quase todos os conhecimentos ou maneiras que recebem valor no mercado dos exames escolares ou das conversações mundanas e, por outro, de possuírem apenas habilidades desprovidas de valor nos mercados, eles são aqueles que “não sabem viver”, que mais se conformam com os alimentos materiais – e com os mais pesados, grosseiros e que levam a engordar, tais como pão, batatas e ingredientes gordurosos –, além de serem os mais vulgares (por exemplo, o vinho); aqueles que ligam menos para o vestuário e cuidados corporais, para a cosmética e estética; aqueles que “não sabem descansar”, “que têm sempre algo para fazer”, que montam a tenda em *campings* superlotados, que fazem o piquenique à beira das grandes rodovias, que se metem na fila dos engarrafamentos da partida para férias com seu Renault 5 ou Simca 1000, que se deixam levar pelos lazeres pré-fabricados, aliás, concebidos para eles pelos engenheiros da produção cultural em grande escala; aqueles que, por todas estas “escolhas” tão mal inspiradas, confirmam o racismo de classe, se é que é necessário, com a convicção de que, afinal, só têm o que merecem.

A arte de beber e de comer continua sendo, sem dúvida, um dos únicos terrenos em que as classes populares se opõem, explicitamente, à arte legítima de viver. À nova ética da sobriedade para a magreza – tanto mais reconhecida quanto mais elevada for a posição na hierarquia social –, os camponeses e, sobretudo, os operários, opõem uma *moral da boa vida*. Além de gostar de comer e beber bem, o boa-vida é aquele que sabe entrar na relação generosa e *familiar* – isto é, simples e, ao mesmo tempo, livre – simbolizada e favorecida pelo beber e comer em comum, suprimindo, também, a moderação, as reticências e as reservas que manifestam o distanciamento pela recusa do convívio e da partilha espontânea com os outros.

64% dos quadros superiores, membros das profissões liberais e industriais, além de 60% dos quadros médios e empregados julgam que “o francês come demais”. Os agricultores – os mais propensos, de longe, a pensar que ele come “normalmente”, ou seja, 54% contra 32% nas classes superiores – e os operários são os menos impelidos a aceitar a nova norma cultural (40% e 46%) que é mais reconhecida entre as *mulheres* e os *juvens*

do que entre os homens e as pessoas idosas, respectivamente. Em matéria de bebidas, somente os agricultores opõem-se nitidamente à opinião dominante – 32% dizem que “o francês bebe normalmente” – aceita, todavia, menos freqüentemente pelos operários do que pelas outras categorias. 63% dos operários – e 56% dos camponeses contra 48% dos quadros, membros das profissões liberais e industriais – dizem ter uma opinião favorável de quem gosta de comer e beber bem. Outro índice de sua propensão em reivindicar, neste domínio, práticas heterodoxas que, em matéria de cultura, esforçam-se em dissimular, eles dizem que, no restaurante, escolheriam um prato mais bem caprichado, em vez de um grelhado – como é o caso dos quadros superiores – ou que se serviriam, a um só tempo, de queijo e de sobremesa (o que é compreensível se soubermos que, pela sua própria raridade, a ida ao restaurante é para a maior parte deles – 51% dos agricultores e 44% dos operários praticamente nunca o freqüentam contra 6% dos membros das classes superiores – algo extraordinário, associado à idéia de abundância e suspensão das restrições comuns). Até mesmo em matéria de consumo de álcool, em que o peso da legitimidade é, sem dúvida, maior, os membros das classes populares são os menos propensos – 35% para os agricultores e 46% para os operários contra 55% para as classes superiores – a situar acima de 15 anos a idade em que uma criança pode consumir bebidas alcoólicas (F.C., XXXIV).

A fronteira em que se marca a ruptura com a relação popular aos alimentos passa, sem dúvida alguma, entre os operários e os empregados: dispensando para a alimentação menos que os operários com qualificação, tanto em valor absoluto (9.377 F contra 10.347 F) quanto em valor relativo (34,2% contra 38,3%), os empregados consomem menos pão, carne de porco, salsicharias, leite e queijos, coelhos e aves de criação, legumes secos e ingredientes gordurosos; além disso, no âmbito de um orçamento de alimentação mais restrito, dispensam uma soma equivalente para a carne – boi, vitela, carneiro, cordeiro – e um pouco mais para o peixe, frutas frescas e aperitivos. Estas transformações da estrutura do consumo alimentar são acompanhadas por um aumento das despesas em matéria de higiene ou de cuidados corporais – ou seja, para a saúde e, ao mesmo tempo, para a beleza – e de vestuário, assim como de um leve aumento das despesas com cultura e lazer. Basta observar que a restrição das despesas alimentares e, em particular, das mais *terrestres*, mais *terra-a-terra* e *materiais*, é acompanhada por uma restrição dos nascimentos para termos o direito de supor que ela constitui o aspecto de uma transformação global da relação com o mundo: o gosto “modesto” que sabe sacrificar os apetites e os prazeres imediatos aos desejos e satisfações vindouros opõe-se ao materialismo espontâneo das classes populares que recusam entrar na contabilidade benthamiana dos prazeres e dos sofrimentos, dos ganhos e das despesas – por exemplo, para a saúde e para a beleza. O mesmo é dizer que estas duas relações com os alimentos terrestres têm por princípio duas disposições em relação ao futuro as quais, por sua vez, mantêm uma relação de causalidade circular com dois futuros objetivos: contra a antropologia imaginária da ciência econômica que nunca recuou diante da formulação de leis universais da “preferência temporal”, convém lembrar que a propensão a subordinar os desejos presentes aos desejos futuros depende do grau em que este *sacrifício* é “razoável”, ou seja, das possibilidades de obter, *de qualquer modo*, satisfações futuras superiores às satisfações sacrificadas.¹⁵ Entre as condições econômicas da propensão a sacrificar as satisfações imediatas às satisfações almejadas, convém contar a probabilidade de tais

Tabela 16 – Estrutura do consumo alimentar dos empregados, contramestres e operários com qualificação (F. C., III)

	oper. com qualif.		contramestre		empregados	
	F	%	F	%	F	%
nº médio de pes. por família	3,61		3,85		2,95	
desp. méd. total por família (em F.)	26981		35311		27376	
desp. alim. méd. por família (em F.)	10347		12503		9376	
desp. alim. em % da desp. total	38,3		35,4		34,2	
desp. média em F. e % da desp. alim. total	F	%	F	%	F	%
Cereais (total) e, em particular:	925	8,9	1054	8,4	789	8,4
- pão	464	4,5	512	4,1	349	3,7
- confeitaria, torradas	331	3,2	439	3,5	322	3,4
- arroz	27	0,3	28	0,2	24	0,2
- massas	65	0,6	46	0,4	49	0,5
- farinhas	37	0,3	27	0,2	45	0,5
Legumes (total) e, em particular:	858	8,3	979	7,8	766	8,2
- batatas	141	1,4	146	1,2	112	1,2
- legumes frescos	556	5,4	656	5,2	527	5,6
- legumes secos e em conserva	162	1,6	177	1,4	127	1,3
Frutas (total) e, em particular:	515	5,0	642	5,1	518	5,5
- frutas frescas	248	2,4	329	2,6	278	3,0
- frutas cítricas, bananas	202	1,9	229	1,8	177	1,9
- frutas secas	65	0,6	86	0,7	62	0,7
Carnes de açougue (total) e, em particular:	1753	16,9	2176	17,4	1560	16,5
- boi	840	8,1	1086	8,7	801	8,5
- vitela	302	2,9	380	3,0	296	3,1
- carneiro, cordeiro	169	1,6	170	1,3	154	1,6
- cavalo	88	0,8	112	0,9	74	0,8
- porco	354	3,4	428	3,4	235	2,5
Salsicharia, pratos pré-cozidos	893	8,6	1046	8,4	758	8,0
Peixes, crustáceos, mariscos	268	2,6	330	2,6	280	3,0
Aves de criação	389	3,7	403	3,2	317	3,4
Coelho, caça	173	1,7	156	1,2	131	1,4
Ovos	164	1,6	184	1,5	146	1,5
Leite	342	3,3	337	2,7	252	2,7
Queijos, iogurtes	631	6,1	700	5,6	521	5,5
Ingredientes gordurosos (total) e, em particular:	547	5,3	629	5,0	439	4,7
- manteiga	365	3,5	445	3,5	292	3,1
- óleos	149	1,4	146	1,2	125	1,3
- margarina	30	0,3	37	0,3	21	0,2
- banha de porco	2	-	-	-	1	-
Açúcar, compotas, cacau (chocolate)	345	3,3	402	3,2	290	3,1
Álcoois (total) e, em particular:	883	8,6	1459	11,7	771	8,2
- vinhos	555	5,4	1017	8,1	466	5,0
- cerveja	100	1,0	109	0,9	68	0,7
- sidra	13	-	5	-	8	-
- aperitivo, licores, etc.	215	2,1	328	2,6	229	2,4
Bebidas não alcoólicas	236	2,3	251	2,0	224	2,4
Café, chá	199	1,9	252	2,0	179	1,9
Refeição no restaurante	506	4,9	583	4,7	572	6,1
Refeição na cantina	457	4,4	559	4,5	473	5,0
Diversos	263	2,5	359	2,9	389	4,1

satisfações futuras que está inscrita na condição presente. É ainda uma espécie de cálculo econômico que desincentiva a submeter a existência ao cálculo econômico: o hedonismo que, no dia-a-dia, leva a tomar as raras satisfações – “os bons momentos” – do presente imediato é a única filosofia concebível para aqueles que, segundo se diz, não tendo futuro, só podem acalantar, de qualquer modo, escassas expectativas a seu respeito.¹⁶ Compreende-se melhor que o materialismo prático – manifestado, sobretudo, na relação com os alimentos – seja um dos componentes mais fundamentais do *ethos*, até mesmo, da ética popular: a presença ao presente que se afirma no cuidado em aproveitar dos bons momentos e de aceitar o tempo tal como ele se apresenta é, por si só, uma afirmação de solidariedade com os outros – que são, aliás, na maior parte das vezes, a única garantia presente contra as ameaças do futuro – na medida em que esta espécie de imanentismo temporal é um reconhecimento dos limites que definem a condição. Eis porque a sobriedade do pequeno-burguês é sentida, profundamente, como uma ruptura: abstendo-se de tomar o bom tempo e de vivê-lo com os outros, o pequeno-burguês de aspiração atraiçoa sua ambição de arrancar-se ao presente comum quando ele não constrói uma verdadeira imagem de si em torno da oposição entre a casa e o bar, a abstinência e a intemperança, ou seja, também, entre a salvação individual e a solidariedade coletiva.

O bar não é apenas o local em que se vai para beber, mas para beber em companhia e em que é possível instaurar relações de familiaridade baseadas na suspensão das censuras, convenções e conveniências que devem ser respeitadas nas trocas com estranhos: por oposição ao bar ou ao restaurante burguês ou pequeno-burguês, no qual cada mesa constitui um pequeno território separado e apropriado (pede-se licença para retirar uma cadeira ou o saleiro), o bar popular é uma companhia (daí, a saudação “Olá, companheiros!” ou “Bom-dia a todo o mundo” ou “Tudo bem, caras?” do recém-chegado) na qual o indivíduo se integra. O centro é o balcão em torno do qual as pessoas se acotovelam depois de terem apertado a mão ao “proprietário”, colocado desta forma em posição de anfitrião (muitas vezes, é ele quem orienta a conversação) e, às vezes, até mesmo, a todos os presentes (as mesas – cuja existência não é obrigatória – sendo deixadas para os “estranhos” ou para as mulheres que vieram dar de beber algo a um filho ou fazer uma ligação telefônica). No bar, a arte tipicamente popular da *piada* atinge sua plena realização, ou seja, a arte de levar tudo na brincadeira (daí, as interjeições *sem brincar* ou *fora de brincadeira* pelas quais se marca o retorno às coisas sérias e que, aliás, podem introduzir uma piada com segundas intenções), mas também a arte de dizer piadas ou de fazer brincadeiras, das quais o bom gordo é a vítima predestinada: por um lado, ele presta-se, mais do que qualquer outra pessoa, a esse jogo por uma propriedade que, segundo o código popular, é uma singularidade pitoresca, em vez de uma tara; e, por outro, a boa natureza de que é creditado o predispõe a aceitá-las e considerá-las de forma positiva. Em poucas palavras, a arte de zombar dos outros sem irritá-los por meio de deboches ou de injúrias rituais que são neutralizados por seu próprio excesso e que, supondo uma grande familiaridade, tanto pela informação que utilizam, quanto pela própria liberdade de que dão testemunho, são de fato testemunhos de atenção ou de afeição, determinadas maneiras de valorizar sob a aparência de denegrir, de assumir sob a aparência de condenar – embora possam servir para colocar à prova aqueles que tivessem a pretensão de distanciar-se do grupo.¹⁷

Três maneiras de se distinguir

A oposição principal entre os gostos de luxo e os gostos de necessidade especifica-se em um número de oposições igual às diferentes maneiras de afirmar sua distinção em relação à classe operária e a suas necessidades primárias ou, o que dá no mesmo, igual aos poderes que permitem manter a necessidade à distância. Assim, na classe dominante, pode-se distinguir, simplificando, três estruturas de consumo distribuídas em três itens principais: alimentação, cultura e despesas com apresentação de si e com representação (vestuário, cuidados de beleza, artigos de higiene, pessoal de serviço). Estas estruturas assumem formas estritamente inversas – como as estruturas de seu capital – entre os professores e os industriais ou grandes comerciantes: enquanto estes têm um consumo alimentar excepcionalmente elevado (acima de 37% do orçamento), além de despesas culturais bastante baixas e despesas médias de apresentação e representação, os primeiros, cuja despesa total média é mais reduzida, têm despesas alimentares baixas (inferiores, relativamente, às dos operários), despesas de apresentação e de representação restritas (incluindo, despesas com saúde que se encontram entre as mais elevadas) e despesas culturais (livros, jornais, espetáculos, esportes, brinquedos, música, rádio e toca-discos) relativamente fortes. A essas duas categorias, opõem-se os membros das profissões liberais que, à alimentação, reservam uma parcela de seu orçamento igual à dos professores (24,4%) para uma despesa global muito mais elevada (57.122 F, em vez de 40.884 F), e cujas despesas de apresentação e representação superam de longe as de todas as outras frações, sobretudo, se acrescentarmos as despesas com pessoal de serviço, enquanto suas despesas culturais são mais baixas do que as dos professores (ou iguais às dos engenheiros e quadros superiores que se situam a meio caminho entre os professores e os membros das profissões liberais, embora estejam mais perto destes relativamente a quase todos os consumos).

Tabela 17 – Estrutura das despesas entre os professores, membros das profissões liberais, industriais e grandes comerciantes (F. C., III)

	professores		prof. liberais		industriais grandes comerciantes	
	F	%	F	%	F	%
alimentação ¹	9969	24,4	13956	24,4	16578	37,4
apresentação ²	4912	12,0	12680	22,2	5616	12,7
cultura ³	1753	4,3	1298	2,3	574	1,3

¹ Incluindo as refeições no restaurante ou cantina.

² Vestuário, calçado, cirurgia plástica e limpeza, penteado, empregados domésticos.

³ Livros, jornais, papelaria, discos, esporte, brinquedos, música, espetáculos.

Tabela 18 – Estrutura do consumo alimentar segundo as frações da classe dominante (F. C., III)

	professores		quadros superiores		profissões liberais		engenheiros		industriais grandes comerc.	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
nº médio de pes. por família desp. méd. total por família (em F)	3,11		3,6		3,5		3,6		3,6	
desp. alim. méd. por família (em F)	40844		52156		57122		49822		44339	
desp. alim. em % da desp. total	24,4		25,2		24,4		25,4		37,4	
desp. média em F. e % da alim. total	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Cereais (total) e, em particular:										
- pão	865	8,7	993	7,5	1011	7,2	951	7,5	1535	9,2
- confeitaria, torradas	322	3,2	347	2,6	326	2,3	312	2,5	454	2,5
- arroz	452	4,5	552	4,1	548	4,0	539	4,2	989	5,6
- massas	16	0,2	27	0,2	33	0,2	28	0,2	29	0,1
- farinhas	35	0,3	32	0,2	62	0,4	41	0,3	33	0,1
Legumes (total) e, em particular:										
- batatas	40	0,4	35	0,2	41	0,3	31	0,2	28	0,1
- legumes frescos	766	7,7	1015	7,7	1100	7,9	899	7,1	1222	7,4
- legumes secos e em conserva	81	0,8	94	0,7	95	0,7	98	0,7	152	0,8
Frutas (total) e, em particular:										
- frutas frescas	555	5,6	729	5,5	811	5,8	647	5,1	915	5,1
- frutas cítricas, bananas	131	1,3	191	1,4	216	1,5	154	1,2	153	0,8
- frutas secas, compotas	632	6,3	871	6,6	990	7,2	864	6,8	877	5,2
- frutas cítricas, bananas	295	2,9	405	3,1	586	4,2	424	3,3	547	3,1
- frutas secas, compotas	236	2,4	343	2,6	303	2,2	324	2,5	256	1,4
Carnes de açougue (total) e, em particular:										
- boi	102	1,0	122	0,9	98	0,7	116	0,9	73	0,4
- vitela	1556	15,6	2358	18,0	2552	18,3	2073	16,4	2323	14,0
- carneiro, cordeiro	814	8,1	1291	9,8	1212	8,7	1144	9,0	1273	7,2
- cavalo	335	3,4	452	3,4	630	4,5	402	3,1	377	2,3
- porco (carne fresca)	156	1,6	315	2,3	438	3,2	242	1,9	390	2,2
Salsicharia	31	0,3	49	0,3	31	0,2	37	0,3	94	0,5
Conservas de carne	221	2,2	251	1,7	239	1,7	247	1,9	187	1,3
Peixes, crustáceos, mariscos	634	6,3	741	5,6	774	5,5	705	5,6	812	4,9
Aves de criação	336	3,4	350	2,6	233	1,7	310	2,4	1362	8,0
Coelho, caça	336	3,4	503	3,8	719	5,1	396	3,1	588	3,5
Ovos	235	2,3	311	2,4	399	2,8	310	2,4	333	2,0
Leite	36	0,3	97	0,7	148	1,1	89	0,7	289	1,7
Queijos, iogurtes	149	1,4	172	1,3	190	1,4	178	1,4	185	1,1
Ingredientes gordurosos (total) e, em particular:										
- manteiga	299	3,0	271	2,0	249	1,8	287	2,3	309	1,9
- óleos	692	6,9	776	5,9	843	6,0	785	6,1	1090	6,5
- margarina	399	4,0	564	4,3	525	3,8	504	4,0	551	3,3
- banha de porco	320	3,2	408	3,1	379	2,7	371	2,9	405	2,4
Açúcar, compotas, cacau (chocolate)	66	0,6	136	1,0	132	1,0	103	0,8	112	0,6
Álcoois (total) e, em particular:										
- vinho	12	0,1	17	0,1	12	0,1	29	0,2	19	0,1
- cerveja	1	*	2	-	1	*	1	*	13	0,1
- sidra	304	3,0	395	3,0	265	1,9	327	2,6	407	2,4
- aperitivo, licores, etc.	711	7,1	1365	10,3	1329	9,5	937	7,4	2218	13,4
Bebidas não alcoólicas	457	4,6	869	6,6	899	6,4	392	3,1	1881	11,8
Café, chá	82	0,8	91	0,7	40	0,3	184	1,4	93	0,5
Refeição no restaurante	13	0,1	12	-	-	-	8	*	5	-
Refeição na cantina	157	1,6	391	3,0	389	2,8	352	2,8	237	1,4
Diversos	344	3,4	342	2,6	267	1,9	295	2,3	327	2,0
Refeição no restaurante	152	1,5	215	1,5	291	2,1	178	1,4	298	1,8
Refeição na cantina	829	8,3	1863	13,0	1562	11,2	1372	10,8	1179	7,1
Diversos	745	7,5	562	4,0	221	1,6	773	6,1	299	1,8
Diversos	264	2,6	379	2,7	258	1,8	432	3,4	324	1,9

Pode-se indicar com precisão o sistema das diferenças ao observar, mais atentamente, a maneira como se distribui o consumo alimentar: neste aspecto, os industriais e os comerciantes diferem profundamente dos membros das profissões liberais e, *a fortiori*, dos professores, em razão da importância atribuída aos produtos à base de cereais – em particular, à confeitaria –, aos vinhos, conservas de carne e caça, além de seu pouco interesse por carne, frutas e legumes frescos. Os professores, cujas despesas alimentares têm uma estrutura quase idêntica à dos empregados de escritório gastam, mais do que todas as outras frações, em pão, laticínios, açúcar, compotas, bebidas não alcoólicas; sempre menos, em vinhos e álcoois; e nitidamente menos do que os membros das profissões liberais, em produtos caros, tais como as carnes – e, sobretudo, as mais caras como é o carneiro e o cordeiro –, as frutas e os legumes frescos. Por sua vez, os membros das profissões liberais distinguem-se, sobretudo, pela parcela importante de suas despesas com produtos caros e, em particular, com as carnes (18,3% das despesas com a alimentação) e, sobretudo, com as mais caras (vitela, cordeiro e carneiro), com os legumes e frutas frescos, peixes e crustáceos, queijos e aperitivos.¹⁸

Assim, quando se vai dos operários para os empresários do comércio e da indústria, passando pelos contramestres, artesãos e pequenos comerciantes, o freio econômico tende a abrandar sem que haja alteração do princípio fundamental das escolhas de consumo: a oposição entre os dois extremos estabelece-se, então, entre o *pobre* e o (novo) *rico*, entre a comida e a comilança; os alimentos consumidos são cada vez mais duplamente ricos (mais caros e mais ricos em calorias) e cada vez mais pesados (caça, patê de fígado). Ao contrário, o gosto dos membros das profissões liberais ou dos quadros superiores constitui negativamente o gosto popular como gosto do pesado, gorduroso e grosseiro, orientando-se para o leve, delicado, requintado: a abolição dos freios econômicos é acompanhada pelo fortalecimento das censuras sociais que interdita a grosseria e a grossura em benefício da distinção e da finura. O gosto pelos alimentos raros e aristocráticos tende à preparação de uma culinária de tradição, rica em produtos caros ou raros (legumes frescos, carnes, etc.). Finalmente, os professores, mais ricos em capital cultural do que em capital econômico, e, por isso mesmo, impelidos a consumos ascéticos em todas as áreas, opõem-se quase conscientemente – por uma busca de originalidade ao menor custo econômico que se orienta para o exotismo (cozinha italiana, chinesa, etc.) e para o populismo culinário (pratos da zona rural) – aos (novos) ricos e a seus alimentos ricos, vendedores e consumidores de “comilança”, aqueles a quem, às vezes, se atribui a denominação de “gossos” – gordos do ponto de vista corporal e, intelectualmente, grosseiros – que possuem os recursos econômicos de afirmar, com uma arrogância percebida como “vulgar”, um estilo de vida bastante próximo, em matéria de consumo econômico e cultural, daquele das classes populares.¹⁹

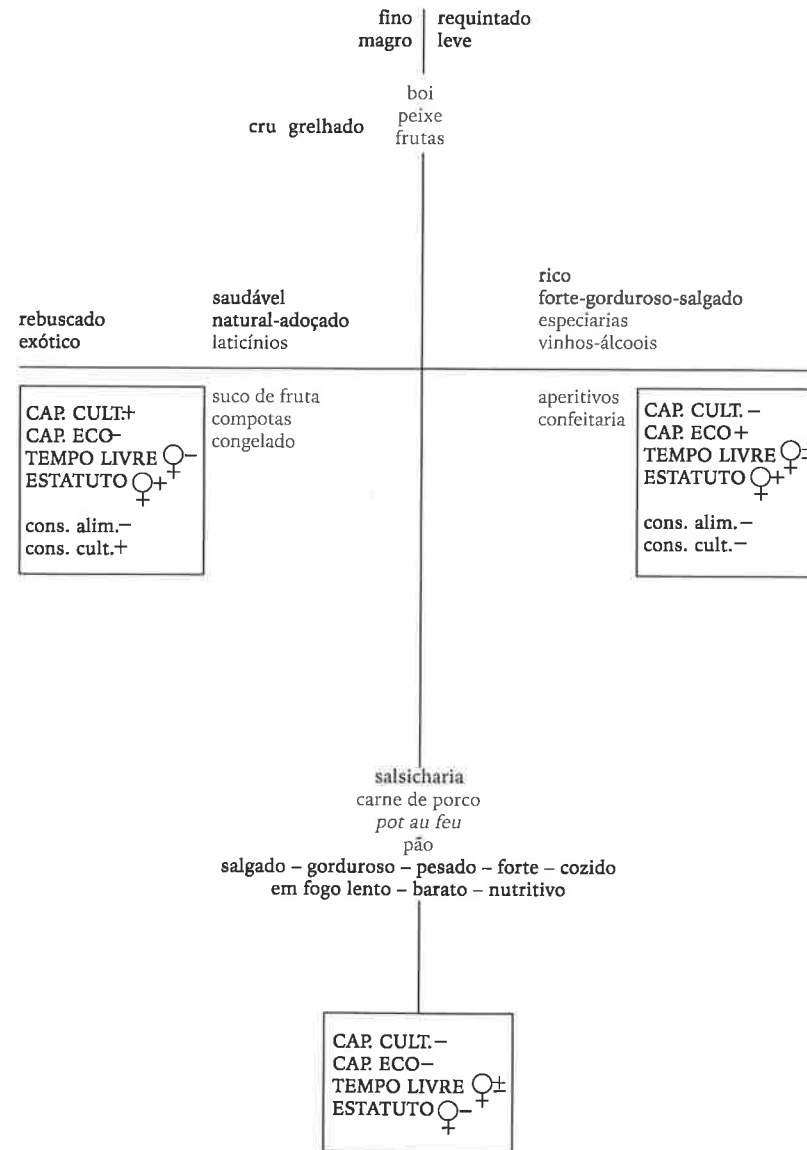
É evidente que não se pode autonomizar os consumos alimentares – sobretudo, apreendidos unicamente através dos *produtos* consumidos – em relação ao conjunto do estilo de vida: nem que seja pelo simples fato de que o gosto em matéria de *especialidades culinárias* – cujos produtos, sobretudo, no grau de indeterminação em que são apreendidos pela estatística, limitam-se a fornecer uma idéia bastante aproximada – está associado, por intermédio do modo de preparação, a toda a representação da economia doméstica e da divisão do trabalho entre os sexos. Assim, o gosto pelos *pratos cozinhados na panela*

(*pot-au-feu, blanquette, daube*), exigindo um forte investimento de tempo e de interesse, está em afinidade com uma concepção tradicional do papel feminino: neste aspecto, a oposição é particularmente marcante entre as classes populares e as frações dominadas da classe dominante em que as mulheres, cujo trabalho tem um elevado valor mercantil – o que contribui, sem dúvida, para explicar que elas tenham uma idéia mais elevada de seu valor –, desejam reservar seu tempo livre, prioritariamente, para cuidar dos filhos e para a transmissão do capital cultural, além de mostrarem tendência a questionar a divisão tradicional do trabalho entre os sexos; por outro lado, a busca da economia de tempo e de trabalho na preparação dos pratos conjuga-se com a procura da leveza e do baixo teor em calorias dos produtos que leva a preferir os grelhados e os ingredientes crus – a “salada russa” –, assim como os produtos e pratos congelados, os iogurtes e os laticínios adoçados, ou seja, outras tantas escolhas que estão nos antípodas dos pratos populares, dos quais o mais típico é o *pot-au-feu*, feito de carne de segunda ensopada – por oposição a grelhada ou assada – modo de cozimento inferior que, acima de tudo, exige tempo. Não é por acaso que esta forma de culinária – diz-se de uma mulher que se consagra inteiramente ao lar que é *pot-au-feu* – simboliza um estado da condição feminina e da divisão do trabalho entre os sexos, assim como as *pantufas*, calçadas antes do jantar, simbolizam o papel complementar atribuído ao homem.²⁰

Entre os operários é que se dedica mais tempo e interesse à culinária: de acordo com os depoimentos, 69% gostam de confeccionar pratos com maior esmero contra 59% entre os quadros médios, 52% entre os pequenos comerciantes e 51% entre os quadros superiores, membros das profissões liberais e industriais (F.C., XXXIV bis). Outro índice indireto de tais diferenças em matéria de divisão sexual do trabalho: para os professores e quadros superiores, segundo parece, a prioridade é atribuída à máquina de lavar a louça ou a roupa, enquanto para os membros das profissões liberais e os industriais ou grandes comerciantes, ela estaria orientada, de preferência, para o televisor e o automóvel (F.C., III). Finalmente, tendo sido convidados a escolher as duas iguarias preferidas, em uma lista de sete pratos, os agricultores e os operários que, à semelhança de todas as outras categorias, colocam no primeiro lugar o *gigot* [pernil de carneiro], mostram maior propensão (45% e 34% – contra 28% dos empregados, 20% dos quadros superiores e 19% dos pequenos empresários) a citar o *pot-au-feu* (os agricultores são, praticamente, os únicos a escolher a *andouillette* [chouriço] – na razão de 14% contra 4% dos operários, empregados e quadros médios, 3% dos quadros superiores e 0% dos pequenos empresários). Os operários e os pequenos empresários preferem, também, o *coq-au-vin* [galo ao vinho tinto] (50% e 48%), ou seja, prato típico dos pequenos restaurantes médios com pretensão a se tornarem chiques, sem dúvida, associado por isso mesmo à idéia de “ida” ao restaurante (contra 42% dos empregados, 39% dos quadros superiores e 37% dos agricultores). Os quadros, membros das profissões liberais e empresários, só se distinguem de maneira relativamente nítida pela escolha daquele prato que – fazendo parte de uma lista, *em seu entender, particularmente restrita* – é, ao mesmo tempo, relativamente “leve” e marcado simbolicamente, em relação à rotina comum da culinária pequeno-burguesa, ou seja, a *bouillabaisse* [caldeirada à provençal] (31% contra 22% dos empregados, 17% dos pequenos empresários, 10% dos operários, 7% dos agricultores) e em que a oposição entre o peixe e a carne – e, sobretudo, a carne de porco do

chucrute ou do *cassoulet* [guisado de feijão branco] – duplica-se claramente com a coloração regionalista e turística (F.C., XXXIV). É evidente que, pelo fato da imprecisão da classificação utilizada, não se pode apreender, aqui, os efeitos da oposição secundária entre as frações; além disso, as tendências observadas teriam sido, sem dúvida, mais marcantes se tivesse sido possível, por exemplo, isolar os professores e se a lista de pratos propostos tivesse sido mais diversificada nos aspectos sociologicamente pertinentes.

Gráfico 9 – O espaço dos consumos alimentares

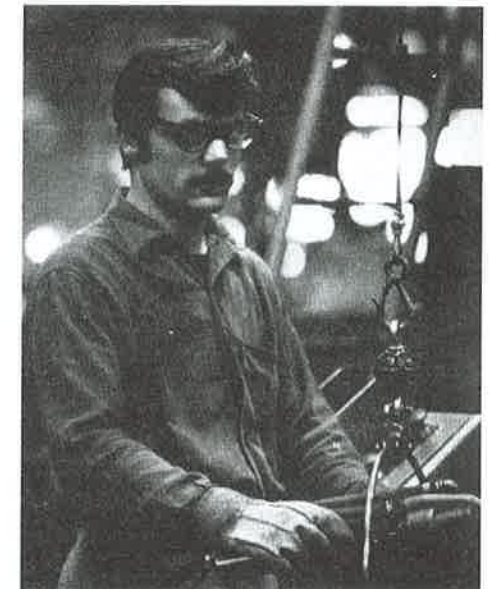


O gosto em matéria alimentar depende também da idéia que cada classe faz do corpo e dos efeitos da alimentação sobre o corpo, ou seja, sobre sua força, sua saúde e sua beleza, assim como das categorias que ela utiliza para avaliar tais efeitos – aliás, alguns podem ser adotados por uma classe e ignorados por outra, de modo que as diferentes classes podem estabelecer hierarquias bastante diferentes entre os diferentes efeitos: é assim, nas áreas em que as classes populares, mais atentas à *força* do corpo (masculino) do que à sua *forma*, tendem a procurar produtos, ao mesmo tempo, baratos e nutritivos, os membros das profissões liberais mostrarão sua preferência por produtos saborosos, bons para a saúde, leves e que não fazem engordar. Cultura tornada natureza, ou seja, incorporada, classe feita corpo, o gosto contribui para fazer o corpo de classe: princípio de classificação incorporado que comanda todas as formas de incorporação, ele escolhe e modifica tudo o que o corpo ingere, digere e assimila, do ponto de vista tanto fisiológico, quanto psicológico. Segue-se que o corpo é a objetivação mais irrecusável do gosto de classe, manifestado sob várias maneiras. Em primeiro lugar, no que tem de mais natural, na aparência, ou seja, nas dimensões (volume, tamanho, peso, etc.) e nas formas (redondas ou quadradas, rígidas ou flexíveis, retas ou encurvadas, etc.) de sua conformação visível em que se exprime de inúmeros modos uma verdadeira relação com o corpo, ou seja, a maneira de tratá-lo, cuidar dele, alimentá-lo, sustentá-lo, que é reveladora das disposições mais profundas do *habitus*: com efeito, a distribuição entre as classes das propriedades corporais é determinada, por um lado, através das preferências em matéria de consumo alimentar que, por sua vez, podem perpetuar-se para além de suas condições sociais de produção – como é o caso, em outras áreas, de um sotaque, da maneira de andar, etc. –²¹ e, por outro, é claro, através dos usos do corpo no trabalho e no lazer que são solidários com tais condições.

A mediação pela qual se estabelece a definição social dos alimentos convenientes não é somente a representação quase consciente da configuração aprovada do corpo percebido e, em particular, de sua grossura ou finura. É, de forma ainda mais profunda, todo o *esquema corporal* e, especialmente, a maneira de posicionar o corpo no ato de comer que está na origem da seleção de determinados alimentos. Assim, o motivo pelo qual as classes populares consideram o peixe, por exemplo, como um alimento pouco conveniente para os homens não é somente por sua leveza, por sua incapacidade de sustentar o corpo e por ser confeccionado, de fato, por razões higiênicas, ou seja, para os doentes e para as crianças, mas também por fazer parte, em companhia das frutas – salvo, as bananas – dessas coisas delicadas que não podem ser manipuladas por mãos de homem e diante das quais o homem é como uma criança (ao assumir o papel materno, a exemplo do que faz em todos os casos semelhantes, a mulher ficará encarregada de preparar o peixe no prato ou descascar a pêra); e, sobretudo, por sua exigência em ser comido de um modo que, em todos os aspectos, contradiz a maneira propriamente masculina de comer, ou seja, com moderação, em pequenas doses, mastigando lentamente *com a parte dianteira da boca* e na ponta dos dentes – tratando-se das espinhas. Fica comprometida totalmente a identidade masculina – o que se chama a virilidade – nestas duas maneiras de comer: na ponta dos lábios e por pequenas doses, como as mulheres a quem convém *debicar*; ou com a boca cheia, grande apetite e pedaços enormes, como convém aos homens. Do mesmo modo que ela está comprometida nas duas maneiras,

perfeitamente homólogas, de forma: com a parte dianteira da boca ou com toda a boca e, em particular, o fundo da boca, a garganta (segundo a oposição, já anotada alhures, entre a *boca*, a boca delicada, a boca de lábios delgados e que se conserva fechada, por um lado, e, por outro, a *goela*, ser falador e insolente, berrar, xingar e, também, empanturrar-se *demais*). Esta oposição encontrar-se-ia em todos os usos do corpo e, em particular, nos *mais insignificantes na aparência*; neste aspecto, eles estão predispostos a servir de dito popular em que estão depositados os valores mais profundos do grupo e suas “crenças” mais fundamentais. Seria fácil mostrar, por exemplo, que os lenços de papel – seu uso exige que se pegue no próprio nariz com delicadeza, sem apertar demais e a pessoa assoa-se, de algum modo, na ponta do nariz, por pequenos toques – estão para o grande lenço de pano, no qual a pessoa sopra com força, de uma só vez, e fazendo um grande ruído, franzindo os olhos com o esforço e segurando bem o nariz com os dedos da mão, o que o riso contido em suas manifestações visíveis e sonoras é para o riso a *bandeiras despregadas* que se serve de *todo o corpo*, franzindo o nariz, abrindo bem a boca e respirando bem fundo (“rachou de rir”), como que para ampliar ao máximo uma experiência que não suporta ficar contida e, antes de mais nada, porque deve ser compartilhada, portanto, claramente manifestada à intenção dos outros. E a filosofia prática do corpo masculino como uma espécie de *potência*, grande, forte, com necessidades enormes, imperiosas e brutais, que se afirma na maneira masculina de portar o corpo e, em particular, diante dos alimentos, encontra-se também na origem da divisão dos alimentos entre os sexos, divisão reconhecida, tanto nas práticas quanto no discurso, pelos dois sexos. Compete aos homens dispor de um maior volume de bebida e de comida, além de alimentos mais fortes, condizentes com sua imagem. Assim, no aperitivo, os homens serão servidos duas vezes – inclusive, ainda mais vezes, tratando-se de uma festa – em doses bem medidas e em copos grandes (o sucesso do aperitivo *Ricard* ou *Pernod* deve-se, em grande parte, ao fato de que se trata de uma bebida, ao mesmo tempo, forte e abundante – nada a ver com o conteúdo de um “dedal”); além disso, eles deixarão os tira-gostos (salgados, amendoins, etc.) para as crianças e para as mulheres que bebem um golinho (“temos de poupar nossas pernas”) de um aperitivo preparado por elas próprias – cujas receitas trocam entre si. Do mesmo modo, nas entradas, os produtos de salsicharia são, de preferência, para os homens e, em seguida, o queijo (que será tanto mais apropriado para eles quanto mais *forte* for), enquanto os ingredientes crus são destinados, sobretudo, às mulheres, como a salada: uns e outros voltarão a servir-se ou compartilharão as sobras das travessas. A carne, alimento nutritivo por excelência, forte e fornecedora de força, vigor, *sangue*, saúde, é o prato dos homens que têm direito a repetir, enquanto as mulheres servem-se apenas de uma pequena porção: em vez de significar, propriamente falando, de uma *privação*, trata-se simplesmente de perda de apetite por algo que pode fazer falta aos outros e, em primeiro lugar, aos homens, ou seja, os destinatários por definição da carne; assim, sentem-se gratificadas por não terem vivenciado tal situação como uma privação. Além disso, elas não têm o *gosto* por alimentos próprios de homem que, sendo considerados nocivos ao serem absorvidos em grandes quantidades pelas mulheres – por exemplo, comer carne demais faz “o sangue ferver”, fornece vigor anormal, provoca espinhas, etc. –, podem até mesmo suscitar uma espécie de nojo.

Ter o físico apropriado ao desempenho da profissão





As diferenças de pura conformação são reduplicadas e, simbolicamente, acentuadas pelas diferenças de *atitude*, diferenças na maneira de portar o corpo, de apresentar-se, de comportar-se em que se exprime a relação com o mundo social. A esses itens, acrescentam-se todas as correções intencionalmente introduzidas no aspecto modificável do corpo, em particular, pelo conjunto das marcas relativas à cosmética – penteado, maquiagem, barba, bigode, suíças, etc. – ou ao vestuário que, dependendo dos meios econômicos e culturais suscetíveis de serem investidos aí, são outras tantas marcas sociais que recebem seu sentido e *seu valor* de sua posição no sistema de sinais distintivos que elas constituem, além de que ele próprio é homólogo do sistema de posições sociais. Portador de sinais, o corpo é também produtor de signos que são marcados em sua substância perceptível pela relação com o corpo: é assim que, através da maneira de posicionar a boca ao falar ou de assentar a voz, a valorização da virilidade pode determinar totalmente a pronúncia das classes populares. Produto social, o corpo – única manifestação sensível da “pessoa” – é comumente percebido como a expressão mais natural da natureza profunda: não há sinais propriamente “físicos”; deste modo, a cor e a espessura do batom ou a configuração de uma mímica, assim como a forma do rosto ou da boca, são imediatamente lidas como índices de uma fisionomia “moral”, socialmente caracterizada, ou seja, estados de ânimo “vulgares” ou “distintos”, naturalmente “naturais” ou naturalmente “cultivados”. Os sinais constitutivos do corpo percebido, produtos de uma fabricação propriamente cultural, cujo efeito consiste em distinguir os grupos no que diz respeito ao grau de cultura, ou seja, de distância à natureza, parecem estar baseados na natureza. O que se chama apresentação, ou seja, a maneira legítima de posicionar o corpo e apresentá-lo, é espontaneamente percebida como um índice de conduta moral e constitui o fato de deixar ao corpo a aparência “natural” como índice de *displícência*, de abandono culpável à *facilidade*.

Assim, delineia-se um espaço dos corpos de classe que, salvo os acasos biológicos, tende a reproduzir, em sua lógica específica, a estrutura do espaço social. E não é por acaso, portanto, que as propriedades corporais são apreendidas através dos sistemas sociais de classificação que, aliás, dependem da distribuição, entre as classes sociais, das diferentes propriedades: as taxinomias em vigor tendem a opor, hierarquizando-as, as propriedades mais frequentes entre os dominantes – ou seja, as mais raras – e as mais frequentes entre os dominados.²² A representação social do próprio corpo com a qual cada agente deve contar, e desde a origem, para elaborar a representação subjetiva de seu corpo e de sua *hexis* corporal é assim obtida pela aplicação de um sistema de classificação social, cujo princípio é o mesmo dos produtos sociais ao qual ele se aplica. Assim, os corpos teriam todas as possibilidades de receber um valor estritamente proporcionado à posição de seus possuidores na estrutura da distribuição das outras propriedades fundamentais se a autonomia da lógica da hereditariedade biológica em relação à lógica da hereditariedade social não atribuísse, às vezes, aos mais desprovidos, sob todas as outras relações, as propriedades corporais mais raras, por exemplo, a beleza – que, às vezes, é designada como “fatal” por constituir uma ameaça para as hierarquias – e se, inversamente, os acidentes da biologia não privassem, às vezes, os “grandes” dos atributos corporais de sua posição, tais como a corpulência ou a beleza.

Sem cerimônia ou falta de educação?

Portanto, fica claro que o gosto em matéria alimentar não pode ser completamente autonomizado das outras dimensões da relação com o mundo, com os outros e com o próprio corpo, em que se realiza a filosofia prática característica de cada classe. Para comprová-lo, deveria ser promovida a comparação sistemática entre a maneira popular e a maneira burguesa de tratar da alimentação, de servi-la, apresentá-la e oferecê-la, que é infinitamente mais reveladora do que a própria natureza dos produtos em questão – sobretudo, quando se ignora, à semelhança do que ocorre com a maior parte das pesquisas de consumo, as diferenças de qualidade. Trata-se de uma análise difícil já que cada um dos estilos de vida só pode ser pensado, realmente, em relação ao outro que é sua negação objetiva e subjetiva, de modo que o sentido das condutas pode passar do “a favor” para o “contra” de acordo com o ponto de vista segundo o qual for apreendido e conforme forem inscritas significações populares ou burguesas na leitura de *palavras comuns* – por exemplo, “manjiras” – que deverão ser utilizadas para nomeá-las.

É possível imaginar os mal-entendidos que podem resultar da ignorância deste mecanismo em todas as pesquisas por questionário que são sempre trocas de *palavras*. *A fortiori*, quando se visa coletar julgamentos sobre palavras ou suscitar reações a partir de palavras (à semelhança do “teste ético” segundo o qual todos os entrevistados dispunham da mesma lista de adjetivos para caracterizar um amigo, um vestuário ou a decoração ideal de uma casa): neste caso, as respostas registradas são realmente definidas em relação a estímulos que, para além de sua *identidade nominal* (a das palavras propostas), variam em sua *realidade percebida*, portanto, em sua eficácia prática, segundo os próprios princípios de variação (e, para começar, a classe social), cuja pretensão consiste em avaliar sua eficiência – o que leva a encontros totalmente desprovidos de sentido entre classes opostas. Os grupos investem-se inteiramente, com tudo o que os opõe aos outros grupos, nas palavras comuns em que se exprime sua identidade social, ou seja, sua diferença. Sob sua aparente neutralidade, palavras tão comuns – por exemplo, prático, sóbrio, limpo, funcional, engraçado, delicado, íntimo, distinto – estão, assim, divididas contra elas mesmas, seja porque as diferentes classes atribuem-lhes sentidos diferentes ou, então, o mesmo sentido e, neste caso, conferem valores opostos às coisas nomeadas: assim, em relação ao vocábulo *caprichado* tão fortemente assumido por aqueles que o levam a exprimir seu gosto pelo trabalho bem feito e bem acabado, ou a atenção um tanto meticulosa prestada à própria aparência externa que ele evoca – sem dúvida, para aqueles que o rejeitam –, o rigor um tanto estrito ou acanhado que percebem no estilo de vida pequeno-burguês; ou, ainda, em relação à palavra *engraçado*, cujas conotações sociais associadas a uma pronúncia, uma elocução socialmente marcante, de preferência, burguesa ou esnobe, entram em contradição com os valores manifestados, deixando na confusão aqueles que haveriam de reconhecer-se, com toda a certeza, em um equivalente popular, tal como *bidonnant*, *marrant* ou *rigolo*; ou, ainda, em relação à palavra *sóbrio* que, aplicada ao vestuário ou à decoração de uma casa, pode receber significações radicalmente diferentes, conforme é utilizada para exprimir as estratégias estéticas prudentes e defensivas do pequeno artesão, o ascetismo estetizante do professor ou o

gosto pela austeridade no luxo do grande burguês de velha cepa. Como vemos, toda tentativa para produzir um órgão ético comum a todas as classes está, antecipadamente, condenada ao fracasso, a menos que, à semelhança do que ocorre com toda a moral ou religião “universal”, se sirva sistematicamente do fato de que, além de ser comum às diferentes classes, a língua é, ao mesmo tempo, capaz de receber sentidos diferentes – ou, inclusive, opostos – nos seus usos particulares, até mesmo, antagonistas.

A propósito das classes populares, seria possível falar de comer sem formalidades, do mesmo modo que se diz falar sem papas na língua. A refeição é colocada sob o signo da abundância – que não exclui as restrições e os limites – e, sobretudo, da liberdade: são preparados pratos “elásticos” e “em fartura”, tais como as sopas e os molhos, as massas ou as batatas (quase sempre, associadas aos legumes) e que, servidas com uma concha ou colher, evitam a preocupação de ter de medir e contar – ao contrário de tudo o que tem de ser fatiado, por exemplo, os assados.²³ Esta impressão de abundância – que é de regra nas ocasiões extraordinárias e que vale sempre, nos limites do possível, para os homens, cujo prato é servido duas vezes até à beirada (privilégio que marca o acesso do jovem ao estatuto de homem) – tem, freqüentemente, como contrapartida, nas ocasiões habituais, as restrições que, muitas vezes, as próprias mulheres se impõem – servindo-se de uma porção para duas pessoas ou comendo as sobras da véspera; por sua vez, o acesso das moças ao estatuto de mulher fica marcado pelo fato de que elas começam a se privar. Faz parte do estatuto do homem comer e comer bem – assim como de beber bem: *insiste-se*, particularmente, com eles, para que consumam invocando o princípio de que “nada deve ficar no prato”; aliás, a recusa tem algo de suspeito. No domingo, enquanto as mulheres, sempre de pé, estão ocupadas em servir, em retirar as coisas da mesa e em lavar a louça, os homens, ainda sentados, continuam bebendo e comendo. Como estas diferenças bastante marcadas entre os estatutos sociais (associados ao sexo ou à idade) não são acompanhadas por qualquer diferenciação prática (tal como a divisão burguesa entre a sala de jantar e a copa na qual comem os domésticos e, às vezes, as crianças), tende-se a ignorar a preocupação em seguir a ordem estrita da refeição: assim, tudo pode ser colocado em cima da mesa, praticamente, ao mesmo tempo – tendo como virtude, igualmente, a economia de deslocamentos – de modo que as mulheres podem já estar na sobremesa com as crianças que, por sua vez, carregam o prato para diante do televisor, enquanto os homens ainda estão terminando o prato principal ou o “jovem”, que chegou atrasado, engole a sopa. Mesmo que possa ser percebida como desordem ou displicência, esta liberdade está bem adaptada às circunstâncias. Em primeiro lugar, garante a economia de esforços, aliás, procurada propositalmente: como a participação dos homens nas tarefas domésticas está excluída – e, acima de tudo, pelas mulheres que sentir-se-iam desonradas em vê-los desempenhar um papel excluído de sua definição – o lançar mão de qualquer recurso é vantagem para minimizar “os gastos”. Assim, no bar, os homens podem contentar-se com uma só colher de café que, depois de sacudida, é entregue ao vizinho para que, por sua vez, ele “mexa seu açúcar”. No entanto, tais economias de esforços são aceitas simplesmente porque a pessoa se sente e deseja se sentir como se estivesse *entre amigos*, em casa, em família, o que exclui precisamente fazer fita: por exemplo, para economizar os pratos de sobremesa, pode-se tirar – exibindo um aspecto brincalhão para mostrar que se trata de uma

transgressão “permitida” – material, ao acaso, do armário destinado às confeitarias; assim, o vizinho convidado para a sobremesa receberá também seu pedaço de papelão (aliás, apresentar-lhe um prato equivaleria a excluí-lo) como um testemunho de nossa *familiaridade* a seu respeito. Do mesmo modo, não há troca de pratos para servir os diferentes ingredientes. O prato da sopa, que é limpo com um pedaço de pão, pode ser utilizado, assim, até o fim da refeição. A dona da casa não deixará de propor a “troca de pratos”, afastando a cadeira com uma das mãos enquanto a outra tenta pegar o prato do vizinho; no entanto, todo o mundo fica indignado (“afinal, tudo se mistura no estômago”) e sua insistência daria a impressão de que ela pretende exibir sua louça – o que lhe é permitido ao tratar-se de um presente que acaba de receber – ou considera seus convidados como estranhos, à semelhança do que, às vezes, se faz conscientemente com intrusos ou parasitas – conhecidos, precisamente, pelo fato de nunca “retribuirmos o convite” – perante os quais se pretende manter distância, trocando os pratos apesar de seus protestos, deixando de sorrir diante de suas brincadeiras ou repreendendo a atitude das crianças (“Não tem importância! Deixem-nas em paz, elas podem perfeitamente...”, dirão os convidados; “Já é tempo de saberem comportar-se” responderão os pais). A raiz comum de todas essas “permissões” assumidas pela pessoa é, sem dúvida, o sentimento de que ela não vai impor a si mesma controles, obrigações, restrições deliberadas – menos ainda em matéria de alimentação que é uma necessidade primária e uma desforra –, além de ser, no próprio âmbito da vida doméstica, o único refúgio de liberdade uma vez que, por todos os lados e no tempo restante, ela continua submetida à necessidade.

Ao “comer sem formalidades” popular, a burguesia opõe a preocupação em comer *nos conformes*. Assim, em primeiro lugar, trata-se de respeitar ritmos que implicam expectativas, atrasos, reservas: nunca se deve dar a impressão de precipitar-se sobre a comida; só se começa a comer, depois que todos estiverem servidos; ao servir-se dos alimentos, e ao retomá-los uma segunda vez, a pessoa deve proceder com discrição. Os pratos são apresentados em determinada seqüência, excluindo-se qualquer coexistência de alimentos que devem estar separados pela ordem estrita da refeição, tais como assado e peixe, queijo e sobremesa: por exemplo, antes de servir a sobremesa, retira-se tudo o que se encontra em cima da mesa, inclusive, o saleiro, além de serem varridas as migalhas. Esta maneira de introduzir o rigor da regra, até mesmo, no cotidiano – o homem faz a barba e veste-se, todos os dias, de manhã, e não apenas para “sair” –, de excluir o corte entre dentro e fora de casa, entre o cotidiano e o extracotidiano (associado, para as classes populares, ao fato de endomingar-se), não se explica somente pela presença, no âmbito do mundo familiar e bem conhecido, desses estranhos que são os domésticos e os convidados, mas é a expressão de um *habitus* de ordem, conduta e reserva que não poderia ser abdicado. E tanto menos que a relação com os alimentos – a necessidade e o prazer primários por excelência – é apenas uma dimensão da relação burguesa com o mundo social: a oposição entre o imediato e o diferido, o fácil e o difícil, a substância ou a função e a forma, que se exprime aí de maneira particularmente impressionante, encontra-se na origem de qualquer estetização das práticas e de toda estética. Através de todas as formas e de todos os formalismos que se encontram impostos ao apetite imediato, o que é exigido – e inculcado – não é somente a disposição de disciplinar o consumo alimentar pela adoção de uma forma que é também uma censura amável, indireta, invisível – totalmente oposta à

imposição brutal de *privações* –, além de ser parte integrante de uma arte de viver; deste modo, o fato de comer nos conformes é, por exemplo, a maneira de prestar homenagem aos anfitriões e à dona da casa, cujos cuidados e trabalho são levados na devida consideração ao ser respeitada a ordem rigorosa da refeição. Mas é também uma verdadeira relação com a natureza animal, com as necessidades primárias e com o vulgar que se manifesta aí sem restrições; é a maneira de negar o consumo em sua significação e sua função primárias, essencialmente *comuns*, transformando a refeição em uma *cerimônia social*, em uma afirmação de conduta ética e de requinte estético. A maneira de apresentar a alimentação e de consumi-la, a ordem da refeição e a disposição dos lugares, estritamente diferenciados segundo a seqüência das iguarias e dispostos para agradar a vista, a própria apresentação dos pratos, considerados tanto em sua composição segundo a forma e a cor à maneira de obras de arte, quanto em sua simples substância consumível, a etiqueta orientando a conduta, a atitude, a maneira de servir ou de se servir e de utilizar diferentes utensílios, a distribuição dos convidados, submetida a princípios bastante estritos, mas sempre eufemísticos, de hierarquização, a censura imposta a todas as manifestações corporais do ato (como os ruídos) ou do prazer de comer (como a precipitação), o próprio requinte das coisas consumidas, cuja qualidade prevalece em relação à quantidade – eis o que é verdadeiro tanto para o vinho, quanto para as iguarias –, todo este expediente de estilização tende a deslocar a ênfase da substância e a função em direção à forma e à maneira; por conseguinte, é negada ou, melhor ainda, denegada a realidade, grosseiramente material, do ato de consumo e das coisas consumidas ou, o que dá no mesmo, a grosseria vilmente material daqueles que se abandonam às satisfações imediatas do consumo alimentar, forma por excelência da simples *aisthesis*.²⁴

Em uma tabela sinótica, foram reunidos os principais resultados de uma pesquisa extremamente rica (F.C., XLIII) sobre a arte de receber que permite corroborar e conferir maior precisão a tais análises. Em primeiro lugar, observa-se aí que, na classe operária, o universo das trocas de convites improvisados ou organizados é circunscrito à família e ao universo das pessoas amigas que podem ser tratadas “como se fossem da família” e com quem é possível “sentir-se em família”, enquanto as *relações* propriamente ditas, no sentido de relações profissionais, úteis na profissão, aparecem no nível das classes médias e caracterizam, sobretudo, a classe dominante. Como testemunho desta liberdade, o fato de que o convite é dirigido, sobretudo, para tomar café, sobremesa ou aperitivo – ao passo que, no outro extremo do espaço social, convida-se, de preferência, para tomar chá, almoçar ou jantar, ou para uma ida ao restaurante. Se existe a preferência em limitar os convites improvisados a tomar o aperitivo ou o café é porque se evita a convidar “pela metade” e coloca-se o ponto de honra em “fazer bem as coisas”, excluindo as “soluções práticas” – sugeridas pelos semanários femininos – destinadas a permitir uma economia de esforços, como o bufê ou o prato único.²⁵ Esta recusa dos fingimentos – pretende-se, antes de mais nada, que os convidados tenham comida suficiente e pratos bem preparados; e, secundariamente, que não fiquem entediados – torna-se ainda mais bem visível na análise da composição das refeições oferecidas. Os operários entendem que a refeição comporta todos os elementos considerados como constitutivos de uma verdadeira refeição, desde o aperitivo até a sobremesa – ao passo que, nas outras classes, aceita-se, com

Tabela 19 – Variações das maneiras de receber (F. C., XLIII)

	operários	empregados quadros médios	quadros, industr., prof. liberais
reservam seus convites improvisados:			
- para a família mais próxima	51,7	34,7	32,5
- para os amigos íntimos	20,9	35,9	33,2
- para os amigos dos filhos	2,8	3,4	8,3
- para as relações profissionais	1,9	3,1	4,2
reservam seus convites, feitos com antecedência:			
- para a família mais próxima	41,2	33,1	30,2
- para as relações profissionais	2,6	8,4	18,9
convidam várias vezes, ou freqüentemente, para:			
- o café	49,2	48,4	38,2
- a sobremesa	23,7	24,7	15,1
- o jantar	51,3	67,8	70,2
fazem convites improvisados para:			
- o aperitivo	52,8	46,3	39,2
- a refeição	23,9	31,9	40,0
o mais importante nos convites improvisados:			
- iguarias caprichadas	10,1	5,9	9,4
- muita comida	33,6	28,4	26,0
- ninguém fica entediado	33,4	46,6	47,9
preferem oferecer ao convidado:			
- um bufê ou um prato único	19,4	25,3	26,1
- um verdadeiro cardápio	77,2	71,6	70,9
por ocasião do convite, utilizam (regul. e muitas vezes):			
- baixela de prata	27,8	40,7	61,5
- copos de cristal	29,3	49,7	57,3
- baixela de porcelana	39,6	46,3	60,0
- copos comuns	84,8	56,5	55,4
- louça de barro vidrado	60,6	55,9	54,8
gostam que os convidados estejam:			
- elegantes	10,8	15,9	30,6
- com traje de passeio	79,7	70,9	58,5
- sejam posicionados por eles	29,7	31,3	46,0
- escolham seu lugar	65,7	63,1	46,8
preferem:			
- separar os casais	22,8	35,0	50,6
- não separá-los	26,0	38,4	26,0
aceitam as crianças (em méd., com idade mín.):			
- na refeição	6,5	7,5	8,8
- no final do dia	10,9	11,9	12,9
- na conversação	12,0	12,2	12,1
recebem dos convidados:			
- flores	41,8	56,3	68,3
- sobremesa	24,6	16,6	9,8
- vinhos	18,6	16,9	14,0
ao receberem os convidados, gostam de:			
- música de fundo	48,1	56,6	57,7
- assistir TV	14,4	4,7	4,2
- cantar no final da refeição	64,9	55,3	45,3
- organizar jogos	66,4	59,7	50,9

Leitura desta tabela: 51,7% dos operários reservam seus convites improvisados para a família mais próxima e 20,9% para os amigos íntimos, etc.; enquanto 34,7% dos empregados e quadros médios reservam os convites para a família mais próxima e 35,9% para os amigos íntimos, etc. Para cada questão, o total das porcentagens pode ser inferior ou superior a 100: com efeito, os entrevistados tiveram a possibilidade de apontar mais de uma das escolhas propostas ou, pelo contrário, rejeitarem todas. Em negrito, está indicada a mais elevada tendência no interior de cada linha.

maior freqüência, “simplificar”, suprimindo a entrada, a salada ou a sobremesa.²⁶ A primazia conferida à substância em relação à forma faz com que, se houver ocasião de “simplificar”, tal operação só poderá ocorrer na ordem da *forma*, das maneiras, consideradas como não-essenciais, puramente simbólicas. Pouco importa que o serviço de mesa seja *ordinário* se a refeição é extra-ordinária: eis o que se gosta de proclamar e um grande número de reflexões rituais incidem sobre este tema. Pouco importa que os convidados não estejam dispostos segundo as formas, nem disponham do traje de rigor. Pouco importa que se verifique a interferência das crianças em uma refeição que nada tem de um *ritual* – contanto que evitem intervir na conversação que é um negócio de adultos. Não tendo a religião das formas, pode-se assistir a um programa de televisão, tomar a iniciativa de cantar uma canção no final da refeição ou, até mesmo, organizar jogos: ainda, neste aspecto, como a função é claramente reconhecida – “estamos, aqui, para nos divertir” –, as pessoas empenham-se em realizá-la, servindo-se de todos os recursos disponíveis – bebidas, jogos, histórias engraçadas, etc. – para *fazer* a festa. E o primado da substância em relação à forma, a recusa da denegação implicada no fato de adotar formas, exprime-se ainda no conteúdo dos bens trocados por ocasião das recepções: as flores que têm a ver com o gratuito, a arte, a arte pela arte – gosta-se de brincar com o fato de que “isso não se come” – são relegadas em benefício dos alimentos terrestres, vinhos ou sobremesas, aliás, presentes “que dão sempre prazer” e que podem ser oferecidos sem cerimônia em nome de uma representação realista do custo da refeição, assim como da vontade – considerada como natural e aceita de comum acordo – de contribuir para reduzi-los.

Seria possível engendrar, de novo, todas as oposições entre as duas maneiras antagonistas de tratar a alimentação e o ato de comer a partir da oposição entre a forma e a substância: em um caso, a alimentação é reivindicada em sua verdade de substância nutritiva por sustentar o corpo e fornecer energia (o que tende a privilegiar os alimentos pesados, gordurosos e fortes, cujo paradigma é a carne de porco, gordurosa e salgada, antítese do peixe, magro, leve e insosso); no outro caso, a prioridade atribuída à forma (por exemplo, do corpo) e às formas leva a relegar, para o segundo plano, a busca da energia e a preocupação com a substância, reconhecendo a verdadeira liberdade na ascese eletiva de uma regra prescrita para si mesmo. E mostrar que duas visões antagonistas do mundo, dois mundos, duas representações da excelência humana estão confinadas nesta matriz: a substância – ou a matéria – é o que é substancial, no sentido primeiro de nutritivo, mas também de real, por oposição a todas as aparências, todos os (belos) gestos, em resumo, tudo o que é, como se diz, puramente simbólico; é a realidade contra a imitação, o símile, a poeira nos olhos; é o botequim sem boa aparência, com mesas de mármore e toalhas de papel, mas em que o dinheiro é bem gasto e ninguém é iludido com falsas promessas como ocorre nos restaurantes que inventam moda; é o ser contra o parecer, a natureza (“ele é natural”) e o natural, a simplicidade (com a vontade, simplesmente, sem cerimônia) contra os embaraços, as aparências, os trejeitos, as maneiras e as cerimônias, sempre suspeitos de serem apenas um substituto da substância, ou seja, da sinceridade, do sentimento, do que é sentido e se comprova por atos; é o falar sem papas na língua e a delicadeza do coração que fazem o verdadeiro “cara legal”, quadrado, inteiro, honesto, reto, franco, feito de uma só peça, por

oposição a tudo o que é pura forma, a tudo o que é feito apenas *pela forma* (“da boca para fora”) e à delicadeza das palavras (“é cortesia demais”); é a liberdade e a recusa das complicações por oposição ao respeito das formas espontaneamente percebidas como instrumentos de distinção e poder. Em relação a estas perspectivas de moral, a estas visões do mundo, não existe ponto de vista neutro: aí onde uns vêem o sem-cerimonioso, a displicência, os outros enxergam a falta de cerimônia e de pretensão; para uns, a familiaridade é a forma mais absoluta de reconhecimento, a abdicação de qualquer distância, o abandono confiante, a relação em pé de igualdade; enquanto para outros, aqueles que evitam a familiaridade, trata-se da inconveniência de atitudes demasiado livres.

O realismo popular que leva a reduzir as práticas à verdade de sua função, a fazer o que se faz, a ser o que se é (“eu sou assim mesmo”), “sem inventar histórias” (“é assim mesmo”), e o materialismo prático que predispõe a censurar a expressão dos sentimentos ou a exorcizar a emoção por violências ou grosserias são a antítese praticamente perfeita da denegação estética que, por uma espécie de *hipocrisia* essencial – visível, por exemplo, na oposição entre a pornografia e o erotismo – *dissimula*, pela primazia conferida à forma, o interesse atribuído à função e impele a fazer o que se faz como se isso não tivesse sido feito.

O visível e o invisível

No entanto, a alimentação – considerada pelas classes populares como algo da ordem da substância e do ser, enquanto já é percebida, segundo as categorias da forma e do parecer, pela burguesia que recusa a distinção entre o dentro e o fora, o para si e o para outrem, o cotidiano e o extracotidiano – está, por sua vez, para o vestuário na relação entre o dentro e o fora, o íntimo e o exterior, o doméstico e o público, o ser e o parecer. E a inversão da importância atribuída à alimentação e ao vestuário nas classes populares – que consagram a prioridade ao ser –, enquanto as classes médias manifestam a preocupação em parecer, é o indício de uma reviravolta de toda a visão do mundo. As classes populares transformam o vestuário em um uso realista ou, se preferirmos, funcionalista. Ao privilegiar a substância e a função em relação à forma, elas desejam a devida compensação, se assim se pode dizer, para seu gasto, escolhendo algo “que pode durar muito tempo”. Ignorando a preocupação burguesa de introduzir a boa apresentação no universo doméstico – lugar da liberdade, do avental e das pantufas (para as mulheres), do torso nu ou da camiseta (para os homens) –, elas desleixam a distinção entre a roupa de cima, visível, destinada a ser vista, e a roupa de baixo, invisível ou escondida, ao contrário das classes médias que começam a ficar inquietas – pelo menos, fora de casa e no trabalho (cresce, cada vez mais, o número de mulheres trabalhadoras) – com sua aparência externa, incluindo vestuário e cosmética.

É assim que, apesar dos limites dos dados disponíveis, encontramos, na ordem do vestuário masculino – muito mais *marcante*, em relação ao que a estatística dos produtos pode apreender a seu respeito, do que o vestuário feminino – o equivalente das grandes oposições constatadas em matéria de culinária. Na primeira dimensão do espaço, o corte passa – também, neste aspecto – entre os empregados e os operários e, em particular, fica marcado pela oposição entre a bata cinzenta e o macacão azul, o sapato social e os mocassins, os *kickers* ou *baskets*, ou seja, calçado mais descontraído (sem falar do roupão, cujo volume de compra é, entre os empregados, da ordem de 3,5 superior ao dos operários). O aumento,

bastante marcante em quantidade e qualidade, de todas as compras de roupas masculinas resume-se na oposição entre o *terno*, apanágio do quadro superior, e o *macacão*, marca distintiva do agricultor ou operário (com exceção dos artesãos, ele é praticamente ignorado pelos outros grupos); ou, ainda, entre o *sobretudo* que, sempre mais raro em relação à capa feminina, é nitidamente mais utilizado entre os quadros superiores do que nas outras classes, e o *casacão* ou a *jaqueta* que são utilizadas, sobretudo, pelos camponeses e pelos operários. A meio caminho, encontram-se os quadros médios que, praticamente, deixaram de usar um vestuário de trabalho e, com maior frequência, compram ternos.

Entre as mulheres – que, em todas as categorias (salvo os agricultores e assalariados agrícolas), fazem despesas superiores às dos homens (com uma diferença particularmente marcante entre os quadros médios, quadros superiores e profissões independentes ou nas rendas mais elevadas) –, o número de compras aumenta à medida que se sobe na hierarquia social, de modo que a diferença é máxima para os *tailleurs* e *conjuntos* (artigos caros), enquanto é menor para os vestidos e, em particular, para as saias e casacos. Observa-se entre o *sobretudo*, cujo uso é cada vez mais freqüente quando se sobe na hierarquia social, e a *capa de chuva* que “serve para todas as ocasiões”, uma oposição análoga àquela que se estabelece, para os homens, entre o sobretudo e a jaqueta. O uso da bata ou do *avental* – que, nas classes populares, é uma espécie de *traje de função* da dona de casa – cresce fortemente quando se desce na hierarquia social (ao contrário do *roupão*, praticamente desconhecido no mundo rural e operário).



Em média anual, os operários compram lenços, camisetas e sungas em quantidade superior – e meias, meias curtas, pólôs, pulôveres, etc. praticamente em número igual – ao que é comprado pelas outras classes, mas sempre uma quantidade menor de pijamas (vestuário que, a exemplo do roupão, é um atributo tipicamente burguês) e de camisas. Em relação às mulheres, as diferenças – entre as classes, em matéria de roupas de baixo, nitidamente marcantes pelo seu valor – são reduzidas em relação ao número de peças adquiridas (e, inclusive, invertem-se em relação às combinações, camisolas, meias, colantes e lenços). Ao contrário, para as mulheres, assim como para os homens, as compras de *roupa de cima* crescem em número e valor quando se sobe na hierarquia social.

Por sua vez, as oposições transversais são mais difíceis de apreender pelo fato de que a pesquisa sobre as condições de vida das famílias que permite o estudo das variações segundo categorias mais bem definidas limita-se a levar em consideração itens bastante sumários. Observa-se, todavia, que – praticamente insignificantes em relação à roupa de baixo – as despesas em matéria de vestuário variam bastante fortemente, no âmago da classe dominante, entre as frações, e vão aumentando regularmente desde os professores que mostram o menor interesse por este item tanto em valor absoluto quanto em valor relativo (1.523 F por ano, ou seja, 3,7%) aos industriais e aos grandes comerciantes (4,5%), aos quadros superiores e aos engenheiros (5,7% e 6,1%), até os membros das profissões liberais (4.361 F, ou seja, 7,6%). Tais diferenças no *valor* atribuído a estes instrumentos da apresentação de si (o consumo de calçado varia como o do vestuário) encontram sua origem nas fórmulas geradoras que, em um estilo de vida particular, retraduzem as necessidades e as facilidades características de uma condição e de uma posição, determinando, por exemplo, o valor e o lugar atribuídos à vida de relações – no menor grau, segundo parece, entre os professores, próximos neste aspecto da pequena burguesia; e, no maior grau, entre os membros das profissões liberais ou a grande burguesia dos negócios, não isolada pelas estatísticas – como oportunidade de acumular capital social. No entanto, seria impossível caracterizar completamente a *forma específica* assumida, neste domínio particular, pelos princípios fundamentais de cada estilo de vida sem dispor de descrições sutis da *qualidade* dos objetos considerados – tais como tecido (por exemplo, os ingleses associam os *tweeds* ao “*country gentleman*”), cor, corte – permitindo apreender as taxinomias utilizadas e as intenções expressivas que, consciente ou inconscientemente, são procuradas (“jovem” ou “clássico”, “esporte” ou “traje a rigor”, etc.). No entanto, tudo permite supor que o vestuário ou o penteado assumem um modo cada vez mais *jovem* à medida que se verifica um afastamento do pólo dominante, tornando-se cada vez mais *sério* (ou seja, sombrio, austero, clássico) à medida que há uma aproximação desse pólo:²⁷ quanto mais jovem, *do ponto de vista social* – ou seja, mais próximo, no espaço das frações, do pólo dominado e/ou dos novos setores do espaço profissional (novas profissões) – tanto maior será a afinidade de alguém com todas as novas formas de vestuário (roupas unisexo da moda chamada *junior, jean, sweat, shirt*, etc.) que se definem por uma recusa das obrigações e convenções associadas ao vestuário segundo os quais um indivíduo está vestido a rigor.

Tabela 20 - Variações do valor atribuído ao corpo, à beleza e aos cuidados com o corpo (F. C., XLIV)

	profissão do chefe de família				atividade da mulher entrevistada	
	agricultor	operário	empregado quadro méd.	quadro sup. ind. prof. lib.	não trabalha	trabalha
têm um <i>manequim</i> normalizado superior ao 42 no plano da beleza, julgam-se	33,7	24,2	20,4	11,4	24,7	17,3
abaixo da média	40,2	36,0	33,2	24,2	324,2	31,0
pensam ter a aparência de mais velhos do que sua idade	13,0	14,0	10,1	7,6	13,6	9,8
nota média atribuída a si mesmas pelas mulheres entrevistadas:						
. para os cabelos	5,22	5,47	5,40	5,88	5,47	5,62
. para o rosto	5,36	5,53	5,51	5,67	5,54	5,58
. para os olhos	6,18	6,44	6,30	6,48	6,35	6,41
. para a pele	5,88	5,63	5,64	5,75	5,63	5,74
. para os dentes	5,24	5,45	5,40	5,74	5,40	5,59
. para o corpo	5,35	5,78	5,75	5,91	5,76	5,83
. para o nariz	5,94	5,48	5,56	5,65	5,41	5,74
. para as mãos	5,88	5,99	6,10	5,82	5,78	6,17
muitas, ou algumas, vezes têm vontade de mudar de aparência	45,7	60,8	68,2	64,4	60,1	64,6
a beleza:						
. depende do cuidado que se tem consigo mesmo	33,7	46,9	52,0	54,7	45,8	53,1
. depende da renda	15,2	18,8	9,2	8,9	16,7	10,3
os cuidados que se tem com sua beleza aumentam as oportunidades de sucesso no plano da beleza, elas prefeririam ser:	75,0	68,8	72,9	74,5	70,1	72,1
. naturais	69,6	69,8	62,8	57,6	68,8	61,6
. requintadas	12,0	15,6	22,9	25,0	16,8	22,3
pensam que o marido prefere uma mulher:						
. natural	65,2	65,0	51,4	50,8	60,6	54,1
. requintada	6,5	8,1	15,1	16,1	10,6	12,3
pensam que é preferível ser:						
. bela	52,2	58,5	59,2	61,9	59,5	58,7
. rica	39,1	35,4	33,5	27,5	32,7	33,9
pensam que é preferível:						
. ser bela	9,8	14,0	17,5	17,4	15,7	14,4
. ter sorte	83,7	83,3	76,8	75,8	80,2	80,3
pensam que dissimular sua idade pela maquiagem é normal	53,3	51,9	62,3	67,8	52,1	63,6
para perder peso, fazem:						
. um regime alimentar	23,9	19,8	28,8	23,3	23,9	23,1
. esporte, ginástica	4,3	8,3	14,0	16,9	10,6	11,8
. um tratamento com medicamentos	2,2	4,6	3,6	3,0	3,8	3,6
. nada	69,6	71,7	60,6	66,1	68,3	66,4
aprovam o recurso à cirurgia plástica para rejuvenescer	50,0	50,0	56,4	52,0	51,3	53,4
tomam, no mínimo, um banho ou uma ducha por dia	9,8	16,9	36,6	43,2	23,2	32,0
maquiam-se todos os dias	12,0	29,6	45,0	54,7	30,1	44,8
nunca, ou raramente, se maquiam	48,9	35,6	21,2	17,3	35,1	22,9
passam mais de meia-hora na higiene pessoal ou nos cuidados de beleza	12,3	45,6	48,9	45,3	42,1	48,2
maquiam-se para seu moral	4,3	15,9	25,9	27,8	21,0	22,1
vão ao salão de cabeleireiro, pelo menos, uma vez, de 15 em 15 dias	6,5	8,1	16,9	20,8	9,8	13,5
fazem a limpeza do rosto, à noite:						
. com sabonete	34,8	35,4	20,1	15,7	28,1	25,7
. com um creme, etc.	47,8	59,4	86,0	91,4	67,5	78,8

O interesse que as diferentes classes atribuem à apresentação de si, a atenção que lhe prestam e a consciência que têm dos ganhos que ela traz, assim como os investimentos de tempo, esforços, privações, cuidados que elas lhe dedicam, realmente, são proporcionais às oportunidades de lucros materiais ou simbólicos que, de uma forma razoável, podem esperar como retorno; e, mais precisamente, eles dependem, por um lado, da existência de um mercado de trabalho em que as propriedades cosméticas possam receber valor (em graus variáveis, segundo a natureza do ofício) no próprio exercício da profissão ou nas relações profissionais e, por outro, das oportunidades diferenciais de acesso a este mercado, e aos setores deste mercado, em que a valorização profissional recebe sua maior contribuição da beleza e de uma conduta digna. É possível verificar uma primeira confirmação desta correspondência entre a propensão para os investimentos cosméticos e as oportunidades de lucro na diferença que, em relação a todos os cuidados corporais, estabelece uma separação entre as mulheres que exercem e as que não exercem um ofício (e que deve ainda variar segundo a natureza do trabalho e do meio profissional). Segundo esta lógica, compreende-se que as mulheres das classes populares – que têm menos oportunidades de acesso a uma profissão e, ainda menos, àquelas profissões que exigem a mais estrita conformidade às normas dominantes em matéria de cosmética corporal – estejam menos conscientes, em relação a todas as outras classes, do valor “mercantil” da beleza e, por conseguinte, sejam muito menos impelidas a investir tempo, esforços, privações e dinheiro na estética do corpo. Não é o que se passa com as mulheres da pequena burguesia e, sobretudo, da nova pequena burguesia das profissões de apresentação e de representação que, muitas vezes, impõem um *traje* destinado, entre outras funções, a abolir todos os traços de um gosto heterodoxo e que exigem sempre o que se designa por *comportamento decente* no sentido de “conduta digna e de correção das maneiras” implicando, segundo o dicionário *Robert*, “uma recusa em ceder à vulgaridade e à facilidade” (as escolas especializadas na formação das recepcionistas submetem as moças das classes populares, selecionadas em função de sua beleza “natural”, a uma transformação radical em sua maneira de andar, sentar, rir, sorrir, falar, vestir, maquiar, etc). As mulheres da pequena burguesia interessadas pelos mercados em que as propriedades corporais podem funcionar como capital para atribuir um reconhecimento incondicional à representação dominante do corpo, mas não dispõem, pelo menos, a seus próprios olhos – e, sem dúvida, objetivamente – de um capital corporal suficiente para obter os mais elevados ganhos, ocupam, ainda neste aspecto, o lugar de maior tensão. Com efeito, a garantia que dá a certeza de seu próprio valor e, em particular, do valor de seu próprio corpo ou de sua própria linguagem, é intimamente associada à posição ocupada no espaço social (e, é claro, à trajetória): assim, a parcela das mulheres que se julgam abaixo da média para a beleza, ou que pensam ter uma aparência de mais idosas do que sua idade, decresce muito fortemente quando se sobe na hierarquia social; do mesmo modo, as mulheres tendem a atribuir-se notas tanto mais elevadas para as diferentes partes do corpo quanto mais elevada for a posição ocupada no espaço social, apesar de não subsistirem dúvidas em relação ao concomitante aumento das exigências. Compreende-se que as mulheres da pequena burguesia que, em relação ao seu corpo, estão praticamente tão pouco satisfeitas quanto as mulheres das classes populares (inclusive, são as mais numerosas a manifestar o desejo de mudar de aparência e a afirmar seu descontentamento em relação a diversas partes do corpo) e, ao mesmo tempo, têm muito mais consciência do que elas em relação à utilidade da beleza,

reconhecendo, com maior frequência, o ideal dominante em matéria de excelência corporal, façam investimentos tão importantes – em *tempo*, sobretudo, e em *privações* – à melhoria de sua aparência física e manifestem uma adesão tão incondicional a todas as formas de voluntarismo cosmético (tal como o recurso à cirurgia plástica). Por sua vez, as mulheres da classe dominante obtêm do corpo uma dupla certeza: ao acreditarem, a exemplo das pequeno-burguesas, no valor da beleza e no valor do esforço para se embelezarem, além de associarem, assim, o valor estético com o valor moral, elas sentem-se superiores tanto pela beleza intrínseca, natural, do próprio corpo, quanto pela arte de embelezá-lo e por tudo o que designam por conduta digna, virtude inseparavelmente moral e estética, que constitui negativamente a “natureza” como *displícência*. A beleza pode ser, assim, um dom da natureza e, ao mesmo tempo, uma conquista do mérito, uma graça da natureza, por isso mesmo, justificada, e uma aquisição da virtude, duplamente justificada, que se opõe tanto ao desleixo e às facilidades da vulgaridade quanto à feiúra.

Assim, a experiência por excelência do “corpo alienado”, o *constrangimento*, e a experiência oposta, a *naturalidade*, propõem-se, em toda a evidência, com probabilidades desiguais aos membros da pequena burguesia e da burguesia que, atribuindo o mesmo *reconhecimento* à mesma representação da *conformação* e da *atitude legítimas*, estão equipados, de forma desigual, para realizá-lo: assim, as oportunidades de viver o próprio corpo sob o modo da graça e do milagre continuado são tanto maiores quanto maior for a capacidade corporal em relação ao grau do reconhecimento; ou, inversamente, a probabilidade de experimentar o corpo no mal-estar, no constrangimento e na timidez, será tanto mais elevada quanto maior for a desproporção entre o corpo ideal e o corpo real, entre o corpo sonhado e o *looking-glass self* – como se diz, às vezes – restituído pelas reações dos outros (as mesmas leis são válidas em relação à linguagem).

O simples fato de que as propriedades corporais mais procuradas – magreza, beleza, etc. – não estejam distribuídas, por acaso, entre as classes (por exemplo, a parcela das mulheres que têm uma altura normalizada superior à altura modal cresce bastante fortemente quando se desce na hierarquia social) seria suficiente para excluir que se possa tratar como *alienação genérica*, constitutiva do “corpo para o outro”, a relação que os agentes mantêm com a representação social de seu corpo, ou seja, o “corpo alienado” evocado pela análise de essência, corpo genérico, como a “alienação” que advém a qualquer corpo ao ser percebido e nomeado, portanto, objetivado pelo olhar e pelo discurso dos outros (cf. J.-P. Sartre, *L'Être et le néant*, Paris, Gallimard, 1943, p. 404-427). O “corpo para o outro” dos fenomenólogos é, duplamente, um produto social: ele deve suas propriedades distintivas a suas condições sociais de produção; e o olhar social não é um poder universal e abstrato de objetivação, como o olhar sartriano, mas um poder social que fica sempre devendo uma parte de sua eficácia ao fato de que encontra, naquele a quem se aplica, o reconhecimento das categorias de percepção e de apreciação que lhe aplica.

Apesar de não ser seu monopólio, os pequeno-burgueses distinguem-se, na sua experiência do mundo social, antes de mais nada, pela timidez, ou seja, constrangimento de quem não se sente bem em seu corpo e em sua linguagem: em vez de formar um todo com esses aspectos, ele observa-os, de algum modo, do exterior, com os olhos dos outros, vigiando-

se, corrigindo-se, retratando-se; e, através de suas tentativas desesperadas para voltar a apropriar-se de um ser-para-o-outro alienado, oferece precisamente a ocasião à apropriação, traindo-se tanto por sua hipercorreção quanto por sua falta de jeito. Assim, a timidez manifestada, a contragosto, pelo corpo objetivado e que se deixa confinar no destino proposto pela percepção e pela enunciação coletivas – que se pense nos apelidos e alcunhas – é *atraçada* por um corpo submetido à representação dos outros, inclusive, em suas reações passivas e inconscientes (a sensação de enrubescer). Ao contrário, a naturalidade, essa espécie de indiferença ao olhar objetivante dos outros que neutraliza seus poderes, supõe a *segurança* fornecida pela certeza de ser capaz de objetivar essa objetivação, apropriar-se dessa apropriação, de estar em condições de impor as normas da percepção de seu corpo, em resumo, de dispor de todos os poderes que – apesar de estarem sediados no corpo e de lhe pedirem de empréstimo, aparentemente, suas armas específicas, tais como a postura imponente ou o encanto – lhe são essencialmente irredutíveis. É assim que se deve compreender o resultado da experiência de Dannenmaier e Thumin na qual os indivíduos, convidados a avaliar, de memória, a altura de pessoas conhecidas, tendiam a superestimá-la na mesma proporção em que era mais importante a autoridade ou o prestígio dessas pessoas para os entrevistados.²⁸ Tudo leva a pensar que a lógica que impele a perceber os “grandes” como se fossem ainda maiores aplica-se de maneira bastante geral e que a autoridade, seja de que ordem for, contém um *poder de sedução* que, só por ingenuidade, pode ser reduzido ao efeito de um servilismo interesseiro. Eis porque a contestação política tem recorrido sempre à *caricatura*, deformação da imagem corporal destinada a *quebrar o encanto* e ridicularizar um dos princípios do efeito de imposição da autoridade.

O *encanto* e o *carisma* designam, de fato, o poder de alguns para impor, como representação objetiva e coletiva de seus próprios corpos e existências, a representação que têm de si mesmos, assim como para levar o outro, a exemplo do que se passa com o amor ou com a crença, a *abdicar de seu poder genérico de objetivação* a fim de delegá-lo àquele que seria seu objeto e que, assim, encontra-se constituído como objeto absoluto, sem exterior – já que ele é outro para si mesmo –, plenamente justificado em sua existência, legitimado. O chefe carismático consegue ser para o grupo o que ele é para si mesmo, em vez de ser para si próprio, à maneira dos dominados da luta simbólica, o que ele é para o outro; ele “faz”, como se diz, a opinião que o fabrica; ele constitui-se como incontornável, sem exterior, absoluto, por uma simbólica do poder que é constitutiva de seu poder já que ela permite-lhe produzir e impor sua própria objetivação.

Os universos de possíveis estilísticas

Assim, os espaços das preferências relativas à alimentação, ao vestuário e à cosmética organizam-se segundo a mesma estrutura fundamental, ou seja, a do espaço social determinado pelo volume e pela estrutura do capital. Para construir completamente o espaço dos estilos de vida no interior dos quais se definem os consumos culturais, conviria estabelecer, para cada classe e fração de classe, ou seja, para cada uma das configurações do capital, a *fórmula geradora* do *habitus* que, em um *estilo de vida* particular, retraduz as necessidades e as facilidades características dessa classe de condições de existência (relativamente) homogêneas e, feito isso, determinar a maneira como as disposições do

habitus se especificam, para cada um dos grandes domínios da prática, realizando uma ou outra das *possíveis estilísticas oferecidas por cada campo*: o do esporte e o da música, o da alimentação e o da decoração, o da política e o da linguagem, e assim por diante. Ao sobrepor esses espaços homólogos, obter-se-ia uma representação rigorosa do espaço dos estilos de vida permitindo caracterizar cada um dos traços distintivos – o uso do boné ou a prática do piano – sob as duas relações em que ele se define objetivamente, ou seja: por um lado, em relação ao conjunto dos traços constitutivos do domínio considerado – por exemplo, o sistema dos penteados –, sistema das possibilidades no interior do qual ele assume seu valor distintivo; e, por outro, em relação ao conjunto dos traços constitutivos de um estilo de vida particular – o estilo de vida popular – no interior do qual se determina sua significação social. Assim, por exemplo, para cada novo recém-chegado, o universo das práticas e dos espetáculos esportivos apresenta-se como um conjunto de escolhas previamente determinadas e de possibilidades objetivamente instituídas – tradições, regras, valores, equipamentos, técnicas, símbolos – que recebem sua significação social do sistema constituído por elas e que ficam devendo, em cada momento, uma parcela de suas propriedades à história.

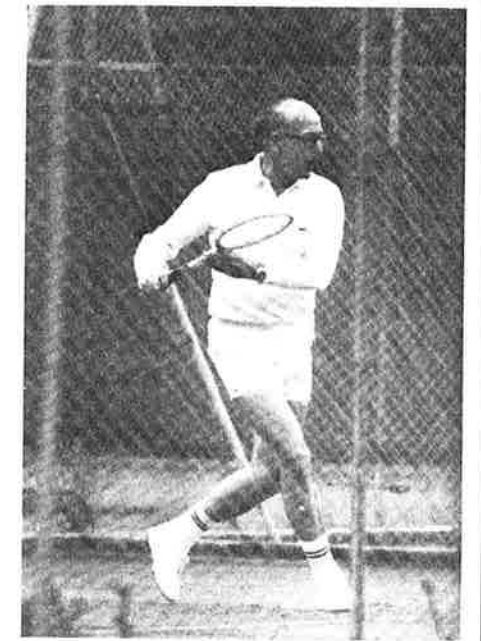
É impossível compreender a ambigüidade social de um esporte, tal como o rúgbi que, ainda praticado nas “escolas da elite”, pelo menos, na Inglaterra, tornou-se, na França, o apanágio das classes populares e médias das regiões ao Sul do rio Loire – conservando, ao mesmo tempo, alguns baluartes “universitários”, tais como o Racing ou o SBUC –, se não se tiver em mente a história do processo que, nas “escolas da elite” da Inglaterra do século XIX, conduz à transmutação dos *jogos populares em esportes de elite*, associados a uma moral e a uma visão do mundo aristocráticas – *fair play, will to win*, etc. –, mediante uma mudança radical de sentido e de função totalmente análoga à que afeta, por um lado, as danças populares ao assumirem as formas complexas da música erudita e, por outro, a história, sem dúvida, ainda pouco conhecida, do processo de divulgação, aparentado em vários aspectos à difusão da música clássica ou *folk* pelo disco de vinil que, em um segundo momento, transforma o esporte de elite em *esporte de massa*, não só como espetáculo, mas também como prática.

As *propriedades distribucionais* que advêm às diferentes práticas ao serem apreendidas por agentes detentores de um conhecimento prático de sua distribuição entre agentes que, por sua vez, estão distribuídos por classes hierarquizadas ou, se preferirmos, da probabilidade para as diferentes classes de praticá-las, devem muito, com efeito, ao passado de tais distribuições em razão dos efeitos de histerese: a imagem “aristocrática” de esportes, tais como o tênis ou a equitação, sem falar do golfe, pode sobreviver à transformação – relativa – das condições materiais do acesso, enquanto a *pétanque*, por suas origens e seus vínculos populares e meridionais – dupla maldição – é subsidiária de uma significação distribucional bastante próxima daquela atribuída ao aperitivo *Ricard* ou a outras bebidas *fortes*, assim como a todos os alimentos não só baratos, mas também *fortes* e, segundo se presume, fornecedores de energia por serem pesados, gordurosos e apimentados.

No entanto, as propriedades distribucionais não são as únicas a serem conferidas aos bens pela percepção que se tem a seu respeito. Pelo fato de que os agentes apreendem os objetos através dos esquemas de percepção e de apreciação de seus *habitus*, seria ingênuo supor que todos os praticantes do mesmo esporte – ou de qualquer outra prática – conferem o mesmo sentido à sua prática ou, até mesmo, praticam, propriamente falando, a mesma prática. Seria fácil mostrar que as diferentes classes não estão de acordo em relação aos ganhos esperados da prática do esporte, tratando-se dos ganhos específicos – propriamente corporais que não são, de modo algum, objeto de discussão relativamente ao fato de serem reais ou imaginários já que são realmente visados, tais como os efeitos sobre o corpo externo (por exemplo, a magreza, a elegância ou uma musculatura visível) ou os efeitos sobre o corpo interno (por exemplo, a saúde e o equilíbrio psíquico) – sem falar dos ganhos extrínsecos, tais como as relações sociais que podem ser estabelecidas mediante a prática do esporte ou as vantagens econômicas e sociais que, em determinados casos, tal prática pode garantir. E, apesar de existirem casos em que não há equívoco em designar a função dominante da prática, não se tem jamais o direito de supor que a expectativa das diferentes classes esperem a mesma coisa da mesma prática: assim, por exemplo, pode-se exigir da ginástica – aliás, essa é a demanda popular satisfeita pelo *culturismo* – a produção de um corpo forte e que exiba sinais exteriores de sua força ou, então, um corpo saudável – essa é a demanda burguesa que encontra satisfação em uma ginástica com função essencialmente higiênica – ou, ainda, com as “novas ginásticas”, um corpo “liberado” – essa é a demanda característica das mulheres das novas frações da burguesia e da pequena burguesia.²⁹ Somente uma análise metódica das variações da significação e função atribuídas às diferentes práticas esportivas poderia permitir, por um lado, escapar às “tipologias” abstratas e formais baseadas – essa é a lei do gênero – na universalização da experiência concreta do pesquisador e, por outro, construir a *tabela dos traços sociologicamente pertinentes* em função dos quais os agentes se determinam (consciente ou inconscientemente) na escolha de suas práticas esportivas.

O sentido das práticas esportivas está tão fortemente associado à frequência e à antiguidade da prática, às condições socialmente qualificadas em que ela se realiza (lugar, momento, equipamentos, instrumentos, etc.), à maneira de realizá-la (por exemplo, a posição ocupada na equipe, o estilo, etc.) que se torna bastante difícil interpretar a maior parte dos dados estatísticos disponíveis, sobretudo, em relação a todas as práticas com forte dispersão: por exemplo, a *pétanque*, cujo sentido se altera completamente conforme for praticada regularmente, em cada fim de semana, em um terreno apropriado, com parceiros regulares ou ocasionais, durante as férias, como brincadeira de improviso, para divertir as crianças; ou, mais ainda, a ginástica que difere totalmente segundo se trate da simples cultura física cotidiana ou semanal, praticada em casa, sem equipamentos especiais, ou da ginástica praticada em uma sala especializada, cuja “qualidade” (e preço) varia ainda segundo as instalações e serviços que ela oferece (sem falar da ginástica esportiva ou das diferenças entre a ginástica clássica e todas as formas de “nova ginástica”). Mas, será que se pode colocar na mesma classe, com frequência idêntica, aqueles que praticam o esqui ou o tênis, desde a mais tenra idade, e aqueles que tiveram acesso a esta prática na idade adulta ou, ainda, aqueles que praticam o esqui nos períodos de férias escolares e aqueles

A força e a forma



“A aula de tênis do Presidente Valéry Giscard d’Estaing, Paris, julho de 1978 – À semelhança de um número crescente de franceses, o presidente Valéry Giscard d’Estaing interessa-se pelo tênis. Para aperfeiçoar seu estilo, agora, ele tem aulas regulares, bem cedo de manhã, em um clube dos subúrbios de Paris, em cuja quadra foi surpreendido por nosso fotógrafo.”

“Impossível ser um esteta da moda sem ser sensível à harmonia do corpo”, explica Karl Lagerfeld. O estilista parisiense dedica trinta minutos, no mínimo, em cada manhã, para manter a forma. Seu quarto de dormir, transformado em pequena sala de cultura física, dispõe dos mais diversos equipamentos: bicicleta ergométrica, barra e halteres, máquina de remar, vibromassagador, etc. Todos estes aparelhos permitem-lhe, no retorno das férias na cidade balneária de Saint-Tropez (período em que nadou muito), manter a forma dentro de casa à sua maneira: “Quero ter a liberdade de escolher a minha silhueta.”

“Eu já era bastante forte para a minha idade e, mesmo assim, em três meses, ganhei 12 cm de envergadura de ombro a ombro, 8 cm de peito e 3 cm de massa muscular nos braços. É realmente estupendo.”

“Superei todas as minhas expectativas. Meus músculos ganharam vários centímetros e minha força duplicou.”

“Sinto-me completamente rejuvenescido. Meus parentes e amigos zombavam de mim; agora, meu pai pede-me para tirar a camisa a fim de mostrar aos convidados o que consegui na Academia de vocês.”

La maison de Marie-Claire, nº 56, oct. 1971.

Prospecto desdobrável de *Sculpture humaine*

Tennis-magazine/Sygm

que têm os meios de praticá-la a contratempo ou, se é que se pode falar assim, a contralugar, com o esqui fora de pista ou o esqui de fundo? De fato, por falta de homogeneidade social dos praticantes, salvo raras exceções, os públicos definidos pela prática da mesma atividade funcionam como campos em que a própria definição da prática legítima está em jogo: os conflitos a propósito da maneira legítima de praticar ou das condições, mais ou menos raras, da prática – créditos, instrumentos, espaços, etc. – retraduzem quase sempre diferenças sociais na lógica específica do campo. Assim, determinados esportes que se “democratizam” podem fazer coincidir – freqüentemente, em espaços ou tempos separados – públicos socialmente diferentes que correspondem a idades diferentes do esporte considerado. Deste modo, no caso do tênis, os membros dos clubes privados, praticantes de longa data que estão mais do que nunca vinculados ao rigor do traje (camisa Lacoste, *short* – ou saia – de cor branca, calçado especial) e a tudo o que condiz com ele, opõem-se em todos os aspectos aos novos praticantes dos clubes municipais ou dos clubes de férias que fazem ver que o ritual do vestuário não é um atributo superficial da prática legítima: o tênis que se pratica com bermuda e T-shirt, com agasalho ou, até mesmo, com sunga e Adidas é realmente *um outro* tênis, tanto na maneira de praticá-lo quanto nas satisfações que ele proporciona. Assim, convém evitar a expectativa de quebrar o círculo segundo o qual, por um lado, o senso da prática ilumina a distribuição das práticas entre as classes e, por outro, essa distribuição ilumina o senso diferencial da prática, segundo as classes, ao invocar a definição chamada “técnica”: longe de escapar à lógica do campo e de suas lutas, esta tem a ver, quase sempre, com aqueles que, a exemplo dos professores de educação física, devem garantir a imposição e a inculcação metódica dos esquemas de percepção e de ação que, na prática, organizam as práticas e são levados a fundamentar na razão e na natureza a explicação, mais ou menos bem-sucedida, dos esquemas práticos que eles produzem.

De qualquer modo, basta ter consciência de que as variações das práticas esportivas, segundo as classes, referem-se tanto às variações da percepção e da apreciação das *vantagens*, imediatas ou diferidas, que supostamente elas devem proporcionar, quanto às variações dos *custos* econômicos, culturais e também, se é que se pode falar assim, corporais – maior ou menor risco, dispêndio físico mais ou menos importante, etc. –, para compreender em suas grandes linhas a distribuição das práticas entre as classes e as frações de classe. Tudo se passa como se a probabilidade de praticar os diferentes esportes dependesse, nos limites definidos pelo capital econômico (e cultural), assim como pelo tempo livre, da percepção e da apreciação dos lucros e custos intrínsecos e extrínsecos de cada uma das práticas em função das disposições do *habitus* e, mais precisamente, da relação com o próprio corpo que é uma de suas dimensões.³⁰ A relação *instrumental* com o próprio corpo que as classes populares exprimem em todas as práticas que têm o corpo como objeto ou pretexto – regime alimentar ou cuidados de beleza, relação com a doença ou cuidados com a saúde – manifesta-se também na escolha dos esportes que, além de implicarem um grande investimento de esforços, de dificuldade ou, até mesmo, de sofrimento (tal como o boxe), exigem, às vezes, a *utilização do próprio corpo* – tais como a motocicleta, o pára-quedismo, todas as formas de acrobacia e, em certa medida, todos os esportes de combate.

O rúgbi – que acumula os traços populares do futebol (ou jogo de bola) e do combate que utiliza o próprio corpo e permite a expressão (parcialmente regulamentada) da violência física e um uso imediato das qualidades físicas “naturais” (força, rapidez, etc.) – está em afinidade com as disposições mais tipicamente populares: culto da virilidade e gosto pelas brigas, dureza no “contato” e resistência à fadiga e à dor, senso da solidariedade (“os companheiros”) e da festa (“o terceiro meio-tempo”), etc. O que não impede que ele possa ser objeto, sobretudo, por parte dos membros das frações dominantes da classe dominante – ou de intelectuais que, consciente ou inconscientemente, exprimem seus valores –, de um investimento estético-ético que, às vezes, leva até a prática: a busca de resistência a esforço prolongado, o culto das virtudes *viris* mesclado, algumas vezes, de um estetismo da violência e do combate de homem a homem impelem a elevar ao nível do discurso as disposições profundas dos praticantes do primeiro grau que, pouco propensos à verbalização e à teorização, são reenviados pelo discurso de enquadramento – aquele dos treinadores, dos dirigentes e de uma fração dos jornalistas – à docilidade da força bruta e submissa (os “rapazes gentis”), assim como da força popular em sua forma autorizada (abnegação, dedicação ao “coletivo”, etc.). No entanto, a reinterpretação aristocrática que, tradicionalmente, estava apoiada nos valores de “bravura”, associados ao jogo da “linha de três-quartos”, encontra seus limites na realidade do rúgbi moderno que – sob os efeitos conjugados de uma racionalização da técnica do jogo e do treino, além de uma transformação do recrutamento social dos jogadores e da ampliação do público – atribui a predominância a um jogo de atacantes ao qual se faz menção, com uma freqüência cada vez maior, na linguagem do mais obscuro trabalho industrial (“pegar no batente”) ou do sacrifício do soldado de infantaria (“homens de dever”).³¹

Tudo parece indicar que a preocupação com a cultura do corpo aparece, em sua forma elementar – ou seja, enquanto culto higienista da saúde, muitas vezes, associado a uma exaltação ascética da sobriedade e do rigor dietético – nas classes médias (quadros médios, empregados dos serviços médicos e, sobretudo, professores primários e, particularmente, entre as mulheres dessas categorias, fortemente, feminilizadas) que, conforme se sabe, mostram-se especialmente ansiosas com a aparência e, por conseguinte, com seu corpo para o outro e, por isso, dedicam-se de maneira particularmente intensiva à ginástica, o esporte ascético por excelência já que se reduz a uma espécie de treino (*askesis*) pelo treino. Se é conhecido que, de acordo com a demonstração da psicologia social, a pessoa se aceita tanto melhor quanto mais distraída estiver de si – essa é a própria definição de *naturalidade* –, mais disposta a desviar a atenção de si mesma, mais capaz de escapar ao fascínio por um corpo próprio possuído pelo olhar dos outros – conviria evocar o olhar de ansiedade interrogativa retornando para si o olhar dos outros tão freqüente, atualmente, entre as mulheres da burguesia que não *podem* envelhecer – compreende-se que as mulheres da pequena burguesia estejam dispostas a sacrificar muito tempo e esforços para terem acesso ao sentimento de serem conformes às normas sociais da apresentação de si que é a condição do esquecimento de si e de seu corpo para o outro (F.C., LXI).

No entanto, a cultura física e todas as práticas estritamente higiênicas, tais como a caminhada ou o *footing*, estão vinculadas por outras afinidades às disposições das frações mais ricas em capital cultural das classes médias e da classe dominante: na maior parte

Tabela 21 – Variações das práticas esportivas e dos julgamentos sobre o esporte (F.C., XXXVIII)

	agricultores	operários	artesãos, pequenos comerciantes	empregados, quadros médios	quad. superiores, prof. liberais	Homens	Mulheres
assistem bastante, ou com freqüência, a competições esportivas	20	22	24	18	16	26	10
assistem pela TV (ou escutam pelo rádio) bastante, ou com freqüência, a competições esportivas	50	62	60	60	50	71	47
teriam o desejo de que o filho se tornasse um grande campeão esportivo	50	61	55	44	33	52	47
pensam que, atualmente, não se liga importância suficiente ao bom desenvolvimento físico das crianças na distribuição do tempo escolar	23	48	41	60	71	47	39
praticam, de maneira regular, um ou vários esportes (com exclusão da natação, se esta for praticada apenas durante as férias)	17	18	24	29	45	25	15
não praticam, atualmente, nenhum esporte com regularidade, mas já tiveram tal prática	26	34	41	34	33	42	21
nunca praticaram esportes de uma forma regular	57	48	35	37	22	33	64
praticam, regularmente:							
. tênis	-	1,5	2,5	2,5	15,5	2	2,5
. equitação	1,5	0,5	1	1,5	3,5	1	1
. esqui	3,5	1,5	6,5	4,5	8	3	3
. natação	2,0	2,5	3,5	6,5	10	4	3
. ginástica	0,5	3	0,5	5	7	1,5	4
. atletismo	-	1,5	0,5	2,5	4	2	0,5
. futebol	2,5	6	4,5	4	4	7	0,5

Das estatísticas disponíveis (cf. lista das Fontes Complementares), é possível extrair apenas as tendências mais gerais que são confirmadas por toda parte, a despeito das variações relativas à imprecisão da definição da prática, de sua freqüência, de suas ocasiões, etc. (sem contar a superestimação das taxas reais de prática – sem dúvida, desigual, segundo as classes – resultante do fato de que todas as pesquisas se baseiam nas *declarações* dos entrevistados e não poderiam tomar o lugar de verdadeiras pesquisas a partir de *públicos* de praticantes ou de espectadores). Eis porque, em uma tabela sinótica, apresentamos a parcela correspondente a cada classe ou ao sexo dos agentes detentores de determinada propriedade, segundo a pesquisa mais recente sobre as práticas esportivas e as opiniões a propósito do esporte (F. C., XXXVIII).

das vezes, adquirindo sentido apenas em relação a um conhecimento completamente teórico e abstrato dos efeitos de um exercício limitado, na ginástica, a uma série de movimentos abstratos, decompostos e organizados por referência a um fim específico e erudito – por exemplo, “os abdominais” –, diametralmente oposto aos movimentos totais e orientados para fins práticos da existência cotidiana, tais disposições supõem uma fé racional nos ganhos diferidos e, muitas vezes, impalpáveis que elas prometem (como a proteção contra o envelhecimento ou os acidentes associados à idade, ou seja, ganho abstrato e negativo). Assim, compreende-se que elas encontrem as condições de sua realização nas disposições ascéticas dos indivíduos em ascensão que são preparados para encontrar sua satisfação no próprio esforço e aceitar inconsideradamente – esse é o próprio sentido de toda a sua existência – as satisfações diferidas que são prometidas a seu sacrifício presente. Mas, além disso, pelo fato de ser possível sua prática solitária, ou a contratempo e a contralugar, por uma busca quase consciente da distância máxima em relação aos outros (corridas na floresta, utilizando atalhos afastados, etc.), além de excluírem, portanto, qualquer

concorrência e competição (essa é uma das diferenças entre a corrida e o *footing*), elas inscrevem-se naturalmente no número dos expedientes éticos e estéticos que definem o aristocratism ascético das frações dominadas da classe dominante.

É claro que os esportes de equipe – por exigirem apenas competências (“físicas” ou adquiridas), quase igualmente distribuídas entre as classes, além de serem acessíveis nos limites do tempo e da energia física disponíveis – deveriam ser praticados com uma freqüência cada vez maior à medida que se sobe na hierarquia social, como é o caso dos esportes individuais, se, em conformidade com uma lógica observada em outros domínios (por exemplo, a prática fotográfica), sua própria acessibilidade e todas as propriedades correlatas, como os contatos sociais indesejáveis, não os tornassem detestáveis para os membros da classe dominante. E de fato, os esportes mais tipicamente populares – tais como o futebol e o rúgbi, ou a luta e o boxe que, em seus primórdios na França, deram grande prazer aos aristocratas (ou, pelo menos, àqueles que, sempre em número reduzido, colocavam aí seu esnobismo), mas que, ao “vulgarizarem-se”, deixaram de ser o que eram em relação à realidade e à percepção que os dominantes tinham a seu respeito – acumulam todas as razões para rechaçar os membros da classe dominante: a composição social de seu público que reduplica a vulgaridade inscrita no fato de sua divulgação, assim como os valores e as virtudes exigidas – força, resistência ao mal, disposição para a violência, espírito de “sacrifício”, de docilidade e de submissão à disciplina coletiva –, antítese perfeita da “distância ao papel” implicada nos papéis burgueses, exaltação da competição.

A prática regular do esporte varia bastante fortemente segundo a classe social, passando de 1,7% entre os agricultores ou de 10,1% e 10,6% entre os operários e os empregados para 24% entre os quadros médios e 32,3% entre os membros das profissões liberais – variações da mesma amplitude observam-se em função do nível de instrução, enquanto a diferença entre os sexos cresce, como alhures, quando se desce na hierarquia social (cf. *Collections de l'INSEE, Série M, n° 2, juil 1970*). As diferenças são ainda mais marcantes no caso de um esporte individual (por exemplo, o tênis), ao passo que, no caso do futebol, a hierarquia inverte-se, de modo que a taxa da prática mais elevada encontra-se entre os operários, seguidos pelos artesãos e pelos comerciantes. Estas diferenças que, em parte, se explicam pela ação de incentivo da escola resultam, também, do fato de que a diminuição da prática em decorrência da idade, muito brutal e relativamente precoce nas classes populares em que ela coincide com a saída da escola ou com o casamento (três quartos dos agricultores e operários deixaram de praticar esporte aos 25 anos) é muito mais lenta na classe dominante em que o esporte é explicitamente investido de uma função higiênica – como mostra, por exemplo, o interesse pelo desenvolvimento físico das crianças. (Assim, explica-se que, na tabela sinótica, a parcela daqueles que praticam regularmente um esporte qualquer, no momento considerado, cresça fortemente em função de sua posição na hierarquia social, enquanto a parcela daqueles que deixaram de praticar – após um período em que o haviam feito – varia pouco, atingindo inclusive sua taxa máxima entre os artesãos e os comerciantes).

Entre os principais freqüentadores dos espetáculos esportivos – e, sobretudo, dos mais populares – encontram-se os artesãos e comerciantes, operários, quadros médios e empregados (também, leitores contumazes do jornal de esportes *L'Équipe*); o mesmo

ocorre em relação ao interesse pelas reportagens televisivas (futebol, rúgbi, ciclismo, corridas de cavalos). Ao contrário, tanto nos estádios quanto na televisão, os membros da classe dominante consomem nitidamente menos espetáculos esportivos, verificando-se uma exceção para o tênis, assim como para o rúgbi ou o esqui.

Do mesmo modo que, nos tempos em que as práticas esportivas eram reservadas a alguns, o culto do *fair play* – maneira de jogar o jogo daqueles que possuem auto-domínio suficiente para não se deixarem arrastar pelo jogo ao ponto de esquecerem que se trata de um jogo – limitava-se a contribuir para a realização da verdade essencialmente distintiva do esporte, assim também, em um período em que o fato da prática já não era suficiente para afirmar a raridade dos praticantes, aqueles que entendiam comprovar sua excelência tiveram de afirmar seu desinteresse ao distanciarem-se de práticas desvalorizadas em decorrência das aparências de conformismo servil que elas haviam assumido ao se tornarem mais comuns. Para fugir das diversões comuns, basta que os privilegiados se deixem guiar, ainda neste aspecto, pelo horror dos ajuntamentos vulgares que os impele a procurar sempre – alhures, mais acima, mais longe, a contratempo e a contralugar – a exclusividade ou a primazia das novas experiências e dos espaços virgens, assim como pelo senso da legitimidade das práticas que depende, é claro, de seu valor distribucional, mas também do grau em que elas se prestam à estetização, seja na prática ou no discurso.³²

Todos os traços percebidos e apreciados pelo gosto dominante encontram-se reunidos por esportes, tais como golfe, tênis, iatismo, equitação (ou *jumping*), esqui (sobretudo, em suas formas mais distintivas, como o esqui de fundo), esgrima: praticados em espaços *reservados* e separados (clubes privados), em horário determinado pelo praticante, sozinho ou com parceiros *escolhidos* (ou seja, outros tantos traços opostos às disciplinas coletivas, aos ritmos obrigatórios e aos esforços impostos dos esportes coletivos), mediante um dispêndio corporal relativamente reduzido e, de qualquer modo, livremente determinado, apesar de exigir um investimento relativamente importante – e tanto mais rentável quanto mais precoce tiver sido – em tempo e em esforços de aprendizagem específica (o que os torna relativamente independentes das variações do capital corporal e de seu declínio com a idade), eles dão lugar apenas a competições altamente ritualizadas e regidas, para além dos regulamentos, por leis não-escritas do *fair play*: a troca esportiva assume aí o aspecto de uma troca social altamente controlada, excluindo qualquer violência física ou verbal, qualquer uso anômico do corpo (gritos, gestos desordenados, etc.) e, sobretudo, qualquer espécie de contato direto entre os adversários (muitas vezes, separados pela própria organização do espaço de jogo e diferentes rituais de abertura e de encerramento). Ou, então, com o iatismo, o esqui e todos os esportes californianos*, eles adotam o combate, comemorado em todas as épocas, contra a natureza, em vez das lutas entre homens, de homem a homem, dos esportes populares – sem falar das competições, incompatíveis com uma elevada idéia da pessoa.

* Atividades esportivas focalizadas na experiência individual, na estética e no prazer. (N.T.)

Compreende-se que os obstáculos econômicos – por mais importantes que sejam no caso do golfe, do esqui, do iatismo ou, até mesmo, da equitação e do tênis – são insuficientes para explicar a distribuição dessas práticas entre as classes: são os mais bem dissimulados direitos de entrada, tais como a tradição familiar e a *aprendizagem precoce* ou, ainda, a atitude (no duplo sentido de conduta digna e de maneiras corretas) e as técnicas de sociabilidade de praxe que interditam esses esportes às classes populares e aos indivíduos em ascensão das classes médias ou superiores e que os classificam entre os indicadores mais seguros indicadores (juntamente com os jogos chiques de sociedade, tais como o xadrez e, sobretudo, o bridge) da antiguidade na burguesia.³³

O fato de que as mesmas práticas tenham conseguido, em momentos diferentes, nem que fosse mediante a mudança de sentido e de função, atrair públicos aristocráticos ou populares, ou, no mesmo momento, assumir sentidos e formas diferentes para os diferentes públicos que elas atraem, é suficiente para servir de advertência contra a tentação de encontrar, na própria “natureza” dos esportes, a explicação completa de sua distribuição entre as classes. Mesmo que a lógica da distinção seja suficiente para justificar, no essencial, a oposição entre os esportes populares e os esportes burgueses, ocorre que é impossível compreender completamente a relação entre os diferentes grupos e as diferentes práticas a não ser com a condição de levar em consideração as potencialidades objetivas das diferentes práticas institucionalizadas, ou seja, os usos sociais que são favorecidos, desfavorecidos ou excluídos por essas práticas consideradas em sua lógica intrínseca e em seu valor posicional e distribucional. Pode-se estabelecer como lei geral que um esporte tem maiores possibilidades de ser adotado pelos membros de determinada classe social na medida em que não contradiz a relação com o corpo no que este tem de mais profundo e de mais profundamente inconsciente, ou seja, o *esquema corporal* enquanto depositário de uma verdadeira visão do mundo social, de uma verdadeira filosofia da pessoa e do próprio corpo. É assim que um esporte está predisposto, de alguma forma, para o uso burguês quando a utilização do corpo exigida por ele não lesa, de modo algum, o sentimento da alta dignidade da pessoa que, por exemplo, além de excluir a possibilidade de lançar o corpo nos combates obscuros do rúgbi de atacantes ou nas competições atentatórias à auto-estima do atletismo, exige que o indivíduo, levado pela preocupação de impor a representação indiscutível da própria autoridade, dignidade ou distinção, considere o corpo como um fim, transformando-o em um sinal e em um sinal de sua própria naturalidade: ao colocar o estilo, no primeiro plano, a maneira mais tipicamente burguesa de posicionar o corpo é reconhecível não só em certa *amplitude* dos gestos, da forma de andar, que manifesta, pela posição ocupada no espaço, o lugar que se ocupa no espaço social, mas sobretudo em um *tempo* contido, compassado e ponderado que, completamente oposto à pressa popular ou à precipitação pequeno-burguesa, caracteriza também o uso burguês da linguagem, e pelo qual se afirma a confiança de estar autorizado a tomar seu tempo e o dos outros. A afinidade entre as potencialidades objetivamente inscritas nas práticas e as disposições atinge seu grau mais elevado de visibilidade no caso da aviação, especialmente, militar: as façanhas individuais e a moral cavalheiresca dos aristocratas prussianos e dos nobres franceses que, tendo freqüentado Saumur, passaram para a esquadrilha – exatamente o que é evocado por *A grande ilusão* (1937) – estão implicadas na própria prática do vôo que, de acordo com o que é sugerido por todas as metáforas do sobrevôo e da altivez, está

associada à altivez social e moral, “certo sentimento da altitude que se vincula à vida espiritual”, como afirma Proust a propósito de Stendhal.³⁴ Qualquer oposição entre uma burguesia belicosa e chauvinista – que identificava as virtudes do chefe com a busca do risco viril e com a determinação do homem de ação – e uma burguesia multinacional e livre-cambista que situa o princípio de seu poder em suas capacidades de decisão e de organização, ou, em poucas palavras, *cibernéticas*, condensa-se na oposição entre a equitação, a esgrima, o boxe ou a aviação dos aristocratas e burgueses do início do século XX, por um lado, e, por outro, o esqui, o iatismo ou o vôo à vela dos grandes quadros modernos.

E do mesmo modo que uma história das práticas esportivas da classe dominante levaria, sem dúvida, ao aspecto mais profundo da evolução das disposições éticas, da representação burguesa do ideal humano e, em particular, da maneira de conciliar as virtudes corporais com as virtudes intelectuais, mantidas com o intuito de fazer sobressair o sentido do feminino, assim também a análise da distribuição, em determinado momento, das práticas esportivas entre as frações da classe dominante conduziria, sem dúvida, a alguns dos princípios mais bem dissimulados da oposição entre essas frações, tais como a representação – soterrada no mais profundo dos inconscientes – da relação entre a divisão do trabalho entre os sexos e a divisão do trabalho de dominação. E isso, sem dúvida, mais do que nunca atualmente, em que a educação branda e invisível pelo exercício esportivo e pelos regimes alimentares, conveniente para a nova moral higiênica, tende cada vez mais a substituir a pedagogia explicitamente ética do passado quando se trata de garantir a modelagem do corpo e da mente. Pelo fato de que os diferentes princípios de divisão pelos quais a classe dominante adquire sua estrutura nunca são perfeitamente independentes, tais como as oposições entre os mais afortunados de capital econômico e os mais bem providos de capital cultural, entre os herdeiros e os novos-ricos, os velhos e os jovens (ou os juniores), as práticas das diferentes frações tendem a distribuir-se, desde as frações dominantes até as frações dominadas, segundo uma série de oposições que, por sua vez, são parcialmente redutíveis umas às outras: oposição entre os esportes mais dispendiosos e os mais chiques – golfe, iatismo, equitação, tênis – ou as maneiras mais dispendiosas e as mais chiques de praticar esses esportes (clubes privados), por um lado, e, por outro, os esportes menos dispendiosos – passeio, caminhada, *footing*, cicloturismo, alpinismo, etc. – ou as maneiras menos dispendiosas de praticar os esportes chiques (por exemplo, em relação ao tênis, nos clubes municipais ou de férias); oposição entre os esportes “viris” que podem exigir um elevado investimento energético – caça, pesca à linha, esportes de combate, tiro aos pombos, etc. – e os esportes “introvertidos”, voltados para a exploração e a expressão de si – yoga, dança, expressão corporal –, ou “cibernéticos”, exigindo um elevado investimento cultural para um investimento energético relativamente reduzido.

Assim, as diferenças que separam os professores, os membros das profissões liberais e os empresários encontram-se como que condensadas em três práticas que – apesar de sua relativa raridade (da ordem de 10%), até mesmo, nas frações que as ostentam como distinção – aparecem como o traço distintivo de cada uma por serem nitidamente mais frequentes nelas, em idade equivalente, do que nas outras (análise secundária de F.C. V e VI): o ascetismo aristocrático dos professores encontra uma expressão exemplar no alpinismo que, ainda mais do que a caminhada e suas trilhas reservadas – estamos pensado

em Heidegger – ou o cicloturismo associado às igrejas de estilo romano, oferece um meio de obter, ao menor custo econômico, o máximo de distinção, distância, altivez e elevação espiritual, através do sentimento de que se tem o controle de seu próprio corpo e, ao mesmo tempo, de uma natureza inacessível ao comum dos mortais,³⁵ enquanto o hedonismo higienista dos médicos e dos quadros modernos, detentores de meios materiais e culturais (associados à prática precoce) que lhes dão acesso às práticas mais prestigiosas e lhes permitem fugir dos ajuntamentos de massa, realiza-se nos passeios de barco, banhos em mar alto, esqui de fundo ou pesca submarina; por sua vez, os empresários esperam ganhar a mesma distinção pela prática do golfe, com seu rótulo aristocrático, seu léxico pedido de empréstimo ao inglês e seus amplos espaços exclusivos, sem falar dos lucros extrínsecos, tais como o *acúmulo de capital social*, que ela garante como suplemento.³⁶

Sabendo que, neste caso, a idade é, evidentemente, uma variável de grande peso, não será motivo de surpresa que as diferenças de idade social – as que opõem, para uma posição idêntica, os mais jovens e os mais velhos, do ponto de vista biológico, mas também, para a idade biológica idêntica, as frações dominadas e as frações dominantes ou as frações novas e as frações estabelecidas – retraduzem-se na oposição entre os esportes de tradição e todas as novas formas dos esportes clássicos (equitação na natureza, esqui de fundo ou fora de pista, etc.) ou todos os novos esportes, muitas vezes, importados da América do Norte pelos membros das novas burguesias, grande e pequena, assim como, em particular, por todas as pessoas da moda – estilistas, fotógrafos, manequins, publicitários, jornalistas – que inventam e vendem uma nova forma de *elitismo do pobre*, próximo daquele que caracterizava os professores, adotando, além disso, uma forma ainda mais ostensivamente liberada das convenções e das conveniências. A verdade dessa “contracultura” que, de fato, reativa todas as tradições dos velhos cultos tipicamente cultivados do natural, do puro e do autêntico, nunca teria sido, talvez, tão visível quanto no equipamento que um desses novos magazines dos acessórios do estilo avançado de vida – FNAC [*Fédération Nationale d’Achat des Cadres*], museu Beaubourg, *Nouvel observateur*, clubes de férias – propõe ao apreciador de caminhadas: parkas, calças *knickers*, jaquetas em puro *shetland* ou lã da terra, verdadeiros pulôveres em lã natural, casacas de caçadores canadenses, pulôveres de pescadores ingleses, impermeáveis das forças armadas dos EUA, camisas dos guardas florestais suecos, *fatigue pants*, calçados de operários norte-americanos, *rangers*, mocassins indianos de couro flexível, gorros de trabalhadores irlandeses, gorros de lã noruegueses, chapéus de selva, sem esquecer os apitos, altímetros, podômetros, guias de trilhas, aparelhos Nikon e outras engenhocas obrigatórias sem as quais não há retorno natural à natureza. E como será possível não reconhecer a dinâmica do sonho de vôo social na origem de todas as novas práticas esportivas – passeios a pé, a cavalo, em bicicleta, em motocicleta, em barco, canoagem, caiaque, motocicleta na natureza, arco-e-flecha, *windsurf*, esqui de fundo, vôo à vela, asa-delta – que, por terem em comum a exigência de um elevado investimento de capital cultural, no próprio exercício da prática, na preparação, na manutenção e na utilização dos instrumentos, assim como (sobretudo, talvez) na *verbalização* das experiências, são, de algum modo, para os esportes de luxo praticados pelos membros das profissões liberais e dos quadros de empresas o que a apropriação simbólica é para a apropriação material da obra de arte?

O catálogo dos novos recursos esportivos

Extratos do *Catalogue des ressources*, co-edição de Librairies Alternative e Parallèles, 1977.

Expressão corporal

Gazelle

A respeito desta moça – impregnada pelos ensinamentos difundidos pela comunidade de *Arche*, no seio da qual ela havia vivido durante uma dezena de anos –, Lanza del Vasto escreveu o seguinte: “Em vez de ser uma questão de pernas, sua arte amadureceu, durante um longo período, no coração e na cabeça”; “ao promover suas várias apresentações, eu pretendia evitar a perda desta arte preciosa, inspirada tanto na dança hindu quanto nas imagens cristãs da Idade Média”. A abordagem de vida interior se pratica através de atividades em sessões cotidianas para prosseguir, em seguida, na vida; de fato, a busca da unidade interior é seu tema central. A dança, seja ela folclórica, religiosa ou criativa, ocupa o lugar de honra. Ela não é um fim em si, mas suporte de vida interior. A técnica é trabalhada, certamente, mas nunca em detrimento da distensão indispensável à harmonia da pessoa.

As mulheres descobrem o corpo pela dança

Para as mulheres, a dança representa, antes de tudo, um meio de tomar consciência do próprio corpo; neste sentido, trata-se de uma descoberta de si mesmas... A tomada de consciência do corpo pelas entrevistadas é acompanhada, às vezes, pela tomada de consciência do corpo enquanto meio particular de expressão. Para as mulheres, a dança é vivida como uma nova linguagem que permite uma auto-afirmação... Além disso, para metade das entrevistadas, esta atividade parece participar de um erotismo primário ou, ainda, de um auto-erotismo primário, de modo que essa tomada de consciência do corpo é vivida como um prazer... “É um momento em que sinto que tenho um corpo... creio que a dança pode fornecer-me uma harmonia comigo mesma...”, “... uma busca de mim mesma, o fato de me descobrir do ponto de vista físico”, “trata-se de sensações através do corpo... é um meio de falar, você pode exprimir muitas coisas!”, “é uma afirmação...”. “Ao dançar, sinto-me bem. Tomo consciência de mim. Em determinado momento, abandonei a dança durante dois anos... então, senti falta de algo... É uma necessidade”.

Charretes

Éramos quatro moças, dois rapazes, um cavalo alugado, uma charrete comprada e uma bicicleta

Sáimos de La Charité-sur-Loire, no Departamento de Nièvre, sem rumo definido. Durante um mês, percorremos 300 km até Montaigut-en-Combraille (Puy-de-Dôme), passando por estradas vicinais da região de Bourbon. Andávamos a uma velocidade média de 3 km por hora (era tudo o que permitia a forma e o humor do cavalo); deste modo, fazíamos 15 a 20 km por dia. O fato de andarmos a 3 km por hora permitia-nos fazer um montão de coisas impossíveis de realizar quando viajamos de carro: colher amoras, andar de bicicleta, bater papo com as pessoas nas aldeias, subir na charrete, banhar-se nos riachos, fazer amor... Ao cabo de alguns dias, tínhamos perdido completamente a noção do tempo – o tempo de um dia comum: pegar no batente, rango, nanar.

Vôo livre

Uma asa-delta é uma vela montada sobre uma estrutura de alumínio, uma espécie de grande pipa, cujo barbante é substituído pelo peso de um sujeito suspenso em uns arreios, e com a qual ele se lança do alto de um morro para VOAR.

A iniciação se faz sobre colinas, encostas com grama, bancos de areia, apenas a alguns metros do chão. Geograficamente, pode-se voar em toda parte: desde os Pireneus até os Vosges; desde os entulhos de mina da região Norte à cadeia montanhosa do Jura e dos Alpes, passando pelo Departamento de Puy-de-Dôme.

Caminhada

Parece incrível, mas há pessoas que vivem sem saber que, para evitar o mundo sufocante da cidade, basta sair na estação “Porte de Saint-Cloud” do metrô... e deparar-se com a trilha da *Grande Randonnée* nº 1!!! É isso mesmo!!! Dir-se-ia que se trata do relato, desconexo e enuviado, que uma pessoa faz de seu sonho ao tomar o café da manhã. E, no entanto, isso é verdade: no extremo da Avenue de Versailles, em Paris, encontra-se o ponto de partida para 565 km (não é pouco!) de circuitos pedestres, SEM ATRAVESSAR UMA ÚNICA AGLOMERAÇÃO!

A pelada*

Há algum tempo, assiste-se ao desenvolvimento de um futebol “à margem”: fora de clubes, sem campeonato e, muitas vezes, inclusive, fora do estádio. Os tradicionais uniformes de cor única dão lugar para as camisetas profusamente coloridas, de todos os tipos, até mesmo, indianas. Os *shorts* são raros, enquanto floresce o *jeans*. As chuteiras pesadas com grampos e completamente envoltas em cadarços, um tanto complicados, são raríssimas e provocam o ajuntamento de curiosos antes da “partida”; os tênis e os *clarks* são muito mais utilizados. O número de jogadores é bastante variável e atinge, raramente, o fatídico algarismo de onze. O sexo nem sempre é masculino e, inclusive, lembro-me de algumas partidas jogadas na lama invernal do Parc-de-Sceaux em que cada time incluía três ou quatro moças, cujos sapatos com salto constituíam um deleite para seus tornozelos ou suas tíbias, nem sempre em condições adversas! Tratava-se de partidas homéricas, com dois ou três meios-tempos, no decorrer dos quais os menos ofegantes iam fumar uns baseados; os resultados-tipo eram da ordem de 32 a 38. A idade, também, é quase sempre bastante variável. Nada a ver com categorias do tipo dente-de-leite, mirim, infantil, juvenil, júnior, sênior ou veterano; e os garotos de onze-doze anos são o gênero de pernilongos de quem dificilmente conseguimos nos desembaraçar. Evidentemente, as regras não são cumpridas ao pé da letra. Aliás, na maior parte do tempo, não há juiz. A expulsão só é aplicada em caso de abuso flagrante – por exemplo, quando um jogador permanece, durante toda a partida, grudado perto do gol adversário, na expectativa de recuperar uma bola perdida. Não existem linhas laterais; assim, muitas vezes, as quadras de futebol eram muito mais largas do que compridas! Por sua vez, as faltas são cobradas quando são puxadas as camisetas uns dos outros. Os times formam-se à medida que os jogadores vão chegando, no decorrer da partida.

O espírito de competição não está completamente excluído, mas estamos bem longe do fanatismo de alguns times “profissionais”. De fato, quem vem chutar uma bola não está na quadra para vencer a qualquer preço, já que não existe uma posição a ser defendida; raramente os mesmos times se defrontam duas vezes, os períodos de jogo são bastante elásticos e o resultado é, às vezes, bastante aproximado (um ou dois pontos de diferença). E quando uma equipe é manifestamente superior, procede-se a um reequilíbrio com “transferências” de jogadores entre os dois times. (...) De modo que existe aí um estado de espírito bastante diferente daquele que, na maior parte do tempo, se aprende nas equipes de colégios ou de liceus.

A solução? Quem sabe, ela possa vir, em parte, dos professores de ginástica do tipo daquele que entregava uma bola a cada jogador para evitar qualquer espírito de competição – história autêntica já que o professor em questão teve, inclusive, de enfrentar alguns problemas por ter rejeitado uma regra comumente aceita.

No próximo fim de semana, se vocês encontrarem alguns bandos de bichinhos cabeludos em peleja à volta de uma bola não hesitem em pedir-lhes para participarem do jogo. Não tenham medo; com certeza, eles não vão devorar vocês.

* No original, *Le foot sympa*. (N.T.)

De um modo tão nítido quanto nos gostos em matéria de teatro ou de literatura, duas relações opostas com o mundo social exprimem-se, igualmente, na oposição entre esportes clássicos e esportes californianos: por um lado, o respeito pelas formas e pelas formas de respeito que se manifesta na preocupação com a conduta e os rituais, assim como em todas as exibições sem complexo da riqueza e do luxo; e, por outro, a subversão simbólica dos rituais da ordem burguesa pela pobreza ostensiva que transforma a necessidade em virtude, de modo que a liberdade em relação às formas e a paciência diante das obrigações – que, antes de mais nada, se exprime em matéria de vestuário ou cosmética, por exemplo, roupas informais e cabelos compridos (como ocorre em outros domínios com a *van* e o *camping-car*, ou o *folk* e o *rock*) – são desafios aos atributos obrigatórios dos rituais burgueses, ou seja, roupas de corte clássico ou carros de luxo, teatro de bulevar e ópera. E esta oposição entre duas relações com o mundo social resume-se, perfeitamente, em duas relações com o mundo natural: por um lado, o gosto pela natureza propriamente dita, selvagem; e, por outro, a natureza controlada, balizada, cultivada.

Assim, o sistema das práticas e dos espetáculos esportivos oferecidos, em determinado momento, à escolha dos “consumidores” potenciais está como que predisposto a exprimir todas as diferenças sociologicamente pertinentes nesse mesmo momento, ou seja, oposições entre os sexos, além das oposições entre as classes e as frações de classe: basta que os agentes se deixem levar pelas tendências de seu *habitus* para retomar por sua conta, sem o saber, a intenção imanente às práticas correspondentes, reconhecendo-se nessa prática em sua inteireza, ao mesmo tempo que reconhecem também todos aqueles que se reconhecem aí, ou seja, seus *semelhantes*. O mesmo se passa em todos os domínios da prática: cada consumidor deve contar com determinado estado da oferta, ou seja, com as possibilidades objetivadas – bens, serviços ou esquemas de ação, etc. –, cuja apropriação é um dos pretextos das lutas entre as classes e que, pelo fato de sua associação provável a classes ou frações de classes, são automaticamente classificadas e classificadoras, hierarquizadas e hierarquizantes. O estado observado da distribuição dos bens ou das práticas define-se no encontro entre as possibilidades oferecidas, em determinado momento, pelos diferentes campos de produção (presentes e passados) e as disposições socialmente diferenciadas que – associadas ao capital (definido em seu volume e sua estrutura) do qual são, quase completamente, o produto (segundo a trajetória) e em que elas encontram os meios de sua realização – definem o interesse por essas possibilidades, ou seja, a propensão e a aptidão em adquiri-las e convertê-las – pelo fato da apropriação – em sinais distintivos.

Assim, por exemplo, uma pesquisa sobre o mercado dos brinquedos, empreendida nesta perspectiva, deveria estabelecer, em primeiro lugar, os princípios específicos de estruturação de um campo de produção que, aí como alhures, faz coexistir, sem dúvida, estabelecimentos que diferem pela “idade” (desde as pequenas fábricas que produzem brinquedos de madeira até as grandes empresas modernas), por seu volume (resultado financeiro, número de funcionários) e, sobretudo, talvez, pela importância atribuída ao investimento “cultural”, ou seja, pelo grau em que a produção se apóia em uma pesquisa não só tecnológica, mas também psicológica; em segundo lugar, a partir de uma análise das condições em que se operam as compras de brinquedos e, em particular, do grau – sem dúvida, variável, segundo as classes – em que estão associados às ocasiões tradicionais,

portanto, sazonais, de troca de presentes (Natal, dia 1º do ano), seria possível fazer a tentativa para determinar a significação e a função que as diferentes classes conferem, consciente ou inconscientemente, aos brinquedos em função de seus esquemas próprios de percepção e de apreciação, assim como, mais precisamente, em função de suas estratégias educativas que, por sua vez, são parte integrante de seu sistema de estratégias de reprodução, de modo que a propensão a conferir aos brinquedos uma função educativa será, sem dúvida, tanto mais forte quanto mais exclusivamente a reprodução da posição social depender da transmissão do capital cultural, portanto, quanto maior for o peso do capital cultural na estrutura patrimonial. E deveria ser examinada como a lógica da concorrência que opõe as empresas de diferentes tipos, diferentemente equipadas e, por conseguinte, levadas a defender produtos diferentes, é de algum modo arbitrada por diferentes categorias de clientes; neste caso, as empresas artesanais podem encontrar uma segunda carreira quando os brinquedos de madeira coincidem com o gosto pela matéria bruta e pelas formas simples das frações intelectuais, tão atraídas por todas as formas de jogos lógicos próprios para “despertar” ou “desenvolver” a inteligência, enquanto as empresas com elevado investimento cultural encontram um apoio espontâneo na intensificação da competição pelo diploma e pelo aumento generalizado dos investimentos educativos, assim como nesta espécie de publicidade espontânea prodigalizada aos produtos de seu gosto por aqueles que não cessam de apresentar seu próprio estilo de vida como exemplo e de erigir as inclinações de seu *ethos* como ética universal.³⁷ Os produtores de brinquedos culturais, cujo interesse vital consiste em fazer com que o mercado do brinquedo perca o caráter sazonal em decorrência de sua associação com as festas rituais, podem contar com o proselitismo de todos aqueles que são levados a acreditar e a fazer acreditar na eficácia pedagógica – em todo o rigor, indemonstrável – dos brinquedos e do jogo, a saber: psicólogos, psicanalistas, educadores, animadores de ludotecas e todos aqueles que mantêm estreita relação com uma definição da infância capaz de produzir um mercado para os produtos e os serviços destinados à criança.³⁸

Segue-se que a multiplicação das análises empíricas das relações entre campos relativamente autônomos de produção de uma classe particular de produtos e o público – que, às vezes, funciona como um campo (sem deixar de ser determinado por sua posição no campo das classes sociais) – dos consumidores desses produtos é a única forma, por um lado, de escapar realmente à abstração das teorias econômicas que se limitam a conhecer um consumidor reduzido a seu poder de compra (ele próprio reduzido à sua remuneração) e um produto caracterizado, de maneira igualmente abstrata, por uma função técnica supostamente idêntica para todos; e, por outro, de alicerçar uma verdadeira teoria científica da economia das práticas.³⁹

Conclusão

Classes e classificações

*Se tiver de escolher o menor de dois males,
não escolho nenhum*

K. Kraus

O gosto é uma disposição adquirida para “diferenciar” e “apreciar”, de acordo com a afirmação de Kant,¹ ou, se preferirmos, para estabelecer ou marcar diferenças por uma operação de *distinção* que não é – ou não necessariamente – um conhecimento *distinto*, no sentido de Leibniz, já que ela garante o reconhecimento (no sentido comum) do objeto sem implicar o conhecimento dos traços distintivos que propriamente o definem.² Os esquemas do *habitus*, formas de classificação originárias, devem sua eficácia própria ao fato de funcionarem aquém da consciência e do discurso, portanto, fora das tomadas do exame e do controle voluntário: orientando praticamente as práticas, eles dissimulam o que seria designado, erroneamente, como *valores* nos gestos mais automáticos ou nas técnicas do corpo, na aparência, mais insignificantes, por exemplo, habilidades manuais ou maneiras de andar, sentar-se, assoar-se e posicionar a boca para comer ou falar; além disso, envolvem os princípios mais fundamentais da construção e avaliação do mundo social, ou seja, aqueles que exprimem mais diretamente a divisão do trabalho (entre as classes, as faixas etárias e os sexos) ou a divisão do trabalho de dominação, em divisões dos corpos e das relações com o corpo que pedem de empréstimo mais de um traço, como que para lhe dar as aparências de natural, à divisão sexual do trabalho e à divisão do trabalho sexual. Controle prático das distribuições que permite sentir ou pressentir o que tem possibilidades de advir ou não e, indissolavelmente, de convir ou não a um indivíduo que ocupa determinada posição no espaço social, o gosto, ao funcionar como uma espécie de sentido de orientação social (*sense of one's place*), orienta os ocupantes de determinada posição no espaço social para posições sociais ajustadas a suas propriedades, para as práticas ou bens que convêm aos ocupantes dessa posição, que lhes “ficam bem”. Ele implica uma antecipação prática do que, provavelmente, será o sentido e o valor social da prática ou do bem escolhido, considerando sua distribuição no espaço social, assim como o conhecimento prático que os outros agentes têm da correspondência entre bens e grupos.

Assim, os agentes sociais que o sociólogo classifica são produtores não apenas de atos classificáveis, mas também de atos de classificação que são, eles mesmos, classificados. O conhecimento do mundo social deve levar em consideração um conhecimento prático desse mundo que lhe preexiste e que deve ser incluído em seu objeto, apesar de que, em um primeiro momento, ele deva se constituir contra as representações parciais e interesseiras que esse conhecimento prático oferece. Falar de *habitus* é incluir no objeto o conhecimento que os agentes – que fazem parte do objeto – têm do objeto e a contribuição

que tal conhecimento traz à realidade do objeto. No entanto, não é somente reenviar, se é que se pode falar assim, para o real a ser pensado um pensamento do real que contribui para sua realidade (e para a própria eficácia que ele exerce); mas conferir a esse conhecimento um poder propriamente constituinte, o que lhe é, precisamente, recusado quando, em nome de uma concepção objetivista da objetividade, transforma-se o conhecimento comum ou erudito em um simples reflexo do real.

Aqueles que crêem produzir uma teoria materialista do conhecimento quando transformam o conhecimento em um registro passivo e, assim, abandonam ao idealismo – como já deplorava Marx em sua obra *Teses sobre Feuerbach* – o “aspecto ativo” do conhecimento, esquecem que todo conhecimento e, em particular, o do mundo social, é um ato de construção que utiliza esquemas de pensamento e de expressão, além de que, entre as condições de existência e as práticas ou as representações, se interpõe a atividade estruturante dos agentes que, longe de reagir mecanicamente a estímulos mecânicos, respondem aos apelos ou às ameaças de um mundo, para cuja produção do sentido eles próprios haviam contribuído. Todavia, o princípio dessa atividade estruturante não é, de acordo com a pretensão do idealismo intelectualista e antígenético, um sistema de formas e categorias universais, mas um sistema de *esquemas incorporados* que, constituídos no decorrer da história coletiva, são *adquiridos* no decorrer da história individual e funcionam *no estado prático e para a prática* (e não para fins de puro conhecimento).

Estruturas sociais incorporadas

Isso significa, em primeiro lugar, que a ciência social considera, em sua construção do mundo social, o fato de que os agentes são eles próprios, em sua prática comum, os sujeitos de atos de construção desse mundo; mas que ela adota como objeto, entre outros aspectos, descrever a *gênese social* dos princípios de construção e que, no mundo social da maneira como ela consegue apreendê-lo, procura o fundamento de tais princípios.³ Rompendo com o preconceito antígenético que, na maior parte das vezes, acompanha o reconhecimento do aspecto ativo do conhecimento, ela procura, nas distribuições objetivas das propriedades – em particular, materiais (atualizadas por censos e registros que partem todos do pressuposto da seleção e classificação) –, o fundamento dos sistemas de classificação que os agentes aplicam a todas as coisas, a começar pelas próprias distribuições. Diferentemente da perspectiva que, às vezes, é designada por “cognitiva” e que, tanto em sua forma etnológica (antropologia estrutural, etnociência, etnosemântica, etnobotânica, etc.) quanto em sua forma sociológica (interacionismo, etnometodologia), ignora a questão da *gênese* das estruturas mentais e das classificações, ela se questiona sobre a relação entre os princípios de divisão e as divisões sociais (entre as gerações, os sexos, etc.) que são seu fundamento, assim como sobre as variações do uso desses princípios, segundo a posição ocupada nas distribuições (outras tantas questões que recorrem à estatística).

As estruturas cognitivas utilizadas pelos agentes sociais para conhecer praticamente o mundo social são estruturas sociais incorporadas. O conhecimento prático do mundo social que supõe a conduta “razoável” nesse mundo serve-se de esquemas classificatórios – ou, se preferirmos, “formas de classificação”, “estruturas mentais”, “formas simbólicas”, ou seja, outras tantas expressões que, se forem ignoradas as respectivas conotações, são

praticamente intermutáveis –, esquemas históricos de percepção e apreciação que são o produto da divisão objetiva em classes (faixas etárias, classes sexuais, classes sociais) e que funcionam aquém da consciência e do discurso. Por serem o produto da incorporação das estruturas fundamentais de uma sociedade, esses princípios de divisão são comuns ao conjunto dos agentes dessa sociedade e tornam possível a produção de um mundo comum e sensato, de um mundo de senso comum.

Todos os agentes de determinada formação social têm em comum, de fato, um conjunto de esquemas de percepção fundamentais que recebem um começo de objetivação nos pares de adjetivos antagonistas comumente utilizados para classificar e qualificar as pessoas ou os objetos nos diferentes domínios da prática. Matriz de todos os *lugares-comuns* que não se impõem tão facilmente a não ser porque têm a seu favor toda a ordem social, a rede das oposições entre alto (ou sublime, elevado, puro) e baixo (ou vulgar, insípido, modesto), espiritual e material, fino (ou requintado, elegante) e grosseiro (ou rude, obsceno, bruto, brutal, frustrado), leve (ou sutil, esperto, hábil) e pesado (ou lento, espesso, obtuso, laborioso, inábil), livre e forçado, amplo e estreito ou, em outra dimensão, entre único (ou raro, diferente, distinto, exclusivo, excepcional, singular, inaudito) e comum (ou ordinário, banal, corrente, trivial, insignificante), brilhante (ou inteligente) e embotado (ou obscuro, apagado, medíocre), tem como princípio a oposição entre a “elite” dos dominantes e a “massa” dos dominados, multiplicidade contingente e desordenada, intermutável e inumerável, fraca e desarmada, sem outra existência, além da estatística. Basta deixar que entrem em ação essas raízes míticas para engendrar, à vontade, este ou aquele dos temas, incansavelmente repetidos, sob formas superficialmente renovadas, da eterna sociodicéia, como as denúncias apocalípticas de todas as formas de “nivelamento”, “banalização” ou “massificação” que, ao identificar o declínio das sociedades com a decadência das casas burguesas, ou seja, com a queda no homogêneo e indiferenciado, denunciam uma obsessão obsidional do *número*, da massa sem diferença e sem preocupação com as diferenças ou da multidão sempre pronta a submergir os espaços reservados do exclusivismo burguês.⁴

As oposições aparentemente mais formais dessa mitologia social devem sempre sua eficácia ideológica ao fato de que elas remetem mais ou menos discretamente às oposições mais fundamentais da ordem social: a oposição que, inscrita na divisão do trabalho, se estabelece entre dominantes e dominados, por um lado, e, por outro, a oposição que, baseada na divisão do trabalho de dominação, opõe, no âmago da classe dominante, dois princípios de dominação, dois poderes, dominante e dominado, temporal e espiritual, material e intelectual, etc. O mesmo é dizer que o esquema do espaço social – proposto mais acima – pode ser lido, também, como uma tabela rigorosa das categorias historicamente constituídas e adquiridas que organizam o pensamento do mundo social do conjunto dos indivíduos pertencentes a esse mundo e modelados por ele. Pelo fato de que os mesmos esquemas classificatórios – e as oposições em que eles se exprimem – podem funcionar, especificando-se, em campos organizados em torno de posições polares, tratando-se ou do campo da classe dominante, organizado em torno de uma oposição homóloga da oposição constitutiva do campo das classes sociais, ou do campo da produção cultural, por sua vez, organizado em torno de oposições que, ao reproduzirem a estrutura da classe dominante, são homólogas da precedente – tais como a oposição entre teatro burguês e teatro de vanguarda –, a oposição fundamental não cessa de amparar as oposições de segunda, terceira ou enésima posição

(ou seja, aquelas que servem de fundamento aos julgamentos éticos ou estéticos mais “puros” com seus sentimentos baixos ou elevados, suas belezas fáceis ou difíceis, seus estilos leves ou pesados, etc.). Tudo se eufemiza ao ponto de se tornar irreconhecível: assim, a oposição entre o pesado e o leve que, em grande número de seus usos, em particular, escolares, servirá para estabelecer a distinção entre gostos populares ou pequeno-burgueses e gostos burgueses, pode ser utilizada pela crítica teatral destinada à fração dominante da classe dominante para pensar a relação entre o teatro “intelectual”, condenado em sua pretensão “laboriosa” e seu didatismo “pesado”, e o teatro “burguês”, elogiado por seu tato e sua arte de tratar os temas por alto, ao passo que a crítica “intelectual” pensará a mesma relação, mediante uma simples inversão de sinal, através de uma forma superficialmente modificada dessa oposição, ou seja, a leveza, identificada com a futilidade, opondo-se então à profundidade. Do mesmo modo, seria possível mostrar que a oposição entre a direita e a esquerda que, em sua forma fundamental, diz respeito à relação entre dominantes e dominados, pode também designar, mediante uma primeira transformação, as relações entre frações dominantes e frações dominadas da classe dominante, de modo que os termos “direita” [*droite*] ou “esquerda” [*gauche*] assumem um sentido próximo daquele que revestem em expressões, tais como teatro “de rive droite” ou “de rive gauche”; ele pode inclusive servir, em um grau suplementar de desrealização, para distinguir duas tendências rivais de um grupo artístico ou literário de vanguarda, e assim por diante. Segue-se que, considerados em cada um de seus usos, os pares de qualificativos, cujo sistema constitui o aparato conceitual do julgamento do gosto, são extremamente pobres, quase indefinidos, mas adequados por isso mesmo a proporcionar ou exprimir o sentimento do indefinível: cada uso singular de um desses pares só adquire seu sentido completo em relação a um *universo de discursos* sempre diferente, na maior parte das vezes, implícito – já que se trata do sistema das evidências e dos pressupostos admitidos como óbvios no campo em relação ao qual se definem as estratégias; mas, cada um dos pares, assim especificados pelo uso, tem como harmônicos todos os outros usos que ele poderia assumir – em decorrência das relações de homologia entre os campos que autorizam as transferências de um para outro campo – e, também, todos os outros pares suscetíveis de substituí-lo, mediante leves modificações (por exemplo, fino/grosseiro por leve/pesado), ou seja, em contextos ligeiramente diferentes.

O fato de que as oposições semicodificadas, veiculadas pela linguagem, encontram-se, com valores bastante semelhantes, na origem da visão dominante do mundo social, em todas as formações sociais divididas em classes – que se pense, por exemplo, na propensão para pensar o povo como lugar de apetites alimentares ou sexuais totalmente desenfreados –, compreende-se quando sabemos que, reduzidas à sua estrutura formal, as mesmas relações fundamentais, aquelas que exprimem precisamente as grandes relações de ordem (alto/baixo, forte/fraco, etc.), encontram-se em todas as sociedades divididas em classes. E a recorrência da estrutura triádica, cara a Georges Dumézil, a respeito da qual Georges Duby mostra, a propósito da sociedade feudal, que se enraíza nas estruturas sociais que legitima, poderia limitar-se a ser, a exemplo das oposições invariantes em que se exprime a relação de dominação, uma resultante necessária do cruzamento dos dois princípios de divisão atuantes em todas as sociedades divididas em classes: a divisão entre dominantes e dominados, assim como a divisão entre as diferentes frações que pretendem chegar à dominação em nome de princípios diferentes, *bellatores* e *oratores* na sociedade feudal, empresários e intelectuais nos dias de hoje.⁵

Um conhecimento sem conceito

Assim, por intermédio dos condicionamentos diferenciados e diferenciadores, associados às diferentes condições de existência; por intermédio das exclusões e das inclusões, das uniões (casamentos, laços de amizade, alianças, etc.) e das divisões (incompatibilidades, rupturas, lutas, etc.) que se encontram na origem da estrutura social e da eficácia estruturante que ela exerce; por intermédio, também, de todas as hierarquias e de todas as classificações inscritas nos objetos (em particular, nas obras culturais), nas instituições (por exemplo, o sistema escolar) ou, simplesmente, na linguagem; por intermédio, finalmente, de todos os julgamentos, veredictos, classificações, chamadas à ordem, impostos pelas instituições especialmente destinadas a tal finalidade – tais como a família ou o sistema escolar – ou que surgem continuamente dos encontros e interações da existência comum, a ordem social se inscreve, progressivamente, nos cérebros. Os limites objetivos tornam-se *sentido dos limites*, antecipação prática dos limites objetivos adquirida pela experiência dos limites objetivos, *sense of one's place* que leva a se excluir – bens, pessoas, lugares, etc. – daquilo de que se é excluído.

O caráter próprio do sentido dos limites implica o esquecimento dos limites. Um dos mais importantes efeitos da correspondência entre as divisões reais e os princípios de divisão práticos, entre as estruturas sociais e as estruturas mentais, é, sem qualquer dúvida, o fato de que a experiência primordial do mundo social é a da *doxa*, adesão às relações de ordem que – por serem o fundamento inseparável tanto do mundo real quanto do mundo pensado – são aceitas como evidentes. A percepção primeira do mundo social, longe de ser um simples reflexo mecânico, é sempre um ato de conhecimento que faz intervir princípios de construção exteriores ao objeto construído, apreendido em seu imediatismo, mas que, por ser destituído do controle de tais princípios e de sua relação com a ordem real que eles reproduzem, é um ato de *desconhecimento*, implicando a forma mais absoluta de reconhecimento da ordem social. Ao implementar, a fim de apreciar o valor de sua posição e de suas propriedades, um sistema de esquemas de percepção e apreciação que nada é além da incorporação das leis objetivas segundo as quais se constitui objetivamente seu valor, os dominados tendem a se atribuir, em primeiro lugar, o que a distribuição lhes atribui; recusando o que lhes é recusado (“isso não é para nós”), contentando-se com o que lhes é concedido, avaliando suas expectativas mediante suas oportunidades, definindo-se como a ordem estabelecida os define; no veredicto que proferem a seu próprio respeito, reproduzindo o veredicto da economia sobre eles; em suma, dedicando-se, de qualquer modo, ao que lhes é próprio, *ta heautou*, segundo a expressão de Platão, aceitando ser o que têm de ser, ou seja, “modestos”, “humildes” e “obscuros”. Vê-se a contribuição decisiva que traz à conservação da ordem social o que Durkheim designava por “conformismo lógico”,⁶ ou seja, a orquestração das categorias de percepção do mundo social que, por estarem ajustadas às divisões da ordem estabelecida – e, por conseguinte, aos interesses daqueles que a dominam – e por serem comuns a todos os espíritos estruturados em conformidade com tais estruturas, se impõem com toda a aparência da necessidade objetiva.⁷

O sistema dos esquemas classificatórios opõe-se a um sistema de classificação baseado em princípios explícitos e explicitamente ajustados, do mesmo modo que as disposições constitutivas do gosto ou do *ethos*, que são suas dimensões, se opõem à estética ou à ética. O senso das realidades sociais que se adquire no confronto com uma forma particular da

necessidade social é o que permite agir *como se fosse* conhecida a estrutura do mundo social e o lugar ocupado nesta estrutura, e, ao mesmo tempo, as distâncias a se ater e a manter.⁸ Controle prático da classificação que nada tem de comum com o controle erudito que exige a construção de um sistema de classificação, a um só tempo, coerente e adequado à realidade social, a “ciência” prática das posições ocupadas no espaço social, pressupostas pela arte de se comportar “como se deve” com pessoas ou coisas classificadas e classificantes (chiques ou não, freqüentáveis ou não, etc.), de encontrar o distanciamento adequado por uma espécie de cálculo prático de *maximum*, nem perto demais (“se familiarizar”), nem longe demais (“mostrar-se distante”), de jogar com a distância objetiva ao dobrá-la (“manter à distância”, “conservar suas distâncias”) ou ao negá-la simbolicamente (“colocar-se ao alcance”, “mostrar-se simples”), não implica de modo algum que estejamos em condições de nos situarmos explicitamente na classificação (como tantas pesquisas sobre as classes sociais pedem que se faça) e, menos ainda, de descrevermos, mais ou menos sistematicamente, essa classificação e enunciar seus princípios.⁹ O “julgamento de atribuição” prático pelo qual atribuímos a alguém uma classe pela maneira como nos dirigimos a essa pessoa (e, ao mesmo tempo, nos atribuímos uma classe) nada tem a ver com uma operação intelectual que implique a referência consciente a indícios explícitos e a implementação de classes produzidas pelo e para o conceito. A mesma oposição classificatória (rico/pobre, velho/jovem, etc.) pode ser aplicada a qualquer ponto da distribuição e reproduzir todo o seu espaço em qualquer um de seus segmentos (o senso comum bem diz que somos sempre o rico ou o pobre de alguém, o superior ou o inferior de alguém, que estamos à direita ou à esquerda de alguém, etc. – o que não condena a um relativismo elementar).¹⁰ Compreende-se que seja tão fácil surpreender o sentido prático do espaço social que se encontra na origem dos julgamentos de atribuição a classes; ao servirem-se das contradições dos entrevistados, em suas identificações de classe, como argumento para negar a existência das classes, os sociólogos limitam-se a dar testemunho de sua total ignorância a respeito do funcionamento desse “sentido” e, além disso, da situação artificial em que o fazem funcionar. De fato, que se trate de se situar no espaço social ou de colocar aí os outros, o sentido do espaço social, à semelhança de todo o sentido prático, refere-se sempre à *situação particular* em que deve orientar as práticas: daí, por exemplo, as divergências entre as pesquisas que estudam a representação das classes em uma cidadezinha (os “estudos de comunidades”) e as que formulam questões sobre as classes no plano da nação.¹¹ Mas se, como tem sido observado freqüentemente, os entrevistados não estão de acordo nem com relação ao número de divisões que operam no âmbito do grupo considerado, nem com relação aos limites dos “estratos” e aos critérios utilizados para defini-los, não é somente por um efeito da imprecisão inerente às lógicas práticas, mas também porque a visão da classificação depende da posição ocupada nas classificações.

Nada se encontra, portanto, mais afastado de um ato de conhecimento, tal como o concebe a tradição intelectualista, que este sentido do jogo social que – de acordo com o que é perfeitamente designado pela palavra “gosto”, a um só tempo, “faculdade de perceber os sabores” e “capacidade de julgar valores estéticos” – é a necessidade social tornada natureza, convertida em esquemas motores e em automatismos corporais. Tudo se passa como se os condicionamentos sociais vinculados a uma condição social tendessem a inscrever a relação com o mundo social em uma relação duradoura e generalizada com o próprio corpo, uma maneira de posicionar o corpo, de apresentá-lo aos outros, de movimentá-lo, de reservar-lhe um lugar, que lhe dá sua fisionomia social. Dimensão

fundamental do sentido da orientação social, a *hexis* corporal é uma maneira prática de experimentar e exprimir o sentido que se tem, como se diz, de seu próprio *valor social*: a relação que se mantém com o mundo social e o lugar que a pessoa se atribui nesse mundo nunca se declara tão bem quanto através do espaço e do tempo que ela se sente no direito de tomar aos outros, e, mais precisamente, o lugar que ocupa *com seu corpo no espaço físico*, por uma postura e por gestos firmes ou reservados, amplos ou acanhados (de alguém que pretenda parecer importante diz-se, de forma bem clara, que é “espaçoso”) e *com sua fala no tempo*, pela parte do tempo de interação de que se apropria e pela maneira, segura ou agressiva, desenvolta ou inconsciente, de se apropriar desse tempo.¹²

Não há melhor imagem da lógica da socialização, que trata o corpo como lembrete, do que esses complexos de gestos, de posturas corporais e de palavras – simples interjeições ou lugares-comuns particularmente gastos – em que basta entrar, como em um personagem de teatro, para ver ressurgir, pela virtude evocadora da *mimésis* corporal, um mundo de sentimentos e de experiências previamente preparados. Sobrecarregados de significações e valores sociais, os atos elementares da ginástica corporal e, particularmente, o aspecto propriamente sexual, portanto, biologicamente pré-construído dessa ginástica, funcionam como as *metáforas* mais fundamentais, capazes de evocar toda uma relação com o mundo, “ativa” ou “submissa”, “rígida” ou “flexível”, “ampla” ou “estreita”, e, por conseguinte, todo um mundo. As “escolhas” práticas do sentido de orientação social não supõem mais a *representação* dos possíveis do que as “escolhas” entre os fonemas, escolhas em ato que não pressupõem atos de escolha. O logocentrismo e o intelectualismo dos intelectuais, associados ao preconceito inerente à ciência que adota como objeto a *psyché*, a alma, o psiquismo, a consciência, as representações, sem falar da pretensão burguesa ao estatuto de “pessoa”, impediram de perceber que “somos autômatos em três quartos de nossas ações”, segundo a expressão de Leibniz, e que os valores derradeiros, como se diz, limitam-se a ser as disposições primordiais e primitivas do corpo, os gostos e as aversões chamados viscerais, e em que estão depositados os interesses mais vitais de um grupo, ou seja, aquilo pelo qual estamos prontos a arriscar nosso corpo e o dos outros. O senso da distinção, *discretio* que leva a separar e reunir o que deve ser separado e reunido, a excluir todas as alianças desiguais e todas as uniões *contra natureza*, ou seja, contrárias à classificação comum, à *diacrisis* que se encontra na origem da identidade coletiva e individual, suscita um horror visceral e assassino, uma aversão absoluta, um furor metafísico por tudo o que ocupa o *terreno bastardo* de Platão, tudo o que *vai além do entendimento*, ou seja, a classificação incorporada e que, ao questionar os princípios da *ordem social feita corpo* e, em particular, os princípios socialmente constituídos da divisão sexual do trabalho e da divisão do trabalho sexual, ameaça a ordem mental, a título de desafio ao senso comum, de escândalo.¹³

Atribuições interesseiras

O fundamento do princípio de pertinência utilizado pela percepção do mundo social e que define o conjunto das características, das coisas ou pessoas, suscetíveis de serem percebidas – como interessantes –, positiva ou negativamente, pelo conjunto daqueles que adotam tais esquemas (outra definição do senso comum), nada é além do interesse que os indivíduos ou grupos considerados têm em reconhecer esse traço e o pertencimento do indivíduo em questão ao conjunto definido por esse traço: *o interesse pelo aspecto*

percebido nunca é completamente independente *do interesse em percebê-lo*. Isso é bem visível em todas as classificações construídas em torno de um traço estigmatizado que, como a oposição comum entre os homossexuais e os heterossexuais, isolam o que é interessante de todo o resto – ou seja, todas as outras formas de sexualidade – remetido, assim, à monotonia do indiferente e do indiferenciado. Isso se vê ainda melhor em todos os “julgamentos de atribuição” que são, de fato, atos de acusação, *catagoremas* no sentido original, e que, à semelhança da *injúria*, *desejam conhecer* apenas uma só (“você não passa de um...”) das propriedades constitutivas da identidade social de um indivíduo ou grupo: assim, por exemplo, no homossexual casado ou no judeu convertido vêem um judeu ou um homossexual enrustido ou envergonhado, ou seja, de algum modo, duplamente judeu ou homossexual. A lógica do estigma lembra que a identidade social é o pretexto de uma luta em que a réplica do indivíduo ou grupo estigmatizado e, de forma mais geral, de qualquer sujeito social, enquanto é um objeto potencial de categorização, à percepção parcial que o confina em *uma de suas propriedades* é possível apenas ao enfatizar, para se definir, a melhor de suas propriedades e, de forma mais geral, ao lutar para impor o sistema de classificação mais favorável a suas propriedades ou, ainda, para fornecer ao sistema de classificação dominante o conteúdo mais adequado para valorizar o que ele tem e é.

Quem se espanta com os paradoxos surgidos da lógica e do discurso comuns quando eles aplicam suas divisões a grandezas contínuas, esquece o quanto pode ser paradoxal o fato de tratar a linguagem como puro instrumento lógico, assim como a situação social em que é possível estabelecer tal relação com a linguagem. As contradições e os paradoxos aos quais conduzem as classificações da prática comum não se devem, de acordo com a crença de todos os positivismos, a uma espécie de insuficiência essencial da linguagem comum, mas ao fato de que esses atos sócio-lógicos não são orientados para a busca da coerência lógica e, diferentemente dos usos filológicos, lógicos ou lingüísticos da linguagem – que, de fato, deveriam ser chamados *escolares* já que pressupõem sempre a *scholé*, ou seja, o lazer, o distanciamento com relação à urgência e à necessidade, a ausência de desafios vitais e a instituição escolar que, na maior parte dos universos sociais, é a única entidade que tem a possibilidade de garantir tudo isso –, obedecem à lógica do preconcebido que, à semelhança do tribunal, enfrenta acusações e defesas, em vez de julgamentos lógicos, submetidos ao critério exclusivo de coerência. Sem mesmo haver necessidade de lembrar tudo o que abrange a oposição, esquecida totalmente pelos lógicos e, até mesmo, pelos lingüistas, entre a arte de convencer e a arte de persuadir, como não ver que o uso escolar é para o uso que o orador, advogado ou militante fazem da linguagem, algo semelhante ao que os sistemas de classificação do lógico ou estatístico, preocupados com a coerência e a compatibilidade em relação aos fatos, são para as categorizações e para os *catagoremas* da existência cotidiana que, segundo a etimologia, se situam na lógica do *processo* (no sentido corrente, mas também no sentido de Kafka que oferece uma imagem exemplar da busca desesperada da reapropriação de uma identidade social, por definição, inacessível – enquanto limite infinito de todos os *catagoremas* e de todas as imputações). Qualquer questionamento real sobre a divisão do mundo social compromete, forçosamente, os interesses associados ao pertencimento ou não-pertencimento: conforme é testemunhado pela atenção prestada aos grupos-fronteira e, por conseguinte, estratégicos, a aristocracia operária que oscila entre a luta de classes e a colaboração de classe, ou os “quadros”,

categoria da estatística burocrática, cuja unidade nominal, e duplamente negativa, dissimula a dispersão real não só diante dos “interessados”, mas também perante seus adversários e a maior parte dos observadores, o estabelecimento de limites entre as classes se inspira da intenção estratégica de “proceder à contagem” ou de “se contar”, de “catalogar” ou “anexar”, quando não se trata do simples registro de um estado juridicamente garantido da relação de força entre os grupos classificados.

De fato, se deixamos de lado todos os casos em que a imposição de uma fronteira arbitrária do tipo jurídico (aquela que situa em 30 kg o peso máximo para as bagagens no transporte aéreo, ou decreta que um veículo com peso superior a 2.000 kg é uma caminhonete) é suficiente para suprimir as dificuldades que surgiriam do sofisma do montão de trigo,¹⁴ as fronteiras, mesmo, as mais formais em aparência, como aquelas que separam as faixas etárias, fixam um estado das lutas sociais, ou seja, um estado da distribuição das vantagens e obrigações, tais como o direito a tarifas especiais ou a aposentadoria, e a obrigação escolar ou militar. E se sorrimos da história, relatada por Alphonse Allais, do pai que faz retinir o alarme na hora exata em que o filho atinge os três anos (idade-limite do direito de viajar gratuitamente) é porque se vê imediatamente o absurdo sócio-lógico dessa variação imaginária tão impecavelmente lógica quanto todas aquelas que se encontram na origem dos paradoxos caros aos lógicos. Os limites são, aqui, fronteiras a serem atacadas ou defendidas com todo o ardor; além disso, são fixadas por sistemas de classificação que são menos instrumentos de conhecimento do que instrumentos de poder subordinados a funções sociais e orientados, mais ou menos abertamente, para a satisfação dos interesses de um grupo.¹⁵

Os lugares-comuns e os sistemas de classificação constituem, assim, o pretexto para desencadear lutas entre os grupos que, através de sua oposição, são definidos em suas características por esses sistemas, além de se oporem a tais caracterizações ao se esforçarem por fazê-las funcionar em seu próprio benefício. Georges Duby mostra perfeitamente como o modelo das três ordens que fixa, visando eternizar pela explicitação e pela codificação, um estado de estrutura social, pôde ser utilizado simultânea e sucessivamente por grupos antagonistas: em primeiro lugar, pelos bispos que o haviam elaborado contra os heréticos, os monges e os cavaleiros; em seguida, pela aristocracia contra os bispos e o rei; finalmente, pelo rei que, ao se constituir como sujeito absoluto da operação de classificação, como princípio externo e superior às classes que ele permite engendrar (diferentemente das três ordens, sujeitos, mas também objetos, juizes, mas também partes), atribui um lugar na ordem social ao conjunto dos grupos interessados e se constitui como ponto de vista a respeito do qual não existe ponto de vista.¹⁶ Do mesmo modo, seria possível mostrar que os esquemas e os lugares-comuns que servem para pensar as diferentes formas de dominação, a oposição entre os sexos e as faixas etárias, assim como a oposição entre as gerações, são também objeto de manipulações semelhantes. Os “jovens” podem aceitar a definição de si próprios que os anciãos lhes propõem e, ao tirar proveito da autorização provisória que lhes é concedida em grande número de sociedades (“a juventude deve seguir seu curso”), fazer o que lhes cabe e lhes convém por natureza, realizar as “virtudes próprias” da juventude, *virtú*, virilidade, arrebatamento, etc. e ocupar-se de seus próprios negócios: a errância belicosa para os herdeiros nobres na Idade Média;¹⁷ o amor e a violência para os jovens florentinos do

Renascimento; e todas as formas de arrebatamento regulado e lúdico (esporte, rock, etc.) para os adolescentes de nossos dias, em suma, deixar-se ficar em estado de “juventude”, ou seja, de irresponsabilidade, trocando a liberdade de assumir uma conduta irresponsável por uma renúncia às responsabilidades.¹⁸ Nas situações de crise específica em que a ordem das sucessões está ameaçada, os “jovens” que já não aceitam ser enviados de volta à “juventude” tendem a enviar os “velhos” de volta à “velhice”; ao desejar assumir as responsabilidades que definem os adultos – no sentido de pessoas socialmente realizadas –, eles devem reenviar os detentores das responsabilidades para esta outra forma de irresponsabilidade que define a velhice ou, melhor, a aposentadoria. A sabedoria e a prudência reivindicadas pelos “responsáveis” tornam-se, então, conservadorismo, arcaísmo ou, simplesmente, irresponsabilidade senil. Os últimos a chegar que, segundo todas as possibilidades, são também os mais jovens do ponto de vista biológico, mas que trazem em seu bojo muitas outras propriedades distintivas, correlatas das transformações das condições sociais de produção dos produtores – ou seja, principalmente, da família e do sistema escolar –, escapam tanto mais rapidamente à “juventude”, ou seja, à irresponsabilidade, quanto mais prontos estiverem para romper com as condutas irresponsáveis que lhes são atribuídas e, ao libertarem-se dos limites incorporados (de modo a sentirem-se, com cinquenta anos, ainda “jovens demais” para “pretender razoavelmente” brigar por determinada posição, posto ou honra), quanto menos hesitarem a “se ativar”, a “queimar etapas” e, assim, antes da hora, determinar a queda no passado, no ultrapassado, em suma, a morte social (“está acabado”) de seus predecessores. Mas, sua oportunidade de triunfar nos conflitos, a propósito dos limites entre as idades, desencadeados quando se perde o senso dos limites, existe apenas se conseguirem impor uma nova definição da pessoa socialmente realizada, incluindo aí propriedades habitualmente – ou seja, em função do princípio de classificação vigente – vinculadas à juventude (tais como entusiasmo, dinamismo, etc.) ou propriedades capazes de suplantarem as virtudes comumente associadas ao estatuto de adulto.

Em suma, o que os indivíduos e grupos investem no sentido particular que eles atribuem aos sistemas de classificação comuns pelo uso que fazem disso é infinitamente mais relevante que seu interesse no sentido corrente do termo, é todo o seu ser social, tudo o que define a idéia que fazem de si próprios, o contrato primordial e tácito pelo qual eles se definem como “nós” em relação a “eles”, aos “outros” e que se encontra na origem das exclusões (“isso não é para nós”) e inclusões que eles operam entre as propriedades produzidas pelo sistema de classificação comum.¹⁹ O fato de que os dominados, em sua relação com os dominantes, se atribuam a força entendida como força de trabalho e força de combate, força física além de moral, coragem e virilidade, não impede os dominantes, por um lado, de pensar também essa relação através do esquema do forte e do fraco, mas reduzindo a força que se atribuem os dominados, como a dos jovens – semelhantes, neste aspecto, às mulheres –, ao estado de força bruta, de paixão e pulsão, força cega e imprevisível da natureza, violência sem razão do desejo, e, por outro, de se atribuírem a força espiritual e intelectual, autodomínio que predispõe ao controle dos outros, força anímica ou força do espírito que autoriza a pensar a relação com os dominados, povo, mulheres ou jovens, como se tratasse da relação da alma com o corpo, do entendimento com a sensibilidade, da cultura com a natureza.

A luta das classificações

Na luta e por exigências da luta é que funcionam princípios de divisão, indissolúvelmente, lógicos e sociológicos que, ao produzirem conceitos, produzem grupos, os próprios grupos que os produzem e os grupos contra os quais eles são produzidos. O pretexto das lutas a propósito do sentido do mundo social é o poder sobre os esquemas classificatórios e os sistemas de classificação que se encontram na origem das representações e, por conseguinte, da mobilização e desmobilização dos grupos: poder evocador da enunciação que faz ver de forma diferente (é o caso, por exemplo, quando uma simples palavra, tal como *paternalismo*, transforma toda a experiência de uma relação social) ou que, ao modificar os esquemas de percepção e apreciação, faz ver outra coisa, outras propriedades, até então despercebidas ou relegadas para segundo plano (tais como os interesses comuns, até então, dissimulados pelas diferenças de etnia ou nação); *poder separador*, distinção, *diacrisis*, *discretio*, que faz surgir unidades discretas da continuidade indivisível, a diferença do indiferenciado.

• É unicamente na e pela luta que os limites incorporados se tornam fronteiras com as quais esbarramos e que devem ser deslocadas. E de fato, o sistema dos esquemas classificatórios constitui-se em sistema de classificação objetivado e institucionalizado somente ao deixar de funcionar como senso dos limites e quando, para defendê-los contra a contestação herética, os guardiões da ordem estabelecida devem explicitar, sistematizar e codificar os princípios de produção dessa ordem, tanto real quanto representada, em resumo, constituir a doxa como ortodoxia. Os sistemas de classificação oficiais, por exemplo, a teoria das três ordens, fazem de maneira expressa e sistemática o que os esquemas classificatórios haviam executado de maneira tácita e prática: por conseguinte, os atributos, no sentido de predicados, tornam-se *atribuições*, poderes, competências, privilégios, prerrogativas, atribuídos ao titular de uma função; deste modo, a guerra deixa de ser o que faz o guerreiro, mas o *officium*, a função própria, a razão de ser do *bellator*, assim justificado de existir como ele existe. A *discretio* classificadora fixa, à maneira do direito, um estado da relação de forças que ela visa eternizar pelo fato da explicitação e da codificação. O princípio de divisão lógica e política que é o sistema de classificação só tem existência e eficácia por reproduzir – sob uma forma transfigurada, na lógica propriamente simbólica das *distâncias diferenciais*, ou seja, do descontínuo – as diferenças, quase sempre graduais e contínuas, que conferem a estrutura à ordem estabelecida; mas ele não acrescenta sua contribuição própria, ou seja, propriamente simbólica, para a manutenção dessa ordem a não ser porque tem o poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer acreditar que lhe é atribuído pela imposição de estruturas mentais.

Os sistemas de classificação não seriam um pretexto de luta tão decisivo se não contribuíssem para a existências das classes ao acrescentarem, à eficácia dos mecanismos objetivos, o fortalecimento que lhes trazem as representações estruturadas em conformidade com a classificação. Enquanto ato de reconhecimento da plena existência social, a imposição de um nome reconhecido opera uma verdadeira transmutação da coisa nomeada que, ao deixar de existir em estado de fato, ou seja, como exercício tolerado, ilegal ou ilegítimo, torna-se uma *função social*, isto é, um mandato, uma *missão* (*Beruf*), um encargo, um papel, outras tantas palavras que exprimem perfeitamente a diferença entre a atividade *autorizada*, ou seja, atribuída a um indivíduo ou grupo por uma *delegação* tácita ou explícita, e a simples *usurpação* que “cria um estado de fato” na expectativa da

institucionalização. No entanto, o efeito próprio das “representações coletivas” que, contrariamente ao que poderiam deixar acreditar as conotações durkheimianas do conceito, pode ser o produto da aplicação do mesmo esquema de percepção ou de um sistema de classificação comum, sem deixar de ser, entretanto, objeto de usos sociais antagonistas, nunca é tão evidente senão quando a palavra precede a coisa e a usurpação da *identidade nominal* precipita a constituição da identidade real, como no caso dessas associações de voluntários que se transformam em profissões reconhecidas ou desses grupos de defesa corporativos (tais como o dos “quadros”) que, aos poucos, impõem a *representação* de sua existência e de sua unidade, tanto a seus próprios membros quanto aos outros grupos.

A presença ou ausência de um grupo na classificação oficial depende de sua aptidão para se fazer *reconhecer*, para se fazer perceber e admitir, portanto, para obter, quase sempre depois de uma luta ardorosa, um lugar na ordem social e, assim, escapar à existência *bastarda* das “profissões sem nome”, de acordo com a expressão de Emile Benveniste, a saber: o comércio na antiguidade – e na Idade Média – ou as atividades ilegítimas, tais como curandeiro (outrora, chamado “empírico”) e, atualmente, endireita ou prostituta. Os grupos estão associados estreitamente às palavras que os designam: de fato, o poder de impor o reconhecimento depende da aptidão para se mobilizar em torno de uma palavra, “proletariado”, “classe operária”, “quadros”, portanto, para se apropriar de um nome comum e comungar em um nome próprio e, assim, mobilizar a força que faz a união, a que cria o poder unificador do nome, da *palavra de ordem*.

De fato, a ordem das palavras nunca reproduz estritamente a ordem das coisas. E, na independência relativa da estrutura do sistema das palavras classificantes e classificadas – no interior do qual se define o valor distinto de cada etiqueta particular –, em relação à estrutura da distribuição do capital e, mais precisamente, na defasagem (que resulta, em parte, da inércia própria aos sistemas de classificação como instituições quase jurídicas que sancionam um estado da relação de forças) entre a mudança dos cargos, associada à mudança do aparelho de produção, e a mudança dos diplomas, é que reside o princípio das estratégias simbólicas que visam explorar as discordâncias entre o nominal e o real, apropriar-se das palavras para ter as coisas designadas por elas, ou das coisas, na expectativa de obter as palavras que as sancionam; exercer as funções sem ter os diplomas para fazê-lo (trata-se dos “substitutos”) a fim de se dotar, assim, dos diplomas para reivindicar os diplomas legítimos ou, ao contrário, renunciar às retribuições materiais associadas a diplomas desvalorizados para evitar perder as vantagens simbólicas proporcionadas por etiquetas mais prestigiosas ou, no mínimo, mais imprecisas, menos brutalmente classificantes e, por conseguinte, mais manipuláveis; pedir de empréstimo a fim de ser designada a mais favorável das marcas disponíveis, avançando se necessário for até os limites da impostura – à semelhança dos oleiros que se dizem artesãos de arte ou os técnicos que pretendem ser engenheiros – ou inventar, para se *demarcar*, novas designações, tais como os cinesiterapeutas que, por essa nova marca, esperam distinguir-se dos simples massagistas e ficarem mais próximos dos médicos. Outras tantas estratégias que, a exemplo de todos os processos de concorrência, corrida de perseguição visando garantir a constância das distâncias distintivas, têm o efeito de facilitar uma constante inflação nominal, freada, todavia, pela inércia das taxinomias institucionalizadas – convenções coletivas, grade dos salários, etc. – às quais estão associadas garantias jurídicas. As negociações entre grupos

de interesses antagonistas, mediante as quais se estabelecem as convenções coletivas, e que, indissolavelmente, incidem sobre as tarefas inscritas no cargo, sobre as propriedades exigidas de seus ocupantes – por exemplo, os diplomas – e sobre as remunerações materiais e simbólicas (o nome) correspondentes, têm a virtude de lembrar, pela encenação institucionalizada que elas elaboram a esse respeito, as lutas incessantes a propósito das classificações que contribuem para produzir as classes, apesar de serem o produto das lutas entre as classes e dependerem das relações de força estabelecidas entre elas.

Realidade da representação e representação da realidade

Os sujeitos classificantes que classificam as propriedades e as práticas dos outros, ou as deles próprios, são também objetos classificáveis que se classificam (perante os outros), apropriando-se das práticas e propriedades já classificadas (tais como vulgares ou distintas, elevadas ou baixas, pesadas ou leves, etc., ou seja, em última análise, populares ou burguesas) segundo sua repartição provável entre grupos, eles próprios classificados; as mais classificantes e as mais bem classificadas dessas propriedades são, evidentemente, aquelas que são expressamente designadas para funcionar como *sinais de distinção* ou *marcas de infâmia*, estigmas, e, sobretudo, os nomes e diplomas que exprimem o pertencimento às classes, cuja interseção define, em determinado momento, a *identidade social*, nome da nação, de região, de etnia ou de família, nome de profissão, diploma escolar, títulos honoríficos, etc. Aqueles que classificam ou se classificam, ao classificarem ou se apropriarem das práticas ou propriedades classificadas e classificantes, não podem ignorar que, através dos objetos ou práticas distintivos em que se exprimem seus “poderes” e que, por serem apropriados por classes e apropriados a classes, classificam aqueles que se apropriam desses objetos ou práticas, se classificam perante outros sujeitos classificantes (mas também classificáveis, assim como seus julgamentos), providos de esquemas classificatórios análogos àqueles que lhes permitem antecipar, mais ou menos adequadamente, sua própria classificação.

Os sujeitos sociais compreendem o mundo social que os compreende. Isso significa que, para caracterizá-los, é impossível se limitar às propriedades materiais que, a começar pelo corpo, se deixam enumerar e avaliar como qualquer outro objeto do mundo físico. De fato, nenhuma dessas propriedades, seja o tamanho ou o volume do corpo ou a superfície das propriedades fundiárias ou imobiliárias que, percebidas e apreciadas, por referência a outras propriedades da mesma classe, por agentes equipados com esquemas de percepção e apreciação socialmente constituídos, não funcionam como *propriedades simbólicas*. Isso implica que se deve superar a oposição entre uma “física social” que, equipada com um uso objetivista da estatística, estabelecesse *distribuições* (no sentido estatístico e, também, econômico), expressões quantificadas da repartição entre um grande número de indivíduos em concorrência para a apropriação de uma quantidade finita de energia social apreendida através de “indicadores objetivos”, e uma “semiologia social” que estivesse empenhada em decifrar significações e revelar operações cognitivas pelas quais os agentes as produzem e decifram; entre a ambição de ter acesso a uma “realidade” objetiva “independente das consciências e vontades individuais”, ao preço de uma ruptura com as representações comuns do mundo social (“as pré-noções” durkheimianas) e dar origem a “leis” ou seja, relações significativas, mas no sentido de não aleatórias, entre distribuições, e o esforço para apreender,

em vez da “realidade”, as representações que os agentes formam a seu respeito e que fazem a “realidade” inteira de um mundo social concebido “como representação e vontade”.

Em suma, a ciência social não tem de escolher entre essa forma própria da física social, representada por Durkheim – que está de acordo com a semiologia social para admitir que só se pode conhecer a “realidade” com a condição de utilizar instrumentos lógicos de classificação –,²⁰ e a semiologia idealista que, ao adotar o objeto de elaborar “um relatório dos relatórios”, como afirma Garfinkel, nada pode fazer além de registrar os registros de um mundo social que se limitaria a ser, no termo do processo, o produto das estruturas mentais, ou seja, lingüísticas. Trata-se de introduzir na ciência da raridade e da concorrência para os bens raros, o conhecimento prático de que se dotam os agentes ao produzirem, com base em sua experiência das distribuições, por sua vez, dependente de sua posição nas distribuições, divisões e classificações que não são menos objetivas que as dos balanços contábeis da física social. Em outras palavras, trata-se de superar a oposição entre as teorias objetivistas que identificam as classes sociais – mas também, as classes sexuais ou as faixas etárias – com grupos discretos, simples populações suscetíveis de enumeração e separadas por fronteiras objetivamente inscritas na realidade, e as teorias subjetivistas (ou, se quisermos, *marginalistas*) que reduzem a “ordem social” a uma espécie de classificação coletiva obtida pela agregação das classificações individuais ou, mais precisamente, das estratégias individuais, classificadas e classificantes, pelas quais os agentes se classificam e classificam os outros.²¹

Basta ter em mente que os bens se convertem em sinais distintivos, que podem ser sinais de distinção, mas também de vulgaridade, ao serem percebidos relacionalmente, para verificar que a *representação* que os indivíduos e os grupos exibem *inevitavelmente* através de suas práticas e propriedades faz parte integrante de sua realidade social. Uma classe é definida tanto por seu *ser-percebido*, quanto por seu *ser*, por seu consumo – que não tem necessidade de ser *ostensivo* para ser simbólico – quanto por sua posição nas relações de produção (mesmo que seja verdade que esta posição comanda aquele consumo). A visão berkelianista – ou seja, pequeno-burguesa – que reduz o ser social ao ser percebido, ao parecer, e que, por esquecer que não tem necessidade de dar representações (teatrais) para ser objeto de representações (mentais), reduz o mundo social à agregação das representações (mentais) que os diferentes grupos se fazem das representações (teatrais) oferecidas pelos outros grupos, tem o mérito de lembrar a autonomia relativa da lógica das representações simbólicas em relação aos determinantes materiais da condição: as lutas das classificações, individuais ou coletivas, que visam transformar as categorias de apercepção e apreciação do mundo social e, por conseguinte, o mundo social, constituem uma dimensão esquecida da luta de classes. No entanto, basta ter em mente que os esquemas classificatórios que se encontram na origem da relação prática estabelecida pelos agentes com sua condição, assim como da representação que eles podem ter a seu respeito são, por sua vez, o produto dessa condição para verificar os limites dessa autonomia: a posição na luta pelas classificações depende da posição na estrutura das classes; e os sujeitos sociais – a começar pelos intelectuais que não são os mais bem posicionados para pensar o que define os limites de seu pensamento a respeito do mundo social, ou seja, a ilusão da ausência de limites – nunca têm menos chances de superar “os limites de seu cérebro” do que na representação que fazem e se fazem de sua posição, que define esses limites.